

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 830
23 de Novembro de 1989
Preço: 60\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Nota da Comissão Política do CC do PCP

«A Comissão Política apela ao empenhamento e à participação confiante de todos os militantes do Partido nesta grande batalha política que são as eleições autárquicas, no combate à acção antipopular e antidemocrática do Governo PSD/Cavaco Silva e na luta dos trabalhadores e do povo em defesa dos seus interesses, direitos e aspirações».

Pág. 1/Semana

O Orçamento de Cavaco Beneficiar o capital e penalizar os trabalhadores



Págs. 8 e 9/Semana

Trabalhadores contra o desmembramento da maior empresa do país

Pág. 10/Semana

ALVARO CUNHA NA PRE-CAMPANHA

Três dias três distritos dezanove iniciativas

Em terras beirãs e alentejanas, o secretário-geral do PCP, numa viagem de três dias, aos distritos de Coimbra, Castelo Branco e Portalegre, participou em várias iniciativas de esclarecimento integradas na batalha política das autarquias.

Págs. 2, 3
e 4/Semana



Covilhã



Campo Maior



Coimbra

Em Foco

Avante!
Ano 59 - Série VII
N.º 830
23 de Novembro de 1989
3.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

REGIONALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E MERCADO INTERNO



EL SALVADOR Um país em guerra

Um sucesso de acontecimentos, destes dias, em El Salvador, os esclarecimentos pela imprensa militar do Fronte Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), reflecte a situação política e social de um país em guerra.

Visita ao País dos Sovietes A Perestroika na agricultura

...o, em resumo, uma visita onde pudemos contactar com o que de positivo há no processo em curso na agricultura da União Soviética e também com as dificuldades existentes e as medidas de reestruturação e renovação da política agrícola, no quadro do reforço do socialismo. São palavras de Lino Carvalho, membro do CC do PCP e deputado à Assembleia da República, numa visita que concedeu ao nosso jornal juntamente com João André, também membro do CC do PCP, sobre a visita de mais de uma semana de uma delegação do PCP à União Soviética que vai ainda Carlos Amaro, membro da Comissão para os Assuntos da Agricultura do CC.

...o longo dos anos no país dos Sovietes, no plano agrícola, e no nosso entrevistado afirmou: «É claro que a par destas grandes coisas — como a criação de camadas sociais subalternas — se foram somando ao longo dos anos dificuldades e alguns erros graves, como também a situação de estagnação da política agrícola. Estas dificuldades e erros são responsáveis por dificuldades serias no sector, em particular no abastecimento de alguns bens essenciais e abastecimentos, que originam fenómenos de especulação e de especulação. Podemos dizer que paralelamente a elevadíssimo rendimento dos produtores e da produtividade da terra (para exemplificar) o colheita que visitamos em Kiev tem nos cereais uma média de 8000 kgha, que é uma média muito alta, mesmo para os padrões de todos os países mais desenvolvidos na agricultura) há outros erros importantes, produções e métodos de gestão, impulsionam a necessidade de profundos alterações».

Entrevista com Lino de Carvalho e João Fernando



...oito funcionários de rotina, de desinteresse e mesmo de inexistência de cálculo económico em cada empresa ou colheita, isto é, uma situação de custos-benefícios própria da indústria das empresas.



Uma imagem do aparato militar que marcou a terra alentejana que conduziu a ARENA a presidente do país em 1982.

...de El Salvador, da autoria do jornalista brasileiro, publicado pela editora Record, em 1988. O livro é uma excelente introdução à situação política e social do país, com uma análise crítica da guerra civil e da situação da população.

Aspectos marginais de uma questão central

O Comunicado de segunda-feira última da Comissão Política do Comité Central do PCP, que noutra página do «Avante!» publicamos na íntegra, fornece uma síntese objectiva da verdadeira situação política e social do País para a qual chamamos a atenção dos leitores.

Aspectos marcantes da conjuntura actual são ali salientados:

— O ponto da campanha para as eleições autárquicas de 17 de Dezembro e as suas perspectivas reais;

— A apresentação pelo Governo na Assembleia da República das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de Estado, que constituem «uma mistificadora operação assente na falsificação da realidade, no escamoteamento dos factos e na manipulação dos números», no quadro de uma política económica timbrada pela demagogia e o eleitoralismo;

— A breve caracterização da situação política e social no momento que passa;

— A referência, necessariamente breve também, aos recentes acontecimentos nos países socialistas do leste europeu e às opiniões e posições assumidas por alguns membros do Partido à margem da actividade normal do colectivo partidário — eis alguns dos aspectos salientes do Comunicado da Comissão Política do CC do PCP relativos aos problemas e tarefas essenciais actuais e da luta em que estamos empenhados.

Um objectivo imediato visa o documento da CP do CC: o da consciencialização e dinamização de todo o Partido para uma batalha eleitoral que se antolha difícil mas para a qual simultaneamente concorrem condições excepcionais de sucesso.

A CDU-Coligação Democrática Unitária, integrante do PCP, do Partido Ecologista «Os Verdes», (PEV), da Intervenção Democrática (ID) e de grande número de democratas independentes, concorre só ou com a inclusão de candidatos independentes, do PRD, da UDP, do PSR e do MDP, na totalidade dos Concelhos e em quase todas as Freguesias do País, e, através dos dois únicos partidos que juridicamente a integram o PCP e o PEV — concorre ainda, como é do conhecimento público, em coligação com o PS em Lisboa e com o PRD em Setúbal e Covilhã.

Trata-se de um objectivo apontado a metas concretas:

— Reforçar e alargar as posições actuais da CDU e recuperar a presidência das autarquias que perdeu em 1987 em resultado da coligação PS/PSD responsável pelas perdas então registadas pela Coligação Democrática Unitária;

— Assegurar a vitória das coligações «Por Lisboa» na capital do País, «Desenvolver Setúbal» e «Mãos à obra pela Covilhã».

— Valorizar através de uma vasta e dinâmica acção esclarecedora e mobilizadora junto das populações locais o património de trabalho, competência e honestidade dos autarcas da CDU, as suas propostas e programas, caucionados pela experiência viva de 15 anos de exercício do Poder Local democrático;

— Disputar numa firme e esclarecedora oposição a todas as forças concorrentes — mesmo ao PS e ao PRD com os quais estamos coligados em Lisboa, Setúbal e Covilhã — o voto útil a favor da CDU;

— Finalmente, desalojar a direita do maior número possível das posições autárquicas que detém.

Nas condições presentes, em pleno processo restauracionista do poder dos monopólios protagonizados pelo Governo PSD/Cavaco Silva e face à sua política antipopular, antidemocrática e de submissão ao capital estrangeiro, uma questão central adquire particular relevo na hora actual: a batalha das eleições autárquicas de 17 de Dezembro assume foros de uma verdadeira batalha pelo regime democrático, pela elevação das condições sociais do povo, pela defesa dos interesses nacionais.

Singularmente em torno desta questão central surgiram aspectos marginais de suma importância política e de natureza ideológica que reclamam do PCP e da sua Direcção uma firme e clara postura.

De modo concreto referimo-nos aos acontecimentos dos países socialistas do leste europeu e ao uso desabusado que deles fazem contra o PCP e a sua Direcção os inimigos e adversários do Partido Comunista Português e da sua Direcção.

O anticomunismo mais vesgo e feroz caracteriza essencialmente a campanha eleitoral do PSD e de toda a direita restauracionista. Compreende-se os temores dos próceres da direita: claramente, eles têm medo da força e da influência do PCP.

Temem que a força política, principal integrante da CDU, que detém a presidência de 47 concelhos (44 em maioria absoluta), representando mais de 30% do território nacional alargue a sua base no poder autárquico e concretize nas eleições de 17 de Dezembro o sucesso eleitoral que está ao seu alcance.

Destinada a confundir, mistificar e desanimar a massa dos eleitores que constitui a base política essencial do PCP e da CDU, e de modo mais lato o conjunto dos portugueses, uma formidável campanha anticomunista ocupa a comunicação social dirigida ou influenciada pela direita restauracionista governante em especial o órgão público de maior audiência de massas obrigado constitucionalmente ao pluralismo democrático —

a TV — inteiramente manipulado pela máquina de propaganda cavaquista.

O anticomunismo mais primário (mesmo quando enverga a farpela «universitária») constitui o conteúdo político essencial e quase exclusivo da campanha eleitoral de um PSD em nitida perda de força.

Os bordões anticomunistas mais estafados revestem-se de novas roupagens a propósito dos acontecimentos do leste, tendentes a desacreditar o PCP, a minar a sua base de massas, o seu prestígio popular e nacional.

As calúnias mais soezes são propaladas pelos mentores do Governo do PSD e a sua comunicação social manipulada como verdades incontrovertidas.

A tese do «isolamento» político do PCP; a do último «partido stalinista» da Europa, a de um PCP «cavernícola» ditatoriamente dirigido por «gerontes»; o partido que se recusa à «perestroika», são epítetos habituais dos palradores da reacção.

Também, no Comunicado da Comissão Política, se refere «o facto de alguns membros do partido, a pretexto de acontecimentos em países socialistas, entre outros, concertaram e desencadearam uma intervenção pública com a agravante de o fazerem em período eleitoral, em torno de questões que no essencial foram debatidas no XII Congresso do Partido, realizado há menos de um ano... etc.».

As posições destes membros do Partido «são integradas pelos grandes meios de comunicação social na intensa campanha contra o PCP e a CDU com o objectivo de enfraquecer, diminuir ou limitar as promissoras perspectivas eleitorais em 17 de Dezembro».

Tais membros do Partido glosam «a falência de uma concepção ideológica que se chama marxismo-leninismo», interpretam a «perestroika» («uma Revolução na Revolução» como justamente a classifica o camarada Gorbatchov) à imagem das suas próprias posições de ataque ao Partido, à sua Direcção e orientação; deturpam as verdadeiras posições do Partido inculcando que este preconiza o «colectivismo global da economia», «a fusão do Estado como um partido único» e outras acusações do estilo.

Falemos claro:

Estará isolado um partido que está tão profundamente enraizado na classe operária e na realidade social e política portuguesa? Que viu ainda recentemente alargar-se a sua base de representação no Parlamento Europeu? Que dispõe de importantes posições no Poder Local democrático? Que dispõe da terceira representação na Assembleia da República onde se tem distin-

Resumo

15 Quarta-feira

Inicia-se uma reunião do Grupo Coligação de Esquerda, do Parlamento Europeu, que define 10 pontos para uma política regional ■ A Associação Nacional de Municípios Portugueses manifesta o seu descontentamento com o aumento das verbas para as autarquias incluído na proposta de orçamento de Estado para 1990 ■ A Coligação «Por Lisboa» impugna junto do Tribunal da Comarca desta cidade os boletins de voto das eleições para a Câmara, Assembleia Municipal e 53 freguesias ■ Estruturas sindicais afirmam que a greve parcial da CP, iniciada na terça-feira teve uma adesão praticamente total ■ Jorge Sampaio define como uma área de emergência a zona ocidental de Lisboa, que engloba as freguesias de Alcântara, Ajuda, Santa Maria de Belém e São Francisco Xavier ■ O grupo parlamentar do PCP apresenta uma proposta de um reforço de 3,082 milhões de contos na verba destinada às autarquias locais e respeitante ao ano corrente ■ O governo boliviano declarou o estado de sítio no país e prende 500 professores e dirigentes sindicais que estavam em greve de fome exigindo melhores salários ■ O primeiro-secretário do Poup, Mieczyslaw Rakowi, afirma que o actual governo polaco terá grande dificuldade em sobreviver; entretanto Lech Walsea, líder do Solidariedade, exorta o Congresso norte-americano a criar um novo «plano Marshall» para a Europa de Leste ■ Uma sondagem efectuada à boca das urnas indica a passagem do candidato Collor de Mello à segunda volta das presidenciais brasileiras, com 30 por cento dos votos.

16 Quinta-feira

Carlos Carvalhas, acompanhado por outros deputados do grupo Coligação de Esquerda, apresenta as conclusões da reunião de dois dias que o grupo efectuou em Lisboa ■ O Conselho da Europa decide, em Estrasburgo, durante a reunião do Comité de Ministros do Conselho da Europa, instalar o Centro Norte-Sul em Lisboa ■ Ocorrem intensos bombardeamentos de artilharia nos bairros norte e leste da capital salvadorenha, ocupados pela guerrilha deste país ■ São interrompidas as negociações para a paz na Nicarágua depois de os «contras» terem apresentado uma proposta sobre a suspensão do diálogo em Washington ■ Realiza-se em Lusaka uma cimeira dos países da Linha da Frente, cujo comunicado considera os resultados das eleições namibianas como uma vitória não só da SWAPO como de toda a região austral de África e de toda a comunidade em geral ■ O presidente sul-africano, Frederik de Klerk, declara abertas as praias da África do Sul e todas as raças e anuncia para breve o fim do *apartheid* em outras estruturas de recreio ■ É enterrada em Madrid a dirigente histórica do Partido Comunista de Espanha Dolores Ibarruri.

17 Sexta-feira

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, inicia uma visita ao centro do País no âmbito da campanha da CDU ■ A Federação Nacional dos médicos considera que será inevitável o recurso à greve no sector a curto prazo ■ Uma delegação da coligação «Por Lisboa» visita a Central do Comando de Tráfego do município onde está implantado o sistema informático «Gertrude» ■ Mais de um milhão de mulheres trabalhadoras do sector do vestuário concentram-se na rotunda da Boavista, no Porto, desfilando até às portas do Ministério do Trabalho e da Associação patronal ■ Falece aos 67 anos, em consequência de um cancro, João de Freitas Branco, figura eminente da cultura e música portuguesas ■ O Papa João Paulo II envia uma mensagem ao arcebispo de São Salvador, condenando, como um acto de violência atroz, o assassinio dos seis sacerdotes jesuítas, cuja responsabilidade o governo nega ■ O novo líder do Partido Comunista da Bulgária, Petar Mladenov é eleito pelo Parlamento para o cargo supremo de Chefe de Estado, na sequência da demissão de Todor Jivkov.

18 Sábado

Álvaro Cunhal intervém no conselho da Covilhã ■ Mau tempo em todo o país provoca estragos pontuais embora sem consequências graves ■ O PCP desmente que o seu secretário-geral tenha considerado a possibilidade da convocação de um congresso extraordinário ■ A guerrilha de El Salvador toma a zona industrial de Merliot, situada seis quilómetros apenas do Estado Maior das Forças Armadas ■ Eduardo dos Santos, presidente de Angola, conclui um encontro com o mediador Mobutu Sese Seko, sem se registar qualquer evolução no processo de paz naquele país ■ Termina, em Paris, uma reunião das Doze que aprova a criação de um banco europeu para o desenvolvimento e modernização da Europa da Leste, e de uma fundação para a formação de quadros e abertura de cursos da CEE aos naturais desses países

19 Domingo

O I Congresso da Confederação Cooperativa portuguesa exige, em Lisboa, a possibilidade de se criar cooperativas de crédito, mediação de seguros, transporte de mercadorias e agências de viagem ■ Professores da ilha açoriana de S. Miguel anunciam a sua adesão à greve nacional de docentes convocada pela FENPROF para os dias 29 e 30 do corrente ■ Ao fim de quatro dias de incerteza, é anunciada que Luís Inácio da Silva (Lula) passou à segunda volta das eleições presidenciais brasileiras, acompanhando Collor de

Mello ■ Uma sondagem divulgada na Índia prevê uma fragorosa derrota do Partido do Congresso I, do primeiro-ministro Rajiv Gandhi ■ Mais de 20 mil pessoas voltam a manifestar-se no centro de Praga, protestando contra o regime ■ O porta-voz do governo da RDA, Wolfgang Meyer, afirma à agência ADN que mais de três milhões de cidadãos da RDA visitaram neste fim-de-semana a Alemanha Federal ■ O governo da Checoslováquia desmente que alguém tenha sido morto no decorrer da manifestação de protesto realizada na sexta-feira.

20 Segunda-feira

Luís Sá, acompanhado de Vítor Dias, apresenta em conferência de imprensa as conclusões da reunião da Comissão Política do PCP ■ Começa na Ar a ser discutido na generalidade o Orçamento do Estado para 1990 ■ O Presidente da República, Mário Soares, parte para Bissau onde inicia uma visita de duas semanas que o levará também à Costa do Marfim e Zaire ■ É inaugurado em Lisboa o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo ■ Os três candidatos à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio, Hermínio Martinho e Marcelo Rebelo de Sousa participam num debate denominado «Lisboa»: construir em 1990/93 ■ Os praças da Armada protestam contra a imposição do Estatuto Militar e a favor de vencimentos justos ■ A Comissão da CEE propõe aos doze um programa legislativo para pôr em vigor a Carta Social europeia ■ O Soviete Supremo da Geórgia aprova uma série de emendas à constituição e declara o seu direito a sair da União Soviética ■ Iniciam-se os trabalhos do 14.º Congresso do Partido Comunista Romeno.

21 Terça-feira

Candidatos da coligação «Por Lisboa» debatem com professores do ensino básico e pré-escolar propostas para «mudança da escola na cidade» ■ O PS acusa o PSD e o Governo de reduzirem «a sua visibilidade política à acção diária de profissionais da arruaça parlamentar e ao inauguracionismo» ■ Representantes dos trabalhadores de empresas portuguesas de indústria de defesa manifestam-se em Lisboa contra uma futura reestruturação do sector que implique supressão de postos de trabalho ■ Por iniciativa dos eurodeputados do PCP é apresentada uma proposta na mesa do PE solicitando maiores taxas de comparticipação da CEE nos projectos de países com dificuldades económicas ■ A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional de El Salvador lança um ataque ao bairro Escalon da capital e toma de assalto o hotel Sheraton ■ Os dirigentes políticos gregos acordam na constituição, por todos os partidos, de um governo de unidade nacional ■ A Assembleia Constituinte namibiana reúne pela primeira vez no Tintenpalast de Windhoek.

guido pela sua inigualável iniciativa política? Que conseguiu ser nesta fase de preparação das eleições autárquicas a única força capaz de reunir numa vasta e diversificada convergência as forças democráticas da esquerda portuguesa?

É «stalinista» um Partido que no movimento comunista internacional mais se tem batido pela democracia interna dos partidos e mais tem desenvolvido nas suas próprias fileiras as práticas democráticas? O Partido que desde a primeira hora tem apoiado a «perestroika» e salientado o seu significado mais geral e internacionalista recusando uma extrapolação de situações muito diferenciadas?

É fechado às novas realidades um Partido cujo XII Congresso representa uma abertura de facto às profundas alterações actualmente em curso?

É justo dizer-se que o PCP resiste à «renovação» quando exactamente o XII Congresso constituiu o mais flagrante passo na renovação do programa e direcção do Partido?

É justo atacar um Partido que, principalmente nas últimas décadas sempre afirmou e demonstrou na prática que o marxismo-leninismo não é um dogma nem uma cartilha de receitas acabadas mas um guia para a acção?

É justo atribuir ao PCP a concepção de «colectivismo absoluto e da fusão do Estado como um partido único» quando no Programa do Partido, antes e depois do XII Congresso, se reconhece o direito à existência de sectores diversos — nacionalizado, cooperativo e privado — se preconiza para todos o apoio do Estado democrático; quando se defende o direito de cada sector económico se desenvolver segundo a sua própria dinâmica?

É justo falar em Estado «de partido único» quando de há muito e de maneira mais sistematizada no XII Congresso na luta por uma democracia avançada e pelo socialismo se preconiza o sistema pluripartidário?

Todos estes aspectos marginais da questão central do momento presente devem merecer o necessário debate e desenvolvimento, devem recolher o contributo teórico e prático de todos os membros do Partido por divergentes que sejam.

Com confiança encaremos a próxima batalha política pelo Poder Local, o sucesso eleitoral da CDU e das coligações em que se integra, a derrota das concepções antiautónomas e centralistas da direita restauracionista governante.

No «combate à acção antipopular e antidemocrática do Governo PSD/Cavaco e na luta dos trabalhadores e do povo em defesa dos seus interesses, direitos e aspirações» — como se apela no Comunicado da Comissão Política — estará a justa resposta dos comunistas aos ataques e deturpações da política e das posições ideológicas do PCP.

Avante!
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto.
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Setembro: 22 225 exemplares

Semana

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 830

23 de Novembro de 1989

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

COMUNICADO DA COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, na sua reunião de 20 de Novembro, debruçou-se sobre as eleições para as autarquias locais e outros aspectos da situação política e social do País.

I As eleições autárquicas

A Comissão Política analisou o desenvolvimento da pré-campanha e preparação da campanha eleitoral das coligações em que o PCP está integrado tendo concluído que o trabalho e a intervenção eleitoral das coligações prosseguem em geral em bom ritmo por todo o País.

A Comissão Política considera oportuno assinalar o vivo contraste entre as características da intervenção eleitoral da CDU e das coligações que o PCP integra, assente na obra realizada, na seriedade, na prestação de contas, em programas concretos e rigorosos baseados no trabalho sério e na participação popular, no aprofundamento de propostas e soluções; e a campanha de outras forças políticas, particularmente do Governo e do PSD, assente na manipulação de cargos públicos, no mais feroz e grosseiro anticomunismo, em absurdos inquéritos parlamentares às Câmaras de Loures e Seixal, em campanhas de calúnias, em elevados meios financeiros e em actuações que se pretendem espectaculares (como acontece com o candidato do PSD/CDS à Câmara de Lisboa), mas totalmente carecidas de consistência, rigor e seriedade política.

A Comissão Política chama também a atenção para o facto de o PSD criticar vivamente a gestão de vários anos da responsabilidade do próprio PSD, tentando fazer crer que a mera mudança de pessoas, apesar de serem da mesma área política e defensoras dos mesmos interesses dos seus antecessores, poderá traduzir-se numa mudança de orientação. Repete assim em numerosos casos, com destaque para Lisboa e Porto, a operação já adoptada em 1985 por Cavaco Silva. Torna-se imperioso denunciar esta mistificação grosseira e assegurar verdadeiras alternativas, capazes de colocar as autarquias ao serviço das populações.

A Comissão Política sublinha igualmente que a campanha anticomunista, e em particular a desencadeada pelo Primeiro-Ministro, o Governo e o PSD, traduz as suas apreensões e receios pelo seu isolamento crescente no quadro das forças políticas e sociais, a previsível derrota nas autárquicas e o avanço das forças democráticas, nomeadamente da CDU e das coligações «Por Lisboa», «Desenvolver Setúbal» e «Mãos à Obra pela Covilhã».

A Comissão Política considera ainda que é indispensável um trabalho intenso para confirmar o êxito eleitoral da coligação «Por Lisboa», da CDU-Coligação Democrática Unitária e das coligações em que o PCP participa e que concorrem em Setúbal e na Covilhã. Com esse objectivo, a Comissão Política reitera um vivo apelo para que todos os militantes, organizações do partido e democratas se empenhem activamente em concretizar em 17 de Dezembro um importante revés da direita e o avanço da gestão democrática, honesta, competente e participada das autarquias locais.

II O Orçamento de Estado e a política económica do Governo

A Comissão Política chama a atenção das populações e em particular dos trabalhadores para o facto de o Governo ao mesmo tempo que acentua a intensa actividade propagandística com propósitos eleitoralistas, incluindo as promessas e a demagogia, realizar e preparar na prática toda uma política antipopular, anti-social e antidemocrática.

O Governo aproveita a apresentação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para montar uma mistificadora operação assente na falsificação da realidade, no escamoteamento dos factos e na manipulação dos números. A realidade é a persistência de sérios problemas estruturais na economia portuguesa, designadamente os elevados desequilíbrios orçamentais e das contas externas a par do crescente agravamento da inflação.

A insistência do Governo na mera evolução quantitativa do PIB visa escamotear o que a sua estratégia tem de anti-social, estimulando a intensificação da exploração dos trabalhadores e a ruína das camadas médias, de contrária à descentralização, de lesiva da economia nacional, de valorização de uma intervenção do Estado em favor dos grandes grupos económicos privados em detrimento do sector público da economia e de funções sociais que ao Estado cabem.

A previsão pelo Governo da taxa de inflação para o próximo ano na ordem dos 10% tem como objectivo tentar limitar a um nível subavaliado a base para as negociações salariais e assim continuar a diminuir os salários e as pensões reais.

Ao mesmo tempo, os sucessivos cortes nos limites do crédito interno atingem sobretudo as pequenas e médias empresas, para as quais é cada vez mais escasso e mais caro o crédito disponível para o investimento e para a actividade económica corrente.

Ao contrário da propagandeada diminuição da carga fiscal, o nível da fiscalidade aumenta, segundo o OE, de 20,6% do PIB em 1989 para 22% do PIB em 1990.

Importa publicamente denunciar que no OE o Governo propõe o agravamento do imposto sobre os produtos petrolíferos em 11,8% para a gasolina, em 20% para o gasóleo e em 400% para o fuel-óleo, com fortes repercussões nos custos industriais e agrícolas, nos transportes públicos e privados e nos preços da electricidade e do gás.

A opção governamental contrária à descentralização e ao Poder Local é bem manifesta, no âmbito do Orçamento do Estado, em novas e descaradas subavaliações (da ordem dos 30 milhões de contos) nas previsões de cobrança do IVA, na base das quais irá defraudar as finanças locais em cerca de 7,7 milhões de contos.

A política económica seguida é também fortemente lesiva da autonomia da economia nacional, ainda que no contexto de uma acrescida interdependência. Para 1990, as despesas orçamentais em programas e acções co-financiadas pela CEE absorvem já 63% do PIDDAC. O financiamento de programas e acções sociais de primeira prioridade, mas que não se integrem nas prioridades globais da CEE, ficam assim impedidos ou fortemente limitados.

O que domina a política económica do Governo é a privatização de tudo o que é público na área económica, no objectivo de acelerar o fortalecimento e a constituição de grandes grupos económicos — incluindo de grupos monopolistas anteriores ao 25 de Abril — a reconstituição do latifúndio alentejano e ribatejano e a entrega ao capital estrangeiro de posições fundamentais na economia nacional.

A realidade é que, contrariamente ao que apregoa, o Governo intervém cada vez mais na economia, favorecendo os grandes grupos privados e privatizando crescentemente funções sociais que ao Estado competem.

A diminuição dos subsídios às empresas públicas de transportes (de facto, subsídios aos utentes), das bonificações de juros para aquisição de habitação própria, das dotações para a promoção de habitação social e a venda de empresas públicas, tem como reverso da medalha as cada vez maiores transferências de recursos orçamentais para o sector privado que, em 1990, irão atingir os 180 milhões de contos.

III Outros aspectos da situação política e social

A Comissão Política sublinhou que se continua a aprofundar o clima de instabilidade social, traduzido no aumento das acções de protesto de variados sectores sociais, no recente surto grevista e na sua previsível continuação com novas greves já anunciadas para os transportes ferroviários e rodoviários, têxteis, professores, médicos, etc..

A diversificada jornada de luta promovida pela CGTP no passado dia 16, contra a política social do Governo, atesta e confirma a determinação dos trabalhadores em defenderem os seus interesses e darem combate à política anti-social do Governo.

É significativo da amplitude da oposição à política do Governo a tomada de posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, na presença de dezenas de Presidentes de Câmaras de todos os partidos políticos, contra medidas centralistas do Governo, em especial no quadro do Orçamento de Estado para 1990.

No plano do ensino o Ministério de Roberto Carneiro subverte princípios essenciais da Lei de Bases do Sistema Educativo e da própria Constituição, incentivando a privatização do sistema de ensino, apoiando com legislação, com dinheiro e autorizações diversas o ensino privado, ao mesmo tempo que subalterniza e discrimina o ensino público, agudizando os problemas do ensino.

A Comissão Política chama a atenção para a contínua governamentalização das questões da integração europeia, com manifesto prejuízo dos interesses nacionais e para o facto de o País continuar a não dispor de qualquer estudo governamental sobre as consequências do mercado único, nem sobre as avaliações da União Económica e Monetária.

Constitui um verdadeiro escândalo e uma afronta aos interesses e à dignidade dos trabalhadores portugueses as posições retrógradas que o Governo português tem tomado em relação à Carta Social, designadamente as pressões que tem exercido no sentido de ser permitido pela Comunidade, o recrutamento de trabalhadores portugueses, com salários e condições de trabalho inferiores às do país de acolhimento.

A Comissão Política sublinha o significado profundo de a actuação do Governo aparecer cada vez mais associada a escândalos públicos envolvendo graves acusações de corrupção aos seus membros onde se incluem os casos do ministro das Finanças, da ministra da Saúde, do ministro do Trabalho, do ministro da Agricultura, da entrega de reservas na Reforma Agrária, da gestão do Fundo Social Europeu, do processo das privatizações (Banco Totta, Tranquilidade), do Banco Franco-Português, da Caixa Económica Fialense, etc..

Não deixa igualmente de ser revelador desse clima e da desorientação do Governo a estranhíssima comunicação ao País do Primeiro-Ministro em 10 de Novembro.

A Comissão Política considera da maior importância, neste quadro, a multiplicação das formas de luta e de protesto e o envolvimento de vastos sectores nas batalhas democráticas, com vista à derrota da direita no próximo dia 17 de Dezembro e a procura da necessária alternativa democrática.

IV Sobre alguns acontecimentos recentes

A Comissão Política rejeita e condena o facto de alguns membros do Partido, a pretexto de acontecimentos em países socialistas, entre outros, concertarem e desencadearem uma intervenção pública com a agravante de o fazerem em período eleitoral, em torno de questões que no essencial foram debatidas no XII Congresso do Partido, realizado há menos de um ano, e em relação a muitas das quais o Congresso aprovou importantes resoluções.

Tomadas publicamente à margem da actividade normal do Partido e contrariando regras fundamentais do seu funcionamento, estas posições veiculadas por grandes meios de comunicação social são integradas na intensa campanha contra o PCP e a CDU, com o objectivo de enfraquecer, diminuir ou limitar as promissoras perspectivas eleitorais em 17 de Dezembro.

A Comissão Política salienta que a campanha em que estão lançados alguns membros do Partido contra a orientação, a actividade e a direcção do Partido, desenvolve-se à margem e contrasta com a intensa, empenhada e militante acção da esmagadora maioria do colectivo partidário na preparação das eleições autárquicas, revela que pretendem, não contribuir para a vitória que se desenha nas eleições autárquicas, mas sim para insucessos que possam alegar em favor das suas posições.

A Comissão Política analisou igualmente os últimos acontecimentos ocorridos no plano internacional, nomeadamente nos países socialistas e a exploração que deles é feita pela propaganda anticomunista, confirmando e subscrevendo as apreciações e posições contidas na nota do Secretariado do Comité Central do dia 13 de Novembro.

A Comissão Política entende no entanto que a complexa situação em desenvolvimento nos países socialistas deverá continuar a ser objecto de atento acompanhamento e merecer aprofundada análise pelo partido, após a realização das eleições autárquicas.

A Comissão Política apela ao empenhamento e à participação confiante de todos os militantes do Partido nesta grande batalha política que são as eleições autárquicas, no combate à acção antipopular e antidemocrática do Governo PSD/Cavaco Silva e na luta dos trabalhadores e do povo em defesa dos seus interesses, direitos e aspirações.

20 de Novembro de 1989

Comissão Política do Comité Central do Partido
Comunista Português

Problemas
do Mundo Contemporâneo

N. N. Iakovlev

OS HOMENS DA CASA BRANCA
DE TRUMAN A REAGAN

edições
Avante!



PCP

**Três dias,
três distritos,
19 iniciativas,
1000 quilómetros**

Com Álvaro Cunhal em terras beirãs e alentejanas



Figueira da Foz: trabalhadores da CP com Álvaro Cunhal. Nem só de pão vive o homem

Foi nas oficinas de manutenção e reparação de material circulante da CP na cidade da **Figueira da Foz** que se iniciou na manhã da passada sexta-feira, dia 17 (exactamente a um mês de distância das eleições autárquicas), mais uma longa digressão de fim-de-semana do secretário-geral do PCP nesta fase pré-eleitoral.

Desta feita, Álvaro Cunhal viajou pelas regiões da **Beira Litoral** (distrito de Coimbra), **Beira Interior** (distrito de Castelo Branco) e **Alto Alentejo** (distrito de Portalegre), terminando nessa verdadeira pérola do património alentejano que é a cidade de **Elvas**, «ali» a dois passos da fronteira do Caia, com Badajoz à vista.

Percorreram-se largas centenas de quilómetros, sob difíceis condições atmosféricas, com fortes chuvadas e venta-

nias. Mesmo assim, o programa foi cumprido integralmente, tendo Álvaro Cunhal participado em numerosas iniciativas: de simples ou animados convívios a concorridos comícios e sessões (algumas de grande envergadura como sucedeu em **Campo Maior** e que a objectiva do Jorge Carriço apanhou para os leitores do «Avante!»), passados por breves contactos e encontros com a população, alguns bem expressivos, como sucedeu na **Leirosa**, perto da Figueira da Foz, onde a terrível poluição provocada pela indústria da celulose «queimou» a agricultura e a pesca.

Enfim, iniciativas bem diversificadas, de diálogo e esclarecimento, também de reflexão, vividas em pequenas localidades (quem pode esquecer o calor daquelas gentes do **Casal da Serra**, no

Tortosendo?), em grandes centros urbanos como **Coimbra** e **Covilhã**, ou ainda em simpáticas vilas alentejanas como **Monforte** ou **Fronteira**.

Temas centrais da actualidade política e da situação social, os escândalos que marcam a actuação do Governo cavaquista, as autárquicas de 17 de Dezembro e a importância do Poder Local democrático na vida nacional, a acção dos comunistas na batalha eleitoral, a CDU, a convergência e a unidade democrática, o trabalho e as provas dadas pelos eleitos comunistas e da CDU nos órgãos autárquicos tanto em posições de maioria como de minoria, o significado das ligações concretizadas em Lisboa, Setúbal e Covilhã, os acordos com os democratas com vista ao 17 de Dezembro, a grande abertura e dis-

ponibilidade colocada pelo PCP na preparação das listas e na procura do maior leque possível de unidade e entendimento (é este o PCP «isolado» e «fechado» de que alguns falam?) — foram temas abordados pelo secretário-geral do PCP no passado fim-de-semana, que destacou ainda questões como a significativa presença de mulheres e jovens nas listas CDU e a ligação entre a batalha eleitoral e o combate à desastrosa política do Governo PSD.

Com Álvaro Cunhal, vivamente saudado em todas as iniciativas, estiveram candidatos, activistas da CDU, autarcas e dirigentes do PCP, para além de alguns jornalistas, com destaque para os homens das rádios locais, sem dúvida bons companheiros de trabalho.

■ JPO



Figueira da Foz: depois da visita às oficinas e aos escritórios, Álvaro Cunhal e Henrique Carriço, candidato à presidência da CM, dirigiram breves palavras aos trabalhadores da CP durante a hora de almoço. As lutas reivindicativas, a política de encerramento de ramais na CP e as eleições de 17 de Dezembro no concelho foram temas em foco. No dia anterior tinha havido paralisação, luta que iria prosseguir esta semana na empresa. Aquele núcleo da CP na Figueira da Foz emprega cerca de 400 trabalhadores. Na altura, foi agradecida a colaboração manifestada pelo eng.º Gonçalves para a realização da visita e deste encontro de Álvaro Cunhal e de candidatos CDU nas instalações da CP

Montemor-o-Velho: depois de um expressivo contacto com a população de Leirosa, que em peso veio à rua para falar dos seus problemas ao secretário-geral do PCP, o camarada Álvaro Cunhal participou num convívio com candidatos e activistas da CDU do concelho de Montemor-o-Velho (foto), «um concelho adiado» como sublinharam na ocasião. As listas da Coligação PCP-PEV contam com mais de 50 por cento de independentes e com um leque significativo de gente jovem, caso do agricultor de 24 anos que concorre à JF de Santo Varão. Como foi destacado na altura, a freguesia de Varride é um bom exemplo do trabalho dinâmico e responsável que a CDU pratica nas autárquias



Confusões

Em Berlim Ocidental, a acreditar na nossa insuspeita RTP, está a acontecer uma coisa verdadeiramente inconcebível, um desaforo, uma pouca vergonha, merecedora de infamável condenação.

Como tem sido amplamente anunciado, desde que as fronteiras entre a RDA e a RFA foram abertas, milhares de cidadãos da RDA têm vindo passar o fim de semana do lado de cá.

Ora imagine-se que, no meio das bichas onde a generosidade ocidental presenteia os visitantes orientais com café com leite e outras virtualhas, infiltram-se desempregados e pobres de **Berlim Ocidental** que pretendem banquetear-se com os mesmos víveres.

A generosidade teutónica e do ocidente em geral manifesta-se incomodada. É toda a teoria liberal, é toda a Escola de Chicago, é o sr. Milton Friedmann, a Mrs. Thatcher e (nas devidas proporções, é claro) o ministro Cadilhe que estão a ser postos em causa. Na verdade, não se pense que o café com leite berlinense e ocidental constitui qualquer quebra nos sólidos princípios que proscvem o *estado providência*, o *welfare state* e outras heranças da infiltração marxista.

O café com leite berlinense, sublinham os *Chicago boys* que assessoreiam o sr. Pinochet, é uma pura operação de propaganda, inteiramente dentro dos parâmetros e das atribuições do Estado liberal que faz os enlevos do Pacheco que também é Pereira. A administração berlinense e ocidental, dentro dos mais liberais princípios, está-se olímpicamente nas tintas para se qualquer alemão, situe-se ele de que lado for do muro, tenha vontade de uma chávena de café com leite, precisão de um *anorak* ou de comprimidos para a gripe: preocupar-se com essas coisas seria entrar numa linha marxizante, nada moderna - quando o que é preciso é *menos Estado*. Agora o que, de forma coerentemente liberal, a mesma administração faz é aproveitar, aliás com liberalidade, esta oportunidade de propaganda.

Mas, é claro, há sempre quem abuse! Possivelmente gritando "nós também queremos ser alemães orientais", os desempregados ocidentais precipitam-se para as bichas, não para fazerem propaganda - mas para comerem.

Mas há pior. Os mesmos elementos perturbadores começam a resmungar porque a cada cidadão da RDA que passa a fronteira, a generosidade ocidental oferece 100 marcos para gastos. Não será propriamente uma fortuna, mas, ao que parece, os desempregados de Berlim Ocidental entendem que tal subsídio lhes faria imenso arranjo.

É, na verdade, uma situação deveras bizarra. Enquanto - ainda segundo a RTP - os cidadãos da RDA (nos seus lentíssimos *Trabant* que impedem as correrias dos democráticos *Mercedes* e *BMW*) se precipitam para as lojas a fim de comprarem vídeos, *walkman*, cadeias *hifi* e coisas semelhantes, há berlinenses ocidentais que vão para a bicha do café com leite.

E é claro que ainda se podem vir a gerar outros problemas. Imagine-se, por exemplo, que os emigrantes clandestinos turcos, que costumam ser tratados a pontapé pelas autoridades fronteiriças da RFA, começam a reclamar o seu café com leite e os seus 100 marcos. E não lhes faltarão argumentos: então eles que até têm precisão, que ainda por cima vêm do capitalismo (não consta que a Turquia tenha um regime socialista), que já estão habituados, não têm direito ao mesmo que têm os que vêm do socialismo?

Uma confusão.

Uma confusão, e uma complicação. Porque lá que há problemas a Leste e no socialismo, é coisa que toda a gente sabe e ninguém contesta. Agora que há desempregados e esfomeados a Oeste e no capitalismo é que, pelos vistos, ninguém sabia.

■ R.C.

PCP

Três dias, três distritos, 19 iniciativas, 1000 quilómetros



Coimbra: a quem votou Cavaco e agora vê claramente que se enganou (e serão uns bons milhares de pessoas) não deveremos dizer «aguenta-te», mas sim «da próxima não te enganes». A ideia foi dada em Coimbra no improviso de Álvaro Cunhal, no convívio realizado à noite, em Sta. Clara, fechando assim com chave de ouro a jornada de sexta-feira, toda ela dedicada a este distrito da Beira Litoral. Um vasto salão, repleto, aplaudiu com calor a intervenção do secretário-geral do PCP, que «atacou» o grande escândalo cavaquista dos aumentos de 56 por cento, lembrando a iniciativa tomada pela bancada comunista na Assembleia da República: aumentos não superiores a 12 por cento (como aconteceu à FP) para os titulares de cargos políticos. Em Coimbra houve intervenções também de Jorge Velga, primeiro candidato CDU à AM de Coimbra e de Herculano Pombo, de «Os Verdes»

Lorvão: depois de uma «bica» e de dois dedos de conversa em Penacova (sede de concelho), o secretário-geral do PCP seguiu para a freguesia de Lorvão, onde, na companhia do candidato CDU à presidência da JF local, António Rodrigues Marques, enfermeiro-chefe, músico e treinador de futebol, visitou o Mosteiro de Lorvão, peça valiosa do património nacional. Uma visita cultural onde se falou do passado histórico, do presente de acção, do futuro que são os jovens (a propósito do ATL ali instalado) e também do respeito que merecem aos comunistas as crenças religiosas das populações



Tortosendo: a chuva continuava, impiedosa. «É preciso ter azar; cada vez que vem cá é com chuva», ouvem-se alguns desabafos debaixo do chapéu. Terra com fortes e históricas tradições democráticas, o Tortosendo, a meia dúzia de quilómetros da Covilhã, acolhe com entusiasmo o secretário-geral do PCP, que primeiro vai subir ao Casal da Serra (foto) para uma nova visita à colectividade desta localidade do Tortosendo (o Desportivo Casalense), onde a população constrói a pulso uma nova sede.



Covilhã: nas últimas autárquicas a CDU ficou a escassos mil votos da vitória; por seu turno PRD obteve 4000 votos. Para 17 de Dezembro, o eleitorado do concelho pode manifestar a sua confiança, convergente, nos partidos da CDU (PCP-PEV) e do PRD, ou seja na Coligação «Mãos à obra pela Covilhã».

Este tom de legítima confiança marcou na noite de sábado no vasto auditório do Cine-Centro, o comício promovido pelo PCP. Intervenções: Luís Garra (AM), JCP, um vereador (Ramiro Reis), um presidente de Junta CDU (Cortes do Meio), o eng.º Teles André, candidato à presidência do Município serrano e, finalmente, Álvaro Cunhal. «Mãos à obra pela Covilhã», como foi comprovado pelo comício, é mais do que um lema — é a determinação de uma equipa com projectos sérios para desenvolver o concelho, e que dará «pelouros a todos os que queiram trabalhar».



Lousã: lutar «por uma melhor representação nos órgãos de gestão do concelho» é objectivo que anima os activistas da CDU na Lousã, como foi sublinhado no convívio que decorreu na Escola do Ciclo, no fim de uma manhã de forte vento e chuva. A confraternização e a magnífica chafana servida fizeram esquecer o temporal. E porque o primeiro nome da lista CDU para a CM da Lousã é feminino, concretamente a Dr.ª Maria do Rosário, o secretário-geral do PCP salientaria a dado passo da sua intervenção a expressiva presença de mulheres nas listas CDU e nas coligações em que o Partido participa, destacando os casos de Almada, Setúbal e Alcácer do Sal. Depois da Lousã, Álvaro Cunhal seguiu para o Paúl, dando assim início a uma nova etapa deste fim-de-semana pré-eleitoral — a etapa serrana. Tortosendo e Covilhã viriam depois.

Palavras destas não as leva o vento...

«A Sociedade Figueira Praia não cumpriu os compromissos que estava obrigada pela concessão do jogo» (Henrique Carriço, candidato à presidência da CM da Figueira da Foz, 17.11.89)

«Os Verdes da Europa vão reunir em Lisboa» (Herculano Pombo, Coimbra, 17.11.89)

«A CM da Covilhã tem 230 mil contos de dívidas aos empreiteiros» (Ramiro Reis, vereador, Covilhã, 18.11.89)

«A vitória está à nossa espera; basta que lutemos por ela» (Dr. Rui Vieira)

«Naturalmente, os resultados eleitorais de 17 de Dezembro vão ter profunda influência na situação política do País» (Álvaro Cunhal na Figueira da Foz, 17.11.89)

«Estou farto de ver tanta inércia à frente da Junta, tanta perca de tempo!» (António Rodrigues Marques, candidato à presidência da JF de Lorvão, na declaração divulgada ao povo desta localidade do concelho de Penacova)

«O lema "Mãos à obra pela Covilhã", é qualquer coisa de significativo» (A. Cunhal, Covilhã, 18.11.89)

«Os programas das equipas CDU são elaborados com a firme determinação de resolver os problemas das populações» (A. Cunhal em Campo Maior, 19.11.89)

«Não há delfins no PCP» (A. Cunhal na Fig. da Foz, 17.11.89)

«O Encontro da CDU aqui realizado da parte da manhã constituiu uma frutuosa troca de experiências» (Dr.ª Maria do Rosário, candidata à presidência da CM da Lousã, 18.11.89)

«O PCP não recebe lições de democracia e liberdade de ninguém» (A. Cunhal, Covilhã, 18.11.89)

«Elvas não pode estar voltada só para o comércio» João Vintém, candidato à presidência da CM de Elvas, 19.11.89)

«Desejo-lhe, sr. dr., longos anos de vida» (Jornalista da Lusa dirigindo-se a A. Cunhal, na Fig. da Foz, 17.11.89)

«Nenhum dos partidos da Coligação "Mão à obra pela Covilhã" pediu aos outros partidos para deixarem de ser aquilo que são» (Luísa Garra, cabeça de lista para a AM da Covilhã, 18.11.89)

«Quantas empresas foram criadas nos últimos anos no nosso concelho? Que verbas lhe foram destinadas? Quantos empregos foram criados?» (Moita Pereira, indep., candidato à presidência da CM de Fronteira, 19.11.89)

«A CDU já aqui fez um bom trabalho na área cultural» (um jornalista da Rádio Elvas em conversa com os repórteres do «Avante!», 19.11.89)

«Há quem queira riscar do mapa os produtores de arroz do Baixo Mondego» (Mário Galvão, orizicultor, Montemor-o-Velho, 17.11.89)

«Não tenho ambições políticas mas não sou insensível às injustiças» (Dr. Rui Vieira, candidato à presidência da CM de Campo Maior, 19.11.89)

«Para os reformados não há aumentos de 56 por cento... E as reformas de sobrevivência já não dão para viver» (A. Cunhal, Elvas, 19.11.89)

PCP

Três dias, três distritos, 9 iniciativas, 600 quilómetros

Gáfete: freguesia, e depois **Crato**, sede de concelho, foram os primeiros pontos de paragem no domingo. Para trás tinha ficado a Serra da Estrela. Agora era o Alto Alentejo. No Crato o encontro com a população decorreu na Sociedade Recreativa e Artística, onde se registaram breves intervenções do secretário-geral do PCP e do cabeça de lista da CDU, Manuel António Sanches Ferreira, funcionário público, que salientou o entusiasmo com que os activistas da Coligação trabalham nas freguesias de Aldeia da Mata, Crato e Mártires, Flor da Rosa, Gáfete, Monte da Pedra e Vale do Peso.



Alter do Chão: foi na sala dos casamentos da vila que aconteceu o encontro com o secretário-geral do PCP. Falou-se, naturalmente, dos projectos e das propostas da lista CDU para o Município, que tem como primeiro candidato o dr. Antão Lopes Vinagre. Ao microfone não estiveram apenas Álvaro Cunhal e aquele candidato. O Alentejo é terra de poetas e o que se vê na foto apresentou as suas quadras.



Fronteira: jovens de todas as idades na sessão da CDU com Álvaro Cunhal, já depois do almoço em Cabeço de Vide. Uma Casa do Povo cheia para ouvir breves palavras do secretário-geral do PCP e do cabeça de lista da CDU. O concelho tem que conhecer os caminhos do desenvolvimento; há que dar resposta aos problemas locais. A CDU está empenhada nessa luta



Campo Maior: ponto alto da deslocação de Álvaro Cunhal ao distrito de Portalegre, no domingo, foi este comício (o do «arranque para a vitória») no pavilhão da Cooperativa Agro-Campo Maior, junto ao campo de futebol. Uma sala cheia. Um entusiasmo vibrante. Uma atenção especial às palavras dos oradores. O prof. Rui Vieira, candidato à presidência do Município, falou do apego à liberdade, à democracia e à independência face, nomeadamente, ao poder económico da sociedade campo-maiorense e avançou, serenamente, um vasto conjunto de ideias e projectos da candidatura tendo em vista o bem-estar, o desenvolvimento e o progresso harmonioso do concelho. Álvaro Cunhal lembrou que, na generalidade das autarquias CDU no Alentejo, a obra realizada é notável. E recordou que, em muitos casos — dentro e fora do Alentejo — as populações têm vindo, eleição após eleição, a reforçar as posições da CDU.

Elvas: foi no Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal, numa daquelas ruas estreitas do coração da cidade, que Álvaro Cunhal fechou o fim-de-semana. Uma sala cheia aplaudiu as palavras de João Vintém, cabeça de lista da CDU, e do secretário-geral do PCP. Vintém recordou dificuldades com o abastecimento de água e a rede de esgotos em algumas freguesias do concelho, alertando também para a necessidade de promover um programa de habitação social. **Elvas merece melhor**, sublinhou. Por seu turno, Álvaro Cunhal fez um breve ponto da situação política e destacou a dado passo a presença de numerosos independentes e de elementos socialistas nas candidaturas CDU, como em Peniche e Aljezur. Antes desta sessão, alguns agricultores falaram com o secretário-geral do PCP sobre a difícil situação em que se encontram os que têm as terras ameaçadas no Perímetro de Rega do Caia



Cabeço de Vide: aplausos e simpatia para Álvaro Cunhal à chegada a esta localidade do concelho de Fronteira, onde teria lugar um almoço-convívio «recheado» de frequentes saúdes em rima. Primeiro, curtas intervenções do cabeça de lista da CDU para a CM, o independente Moita Pereira, e de Álvaro Cunhal, a quem foi oferecido um chapéu de palha, exemplo da produção artesanal desta região alentejana. O convívio em Cabeço de Vide decorreu no salão do albergue



Monforte: as linhas essenciais do projecto CDU para o concelho foram apresentadas pelo segundo nome da lista para o Município, Rui Café. A caminho de Campo Maior, Álvaro Cunhal esteve na Casa do Povo de Monforte e confraternizou com activistas, candidatos e eleitos da CDU, caso dos presidentes das JFs de Assumar e Vaiamonte

**«Alcatrão espanhol...»**

Regra geral, os órgãos autárquicos dominados pela direita não apresentam trabalho favorável às populações. No entanto, nas vésperas dos actos eleitorais — e isto também não é novidade — assiste-se a grande azáfama, fazendo à pressa aquilo que «esqueceram» durante o mandato. Situações demagógicas destas foram confirmadas pelos candidatos CDU em diversas localidades visitadas por Álvaro Cunhal no passado fim-de-semana. Como em **Elvas**, onde a Câmara local mandou agora tapar uns buracos na rede viária, só que a qualidade e a rapidez com que o material é aplicado é tal que pouco depois das eleições os buracos voltaram (e alguns até já começaram a abrir). Como se diz em Elvas, é o «alcatrão espanhol». Só para entreter...

Diálogo sem fronteiras

Os contactos de Álvaro Cunhal no passado fim-de-semana foram diversificados. Falou com jornalistas, autarcas, candidatos, dirigentes do Partido, sindicalistas, elementos das coordenadoras CDU, populares. Em Montemor-o-Velho, durante um breve convívio no restaurante **Ramalhão**, onde o secretário-geral do PCP assinou o livro da casa, o diálogo contou com a participação de candidatos de outros partidos, especialmente o dr. **Luis Leal**, actual vereador pelo PRD e agora candidato na lista PSD para 17 de Dezembro.

«Se não quiser, não responda»

Cordialidade e simpatia foram notas comuns no contacto dos homens das rádios locais e de outros órgãos da Comunicação Social com o secretário-geral do PCP. Na Figueira da Foz, durante o convívio realizado no restaurante «Nau», que inaugurou simpáticas instalações com esta iniciativa, um jornalista saudou Álvaro Cunhal («não o temos todos os dias na Figueira da Foz») e colocou-lhe uma questão que «o sr. dr. se não quiser, não responda»: **qual foi a sua maior alegria, e a sua maior frustração.** A resposta surgiu com rapidez: **a liberdade alcançada depois de 48 anos de fascismo e as transformações então operadas na sociedade portuguesa — a maior alegria.** Frustrações? «Não sou pessoa de frustrações.» E escolhe a palavra tristeza. Sentida pelos **milhares que lutaram durante a ditadura e que não puderam ver o dia da liberdade** (afinal, não foi necessário cair o regime franquista primeiro...) e também pela tentativa de destruição de grandes conquistas e transformações socioeconómicas que o 25 de Abril trouxe.

Pela primeira vez na Lousã (depois de 74)

Uma saudação especial ocorreu também na Lousã, durante o convívio realizado no sábado. A cabeça de lista à CM pela CDU, dr.ª Maria do Rosário, lembra que é a primeira vez que, depois de 1974, o camarada Álvaro Cunhal está nesta vila do distrito de Coimbra. E recorda que ali teve lugar em 1946 o IV Congresso do PCP (naturalmente, na clandestinidade). **Numa jornada com mais tempo, propõe a candidata, poderíamos comemorar essa histórica realização.** Álvaro Cunhal ficou convidado.

Parabéns a uma jovem de 135 anos

Vibrante e entusiástica foi, sem dúvida, a confraternização realizada na noite de sexta-feira, em Vila Gouveia, Santa Clara, cidade de Coimbra. Cá fora, a chuva fria. Lá dentro, no vasto salão, repleto, o calor humano. Um verdadeiro ambiente de festa. Com momentos bem calorosos, como aquele em que o camarada Jorge Monteiro, dirigente do Partido e eleito na AM, recorda os 135 anos da freguesia de Santa Clara (20 de Novembro). Não faltou o brinde «a este aniversário e aos êxitos da CDU», entoando-se os «parabéns a você», ao ritmo da «Internacional».

Fronteiras abertas... para dentro

Problemas actuais da agricultura estiveram, naturalmente, em foco em várias iniciativas do fim-de-semana por terras beirãs e alentejanas. A grave situação do **escoamento** foi abordada por quem a sofre directamente, como em **Montemor-o-Velho**, na sexta-feira, já ao cair da noite. Mário Galvão lembrou «o que se está a passar no vale» (referia-se ao Baixo Mondego e ao arroz). É incrível o que foi ali denunciado: os orizicultores estão com terríveis dificuldades de escoamento e isto numa altura em que só produzimos **50 por cento das nossas necessidades.** Álvaro Cunhal lembraria também os problemas dos produtores de laranja, pêssego e maçã, pegando numa expressão anteriormente ouvida: de facto, as fronteiras foram abertas, mas para dentro. Falava-se, obviamente, da CEE. E dos (maus) termos em que foi negociada a adesão.

Poder Local

CM de Loures põe mais pontos nos ii

Após a conferência de imprensa dada na semana passada pelos presidentes das CM de Loures e do Seixal, os representantes do PSD no concelho de Loures «apressaram-se a convocar outra conferência de imprensa onde o disparate e a falta de rigor marcaram pontos» a pretexto do inquérito parlamentar decidido pela Assembleia da República - diz Severiano Falcão numa nota de imprensa em que fornece mais alguns elementos esclarecedores, não só da questão dos apoios municipais à Festa do «Avante!», como da actuação dos homens do PSD.

Depois de novamente afirmar que «nunca temeu nem teme» o inquérito, o presidente da CM de Loures começa por recordar o que disse Torres Pereira, na conferência de imprensa da Associação Nacional de Municípios, e que reflecte, por outras palavras, aquilo que se contesta na decisão da AR. O presidente da ANMP considerou ser «um mau princípio o facto de se encontrarem canais paralelos de acção tutelar», acrescentando que «o principal visado, do

ponto de vista político, será o Governo e não quem quer que seja».

Os responsáveis do PSD insistem agora que lhes foram recusadas informações por parte da administração municipal. Severiano Falcão confirma que houve em 1986 um pedido de esclarecimentos, «que, aliás, em nada se referia a eventuais apoios dados à Festa do «Avante!»»; sobre esse pedido o então secretário da AM solicitou ao subscritor,

Armando Militão, do PSD e deputado à AR, esclarecimentos sobre as informações pretendidas, «uma vez que elas eram tão vagas que não permitiam qualquer resposta objectiva» - afirma o presidente da CML, recordando que estes esclarecimentos nunca foram dados pelo PSD.

Por outro lado - lembra Severiano Falcão - «os pedidos de apoio da organização das festas do «Avante!» dirigidos à CM de Loures foram sempre dados a conhecer nas reuniões do executivo municipal», e apenas em relação a uma recepção a delegações estrangeiras é que João de Matos, vereador independente em Loures e também deputado do PSD, fez uma declaração que é reproduzida na nota de Severiano Falcão e que também aqui deixamos ao leitor: «À partida estou sempre de acordo com todo o tipo de visita que é feita

ao município, no entanto tenho algumas reservas quando se trata de uma festa partidária.»

Na nota de imprensa do presidente da CM de Loures esclarece-se ainda que os dois militantes do PSD na verificação - eleitos nas listas do PS e por isso considerados vereadores independentes - «nunca participaram directamente, por recusa sistemática por si mesmo assumida, na gestão do município».

«A troica de deputados do PSD e, em particular, o candidato Pacheco Pereira, prestam assim um péssimo serviço à democracia portuguesa, abusando do respectivo estatuto e utilizando a Assembleia da República como trampolim para conseguirem aquilo que a população do concelho de Loures lhes negará em 17 de Dezembro» - conclui Severiano Falcão.

Cavaco assobiado em Braga

O Primeiro-Ministro Cavaco Silva, na sua deslocação a Braga no passado dia 17, deparou com mais de duas centenas de pessoas concentradas junto do Lar de S. José, que, para provável estupefacção do governante «maioritário», não estavam ali para agradecer as benesses eleitoralistas, mas para o acusar de demagogia e apregoador de promessas.

Estudantes de informática da escola Secundária Alberto Sampaio, afirmavam em cartazes expostos que estavam cheios das promessas do Governo, mas na escola continuavam a faltar os computadores.

Os bracarense não se ficaram, porém, nos fortes assobios e protestos com que, segundo a Comissão Concelhia de Braga da CDU, Cavaco Silva foi recebido. Aproveitando o facto de ter ali à mão o número um do Governo, duas delegações, uma de estudantes e outra do sindicato dos paramédicos, avançaram e entregaram-lhe as suas reivindicações.

Onde acaba o PSD em Aveiro?

«Não se consegue distinguir onde acaba o PSD e começa, quer o Governo, quer outras instituições que deveriam permanecer neutras» face às próximas eleições autárquicas - afirmou Sérgio Teixeira no encontro de candidatos e activistas da CDU que se realizou na sexta-feira passada em São João da Madeira.

Aquele membro suplente da Comissão Política do CC do PCP denunciou vários factos que caracterizam «um clima de autêntica chantagem política e económica, com a instrumentalização e partidização de órgãos de Estado pelo PSD para fins eleitorais», destacando a apresentação pública dos candidatos social-democratas às autarquias do distrito, que foi feita pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Oliveira e Costa, e pelo governador civil de Aveiro.

Santa Cruz das Flores: objectivos e razões da CDU

O encontro concelhio da Coligação Democrática Unitária de Santa Cruz das Flores, que teve lugar no passado dia 13, considerou ser «necessário e possível» que a CDU obtenha a maioria dos votos nas eleições, quer para a Câmara, quer para a Assembleia Municipal. O encontro apontou ainda como objectivos da coligação a obtenção da maioria na Assembleia de Freguesia de Santa Cruz e a criação de uma representação da CDU na AF de Ponta Delgada (Flores).

Estes objectivos - segundo uma nota do gabinete de imprensa das candidaturas CDU na Região Autónoma dos Açores - foram definidos «tendo em vista, quer a implantação eleitoral da CDU nesse concelho, quer a constatação de que a desorganização, a incapacidade e o desprestígio da Câmara e outros órgãos autárquicos de Santa Cruz das Flores só podem ser anulados com o trabalho, a honestidade e a competência de que a CDU já deu provas e que garante através das listas de qualidade que apresenta».



Queluz — À semelhança do que está a acontecer um pouco por todo o País, realizou-se no passado sábado, na Biblioteca dos Bombeiros Voluntários, um plenário dos candidatos da CDU à Freguesia de Queluz, para discussão e sequente aprovação do programa eleitoral que a Coligação Democrática Unitária irá apresentar ao eleitorado desta importante autarquia do Concelho de Sintra onde a CDU está convicta de ir obter uma vitória nas eleições de Dezembro próximo.

«Grande satisfação» na Amadora

A comissão concelhia da Amadora da CDU constatou «com grande satisfação» a adesão da população às várias iniciativas que se têm realizado no âmbito da pré-campanha eleitoral para as autárquicas de 17 de Dezembro. «Nota evidente» - afirma-se numa nota do gabinete de imprensa da concelhia - «é a aceitação com que os nossos candidatos são recebidos».

A nota refere como exemplos as iniciativas do passado fim-de-semana, em particular o comício realizado na Brandoa, com 150 pessoas, a sessão de apresentação de candidatos na Venteira, com 60 pessoas, o café-concerto da Juventude CDU no bar do cinema D. João V, bem como a visita de candidatos aos bairros degradados da Brandoa, as acções de distribuição de propaganda nas freguesias e, no domingo, junto ao estádio José Gomes.

Escola do Viso ainda não abriu

Na escola secundária do Viso, em Setúbal, que foi construída ao lado de uma pedreira de onde saltam pedras para distâncias até 200 metros, ainda não se iniciaram as aulas. Os alunos, organizados em torno de uma comissão, enviam já um abaixo-assinado com 700 nomes ao Ministério da Educação e tiveram uma primeira audiência com o ainda presidente da Câmara, Mata Cáceres. Como a resposta, quer de um lado, quer do outro, não chegava, tentaram novamente o chefe do executivo municipal. Este passou a batata quente à vereadora Paula Costa, que disse estar o problema resolvido. A escola é que ainda não abriu, mas isso talvez seja um pormenor insignificante para quem neste momento dirige a CM de Setúbal.

Não é, contudo, para a organização distrital da Juventude Comunista Portuguesa, que deu na semana passada uma conferência de imprensa sobre o assunto, em que contou a história e denunciou o aproveitamento político e a colagem que a JS pretende fazer ao movimento dos estudantes.

Os dirigentes da JCP José Morais e Luís Tomás condenaram ainda a atitude de Mata Cáceres, o tal presidente que passou a batata da resolução do problema, mas foi lesto em publicar no «Setubalense» um comunicado acusando os comunistas de estarem por trás das movimentações estudantis.

Boas condições para continuar em Ponte de Sor

Manter a maioria nos oito órgãos autárquicos e reforçar a votação a nível do concelho, dando assim continuidade ao projecto da CDU no Município, foram os objectivos traçados durante o encontro de sábado passado, em Ponte de Sor, para apresentação dos candidatos CDU.

Na reunião, realizada num café popular da cidade, foi salientada a grande participação de independentes, que constituem 30 por cento do total dos candidatos, bem como da juventude que tem uma forte presença nas listas.

Para além dos candidatos, estiveram presentes vários convidados, entre os quais, o camarada Diamantino Dias, do Comité Central do PCP, que interveio no final do encontro, tendo salientado a necessidade do empenhamento de todos na pré-campanha e

campanha de modo a atingir os objectivos da coligação, acrescentando que esta tem óptimas condições para ganhar novos órgãos autárquicos no concelho.

Após a sessão os participantes dirigiram-se à sede da CDU, inaugurada recentemente, onde usou da palavra José Amante, presidente da Câmara de Ponte Sor e cabeça-de-lista nas próximas eleições, que pôs em destaque a obra realizada pela Câmara para o bem-estar das populações, bem como as boas perspectivas de, com a CDU, continuar o projecto de desenvolvimento do concelho de Ponte de Sor. José Amante referiu ainda que o seu município é aquele que no distrito mais tem prosperado nas áreas industrial e comercial, apelando a todos os presentes para se empenharem no trabalho eleitoral para uma vitória da CDU em 17 de Dezembro.

Intelectuais apoiam Celorico Moreira

Vários intelectuais, em particular figuras do teatro nacional, manifestaram o seu apoio à candidatura de Celorico Moreira, cabeça-de-lista da CDU para a Câmara Municipal de Oeiras, revelou o gabinete de imprensa concelhio da coligação, referindo os nomes de Eunice Muñoz, Raquel Maria, Carmen Santos, João Lagarto, Henriqueta Maia, Cremilde Gil, Armando Caldas, José Martins, Fernando Lima, André Maia, Júlia Correia, lo Appoloni, Magda Cardoso, José Luís Rebelo, José Matias e Amélia Videira.

A candidatura CDU em Oeiras tem também o apoio de diversos elementos do grupo de teatro «Intervalo», de Algés, nomeadamente Liberdade Victor, Mário Ramalho, Teresa Neves, Cristina Varela, Filipe de Almeida, Daniel Varela, Nazaré Carinha e Fernando Tavares Marques.

Também manifestaram o

seu apoio a Celorico Moreira os escritores Manuel Ferreira e Orlanda Amarilís, o poeta José Carlos Gonzalez e os jornalistas Miguel Serrano, Correia da Fonseca, Francisco Muñoz e Manuel Moura Jorge.

O candidato da CDU à autárquica da CM de Oeiras é conhecido pela sua ligação ao mundo do desporto (como presidente da Federação Portuguesa de Halterofilismo, vice-presidente do Comité Olímpico Português desde 1985, e chefe da missão portuguesa aos Jogos Olímpicos de Seul), mas «os apoios que granjeia no concelho devem-se também à sua vasta experiência autárquica», particularmente como presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados em 1975 e como vereador desde 1974 - refere o gabinete de imprensa da CDU de Oeiras.

«Interesses da especulação» na Póvoa

Realizou-se na noite da passada sexta-feira, na Póvoa de Varzim, um Magusto-Convívio, com a presença de candidatos, apoiantes e amigos da CDU local. Após uma breve abertura feita por João Fonseca, da DORP e do CC do PCP, seguiram-se intervenções dos cabeças de lista à Assembleia Municipal e à Câmara — Dr. Joaquim Cancela e Dr. José Trocado e ainda do ex-ve-

reador da CM e actual candidato aos dois órgãos municipais, Dr. José Reina.

Sob o lema «Mudar a Câmara, mudar a Póvoa», consigna da campanha da CDU no concelho, as várias intervenções destacaram aspectos da ruínoza política camarária levada a cabo pelas forças da direita, com o apoio dos socialistas, da qual é exemplo gritante o es-

cândalo da construção imobiliária na zona Norte, que é já do conhecimento público com a conclusão do inquérito mandado instaurar pela Assembleia Municipal, de que o camarada José Trocado foi o autor.

Os candidatos referiram-se ainda às características comuns das listas do PSD, do CDS e do PS (nas quais é visível o mesmo fio condutor

dos grandes interesses da especulação imobiliária levada a cabo por alguns construtores civis da Póvoa que influenciam aquelas forças políticas), e à necessidade de uma grande votação da CDU, como forma, não só de moralizar a política autárquica poveira, como de contribuir para o desenvolvimento da cidade da Póvoa, que sirva de facto os interesses da sua população.

Poder Local

«Somos tripeiros e amamos o Porto»

CDU divulga medidas imediatas

«O nosso Porto, de que tanto gostamos, tem que levar uma grande volta. Somos tripeiros e amamos o Porto. Queremos, sabemos e podemos transformar a cidade, torná-la cómoda, justa, mais agradável e desenvolvida, de acordo com os padrões mais avançados». Esta firme disposição foi manifestada pela CDU, na passada semana, ao dar conhecimento público das medidas que lançará de imediato, se ganhar a Câmara.

Tomando como ponto de partida o facto de que «a CDU mudou a vida nas dezenas de municípios onde é poder e que ninguém pode atirar uma pedra contra a sua gestão equilibrada, interventiva e honrada» e de que «também melhorou muita coisa nas autarquias onde intervém mas não é poder» (bastando para tanto lembrar o progresso na limpeza do Porto, devido à acção do candidato à Presidência da Câmara, Luís Oliveira Dias), está confiante: «A vitória da CDU mudará a cidade e possibil-

tará bater o pé aos governos que a desprezam e querem submeter».

Entre as medidas urgentes — incluídas no Programa da CDU — avultam, logo à cabeça, a **alteração radical do funcionamento dos serviços camarários e da Câmara e a concretização de um Plano de Emergência que conduza à resolução do grave problema habitacional do Porto.**

Moralizar os serviços e proceder à sua reorganização, criar o Gabinete de Atendimento e Orientação do

município, cumprir os prazos legalmente previstos de projectos, licenciamento de obras resposta a requerimentos, etc., e preparar, reciclar e dignificar profissionalmente os trabalhadores camarários são as acções apontadas no primeiro ponto.

Quanto à habitação a CDU compromete-se a «defender activamente junto do Governo o cumprimento de acordos e contratos-programa que financiem a construção por fases, num prazo máxima de 10 anos, de 10 000 fogos». A recuperação do parque habitacional degradado e a concretização de acordos de colaboração com a Federação Nacional das Cooperativas de Habitação, as cooperativas de habitação e as associações de moradores são igualmente compromisso da CDU.

Trânsito, arruamentos e



Sábado, em Gaia, debateram-se as propostas da CDU para a cultura e o ensino

transportes, ambiente, limpeza, água e saneamento, energias, cultura e artes, desenvolvimento económico, desporto e saúde são outros temas sobre os quais se avançam propostas concretas, culminando com o objectivo de «concretizar a aprovação do **Plano Geral de Urbanização**, como instrumento indisponível para o desenvolvimento e ordenação da cidade e para salvaguarda dos interesses dos municípios».

Um conjunto de medidas indispensáveis que, como diz a CDU, «pode parecer ambicioso ao portuense habituado a Câmaras sonolentas, imobilizantes e desinteressadas do bem público». Mas «o Porto está tão atrasado e é tão difícil viver na cidade que estas medidas, e muitas mais, são bem precisas». Daí o compromisso: «a CDU, se for Câmara, transformará o Porto».

Mudar Amarante

«Mudar é preciso», lema da candidatura da CDU em Amarante, é signo de esperança e apelo. Esperança, numa «nova maioria na Câmara», que ponha termo a treze anos de liderança do PSD, que tanto maltratou a

cidade e o concelho. Apelo, para que uma forte votação na CDU possibilite a concretização do seu compromisso com o eleitorado: «melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, numa postura de diálogo permanente com todos os cidadãos».

Num encontro com a comunicação social, realizado na passada semana e presidido pelo Dr. Fernando Brochado, mandatário da CDU e membro do MDP/CDE, o arquitecto Rolando Torgo, candidato à Presidência da Câmara, o dr. António Simões, cabeça-de-lista à Assembleia Municipal, o arquitecto Hugo Silva, segundo candidato da mesma lista pelo PSR, e a Dr.ª Eugénia Teles, candidata à Câmara, a coligação tornou público o seu Programa de candidatura; neste avultam, entre outros aspectos, um conjunto de prioridades para o desenvolvimento do concelho e da região, «com os olhos postos no futuro»: implementação de um Plano de Desenvolvimento Integrado e a conclusão e colocação à discussão pública do Plano Director Municipal e Planos Gerais de Urbanização; o fomento activo do turismo e a preservação do património; a criação de novas escolas de ensino preparatório e secundário em zonas periféricas do concelho e a recuperação de

escolas primárias degradadas e saneamento financeiro da autarquia.

Cultura e ensino

Dirigentes associativos de diversas colectividades de cultura e recreio, artistas plásticos, escritores, professores, candidatos da CDU e outras personalidades ligados à cultura e ao ensino e de vários quadrantes político participaram sábado, em Vila Nova de Gaia, num vivo debate das principais propostas da CDU. Propostas que apontam para o diálogo permanente para a cultura, nomeadamente com os artistas e colectividades culturais, para a criação de um Centro Cultural com pólos culturais e espaços diversificados, o inventário cultural do município e a defesa da criação de uma Escola de Artes Decorativas que tenha por base a defesa das tradições artísticas de Gaia, como a cerâmica, marcenaria artística, peçaria, cantaria e fundição.

Na ocasião foi dado o conhecimento e apoio, em abaixo-assinado subscrito por mais de uma centena de professores de diversos graus de ensino, ao conjunto de medidas propostas pela CDU no âmbito do ensino.

CDU quer mais mulheres nas autarquias

Encontro de candidatas portuenses

Um dos aspectos mais significativos da actividade social e política na região do Porto é a crescente participação das mulheres na vida local e nas autarquias. É uma realidade comum a um número cada vez maior de municípios — são elas quem mais se envolve na defesa e na luta quotidiana para a resolução de múltiplos problemas locais. Esta realidade é assumida pela CDU «como uma das mais significativas expressões do movimento popular e do processo emancipador das mulheres no distrito».

Aprofundar o tema, trocar experiências e assumir compromissos, foi o objectivo de mais uma iniciativa da CDU, de âmbito distrital, que reuniu no Porto, no passado sábado, candidatas da Coligação a diversos

órgãos autárquicos. Experiência rica, porque dada de viva voz, compromissos que assumem, pois «têm consciência de que, para além do seu papel como elementos das listas da CDU, cujos programas se propõem cumprir, são mulheres e, por isso, particularmente atentas aos problemas concretos das mulheres nas freguesias e concelhos».

As listas da CDU integram no distrito do Porto 1074 mulheres. Cinquenta e três candidatas para as 17 câmaras do distrito, assumindo mesmo a sua cabeça em três das mais populosas autarquias — Gaia, Matosinhos e Valongo. Cento e trinta e duas mulheres assumem candidaturas às Assembleias Municipais e oitocentas e oitenta e nove são candidatas às diversas Assembleias de Freguesia.

Encontro Concelhio da CDU no Seixal

Prosseguir o desenvolvimento

Com o objectivo de aprovar o programa eleitoral, o manifesto eleitoral ao povo do concelho e apresentar publicamente os candidatos aos órgãos autárquicos em 17 de Dezembro, realizou-se na passada sexta-feira, 18, o Encontro Concelhio da CDU do Seixal.

Os trabalhos que decorreram sob o lema «Alargar a Unidade, Prosseguir o Desenvolvimento», em que participaram mais de duzentos activistas, permitiram ainda efectuar um balanço da actividade pré-eleitoral e traçar as perspectivas da campanha, tendo como pano de fundo a certeza de uma grande obra realizada pela autarquia em benefício das populações.

Tal como foi frisado na reunião, a presente campanha da CDU não será a travessia do deserto, mas sim o contacto directo com os trabalhadores, os comerciantes, os empregados, os professores, os empresários, os reformados, as mulheres e os jo-

vens do concelho. O ambiente que já hoje se vive é de dinamismo e confiança de que a CDU reforçará a sua influência no concelho.

O programa eleitoral aprovado é resultado do diálogo permanente com a população e contém propostas que, indo ao encontro de problemas do presente, têm em vista a próxima década, os desafios que se aproximam, os quais a CDU está em condições de enfrentar com êxito.

Como se afirma no documento, os candidatos da CDU — Coligação Democrática Unitária — PCP/PVE, estão convictos de que só uma gestão democrática, experiente e inovadora, com provas dadas e obra feita, pode

ser resposta satisfatória às necessidades das populações e aos novos desafios da modernização e do desenvolvimento.

As listas da CDU integram não apenas elementos do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista «Os Verdes», mas também da intervenção democrática, independentes sem filiação partidária e, pela primeira vez, do Partido Renovador Democrático. Sem sectarismo ou preconceitos a CDU demonstra assim o seu empenhamento em unir todas as forças democráticas e pessoas interessadas no progresso e desenvolvimento do Seixal.

Este concelho sofreu nos últimos anos transformações profundas, registando-se uma substancial melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

Apesar do elevado índice de crescimento demográfico, que em menos de 20 anos

fez com que a população passasse de 40 mil para 140 mil pessoas, e das limitações de recursos postos à disposição das autarquias pelo Poder Central, a gestão CDU está a resolver os problemas fundamentais de concelho no domínio das infra-estruturas básicas, dos equipamentos colectivos, da preservação do património histórico natural, da qualidade de vida.

A acção da Câmara nestes últimos anos, patente em linhas gerais no programa eleitoral aprovado pela população, abrangeu amplos sectores da vida municipal e é com legítimo orgulho que as gentes do Seixal vêem hoje a sua terra conhecida, prestigiada e respeitada, constituindo um exemplo e incentivo para outros municípios. Há pois razões suficientes para a população do Seixal confiar na vitória da CDU nas próximas eleições autárquicas.

Noite da poesia e do fado no Montijo

O Montijo foi palco da «Grande Noite da Poesia e do Fado», iniciativa de carácter cultural, promovida sexta-feira passada pela CDU, nas instalações da Montijagri. A chuva, vento e frio que se fizeram sentir não impediram o êxito da iniciativa. Os 25 cantores, instrumentistas e poetas conseguiram ao longo da noite, nas suas actuações, transmitir a uma assistência de mais de 200 pessoas um ambiente de festa e de grande calor humano, em que sobressaía uma grande confiança na vitória da CDU.

Entre as várias intervenções havidas, cuja tónica marcante foi a denúncia do esquecimento a que a gestão camarária do PS e do PSD vota a generalidade dos artistas populares montijenses, José Rocha Caria, cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal, garantiu que o próximo

mandato CDU levará a cabo o registo fonográfico dos poetas e cantores locais.

Os problemas dos artistas locais tinham já sido, aliás, tema de uma reunião que precedeu esta iniciativa da CDU e que juntou vários fadistas do Montijo, de onde saiu a ideia de que, em programas culturais e de recreio organizados pela Câmara e outros órgãos autárquicos, seja estabelecida uma quota mínima obrigatória de participação para os cantores e instrumentistas do concelho.

Na noite de fado e poesia foi ainda divulgado um comunicado conjunto das organizações concelhias do Partido Comunista Português, Partido Ecologista «Os Verdes», Partido Renovador Democrático e União Democrática Popular, apelando ao voto na CDU para a vitória das forças progressistas.

Poder Local

«Por Lisboa» recorre para o Tribunal Constitucional

— símbolo ilegível no boletim de voto

A «Por Lisboa» foi notificada da decisão do 15.º Juízo do Tribunal da Comarca, relativa à legibilidade do símbolo da coligação nos boletins de voto, onde o Tribunal decidiu, relativamente às freguesias de Marvila, Alto Pina, Santa Maria dos Olivais, São João, São João de Deus, Beato, São Jorge de Arroios e Penha de França, que o símbolo é ilegível, não considerando no entanto necessário aumentar a sua dimensão, o que levou a coligação a, de imediato, recorrer para o Tribunal Constitucional.

Entende a «Por Lisboa», face aos pareceres de oftalmologistas, reunidos ao processo enviado a Tribunal, que o símbolo só pode ser correctamente identificado aumentando a sua dimensão, justificando-se desta forma a interposição de recurso para o Tribunal Constitucional, limitado à questão da dimensão do símbolo.

A «Por Lisboa» impugna na passada quarta-feira, os boletins de voto para as eleições autárquicas na cidade, devido à diminuta dimensão em que foi impresso o símbolo da coligação, que impede a clara



identificação dos símbolos dos quatro partidos participantes.

Considerou a «Por Lisboa» que os boletins de voto, tal como se apresentavam, impediam «a expressão inequívoca do sentido de voto do eleitorado», violando «a

disposição legal que exige a identificação rigorosa e integral dos símbolos dos partidos coligados».

A impugnação foi acompanhada de três pareceres de conceituados oftalmologistas que confirmaram a dificuldade de leitura.

Zona Ocidental: Um «grande desafio» para a esquerda

«Promover o desenvolvimento dos vectores cultural e monumental da zona ocidental de Lisboa e, ao mesmo tempo, defender a escala humana dos bairros e a permanência dos seus moradores» é o «grande desafio que só a esquerda pode resolver», segundo defende a coligação «Por Lisboa» que no final da semana passada organizou uma visita a esta zona, que engloba as freguesias de Alcântara, Ajuda, Santa Maria de Belém e São Francisco Xavier, e onde o cabeça de lista da coligação afirmou ser esta uma «área de emergência» sujeita a «apetites especulativos» que urge combater.

Este «grande desafio» apresenta-se à coligação «Por Lisboa» em quatro pontos: as deficiências estruturais da zona, as suas potencialidades, a dinâmica descontrolada dos acontecimentos onde os mais diversos promotores multiplicam as suas iniciativas e, finalmente, a definição de um plano de conjunto que defina estratégias futuras para a zona.

Com parques habitacional e industrial degradados, características de periferia urbana desordenada, isolamento entre Monsanto, o caminho de ferro, Aljés e Alcântara, população heterogénea sujeita ou não à irradiação, a zona ocidental de Lisboa tem no entanto potencialidades raras para a expansão das actividades mais apetecidas de um desenvolvimento futuro, subordinado a um conjunto de regras, tal como o plano de conjunto apresentado pela «Por Lisboa» define, plano «que tome a dianteira dos aconte-

tecimentos e os dirija de forma participada e norteada por princípios claros».

Bem estar e harmonia contra a especulação

Para a coligação a área compreendida entre Alcântara e Belém carece de um plano que possa não só melhorar as condições de vida dos seus habitantes como também resolver os graves estrangulamentos de tráfego e preservar de forma equilibrada o património existente.

Promover acções coordenadas entre a Câmara Municipal de Lisboa, Juntas de Freguesia e as populações é a forma preconizada pela coligação para realizar este trabalho.

No Casalinho da Ajuda os membros da «Por Lisboa» que

efectuaram esta visita à zona ocidental de Lisboa inteiraram-se de uma exposição feita pelo professor Costa Lobo, que apresentou um plano de salvaguarda e valorização da Ajuda, defendendo a necessidade de revitalizar toda a zona, a viver um marasmo entre casas em ruínas e um trânsito caótico.

Já no que se refere às áreas compreendidas pelas freguesias de Ajuda e Belém, o arquitecto Leonel Fadigas defendeu que «é nesta zona, muito rica culturalmente, que se irão efectuar as obras mais significativas do século». Tal sucederá, por exemplo, com a construção do centro cultural em Belém, o complexo universitário da Universidade Técnica de Lisboa e a implantação de uma nova universidade privada.

Tudo isto faz prever que esta seja em breve uma zona que, com os monumentos já existentes, se transforme «num pólo cultural de extrema importância para a cidade», conforme afirmou o arquitecto Fadigas.

Tal transferência de equipamentos vai trazer problemas a nível de ordenamento do território e no quotidiano das pessoas, problemas que a coligação «Por Lisboa» pretende conjugar, por forma a defender o bem-estar e a harmonia, que não se compadecem «com intenções especulativas» que muitas vezes se pretendem implantar na zona.

PCP

Notas do Gabinete de Imprensa

Instado por diversos órgãos de informação a comentar a entrevista de Vital Moreira ao «Diário de Notícias», o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou a seguinte nota:

1. É lamentável e condenável que alguns membros do Partido insistam em, publicamente, retomar questões que, no essencial, foram discutidas no XII Congresso do PCP, tomando sobre elas posições que claramente se opõem às teses e orientações nele aprovadas.

2. Tais procedimentos traduzem uma atitude de claro desrespeito pela vontade democraticamente manifestada através do Congresso pelo colectivo partidário. No momento actual revestem-se ainda de uma particular gravidade, tendo em conta que, face às promissoras perspectivas que se apresentam às coligações em que o PCP se integra nas próximas eleições autárquicas, se desenvolve uma intensa campanha que procura afectar a sua influência política e eleitoral, recorrendo, designadamente: à exploração para fins de propaganda anticomunista dos reais problemas e dificuldades com que se defrontam os países socialistas, à especulação sobre a vida interna do PCP e à falsificação da sua linha política e orientações.

3. O PCP exprime a sua firme confiança de que os militantes, a quem no quadro do normal funcionamento do Partido está inteiramente assegurado o direito e o dever de exporem livremente as suas opiniões, continuarão como até aqui a dedicar o melhor do seu esforço, capacidade e qualidades às grandes tarefas democráticas e à premente e importantíssima batalha eleitoral em que o Partido está activamente envolvido, ao serviço dos trabalhadores, do povo e da democracia portuguesa.

17-11-89

Repor a verdade

No seguimento de informações inexactas divulgadas acerca da «eventualidade» da rea-

lização de um Congresso Extraordinário, o Gabinete de Imprensa do PCP publicou o esclarecimento que transcrevemos na íntegra:

1. Órgãos de comunicação social estão abusivamente atribuindo ao secretário-geral do PCP afirmações relativas à possível realização de um Congresso Extraordinário do Partido.

2. O Gabinete de Imprensa do PCP está autorizado a esse respeito a dar uma informação exacta repondo a verdade dos factos: um jornalista perguntou ao secretário-geral do Partido se estava de acordo com a ideia expressa por um membro do Partido em entrevista publicada no «Diário de Notícias» segundo a qual se tornava necessário a realização de um Congresso Extraordinário do PCP para modificação da sua orientação e da sua direcção. A resposta foi negativa. Foi respondido que não estava a ser considerada tal iniciativa. Insistindo o jornalista se a resposta dada excluía a eventualidade de um Congresso Extraordinário, foi-lhe respondido, explicitando que a afirmação nada tinha a ver com a referida entrevista, que, em termos gerais e estatutários, era sempre possível a realização de Congressos Extraordinários se circunstâncias excepcionais o exigissem, como tinha sido o caso nas últimas eleições presidenciais.

3. Aproveita-se a ocasião para sublinhar que no preciso momento em que o Partido (em coligação e alianças com outras forças democráticas) está empenhado na campanha das eleições autárquicas e a avançar com perspectivas de uma significativa vitória eleitoral, a tentativa de alguns membros do Partido, com grande cobertura da comunicação social, lançarem uma campanha contra a orientação, a actividade e a direcção do Partido, revela que pretendem, não contribuir para a vitória que se desenha nas eleições autárquicas, mas sim para insucessos em que busquem alegados fundamentos para as suas posições.

18 de Novembro de 1989

Concelhia do Seixal

Após analisar a situação social do Concelho, a Comissão Concelhia do Seixal do PCP considerou em recente reunião que vastas camadas sociais têm visto agravadas as suas condições de vida.

«Operários, funcionários públicos, professores, estudantes e população em geral vivem hoje, devido à política nefasta do Governo Cavaco/PSD, momentos de incerteza, insegurança e medo», refere a nota, emitida a propósito, que assinala a seguir as «situações vividas em diversas empresas, nomeadamente dos sectores de metalomecânica, da siderurgia, do têxtil, da cortiça e do químico, abrangendo milhares de trabalhadores vítimas das medidas governamentais, com o espectro da sua liquidação e encerramento», havendo mesmo «concelhos de gerência que se tornaram em autênticas comissões liquidatárias e que, por isso, tudo fazem para prejudicar os interesses dos trabalhadores, consequentemente da empresa e da economia nacional.

Veja-se o caso da Siderurgia Nacional, EP», sublinha o comunicado, que prossegue:

«Aqui o Governo faz tudo para que a empresa se torne num monstro industrial, para posteriormente entregar ao capital privado, numa acção concertada que passa entre outros pela ruptura técnica nos valores e qualidade da produção e pela redução dos trabalhadores». E adverte:

«Porém, como em outros sectores e empresas, a disposição para a luta cresce de uma forma a que esta batalha não se inicie com resultados antecipadamente conhecidos: isso representaria a curto prazo a liquidação do regime democrático. Os trabalhadores têm soluções e por isso estão conscientes que só pela luta serão capazes de garantir os seus direitos».

A Comissão Concelhia do Seixal do PCP apreciou igualmente os trabalhos referentes às eleições autárquicas de 17 de Dezembro, realçando como aspectos altamente positivos, «a unidade dos democratas em torno da CDU e do seu projecto de facto unitário, para prosseguir o desenvolvimento do Concelho do Seixal com a participação cada vez mais empenhada das populações».

JCP - Encontro Nacional

Dando cumprimento às decisões do seu III Congresso realizado em Abril último, a Direcção Nacional da JCP decidiu realizar em 4 de Março de 1990 o I Encontro Nacional dos Jovens Trabalhadores Comunistas, que tem como principais objectivos:

1. Debater a situação social dos jovens trabalhadores portugueses, nomeadamente em áreas como: desemprego, emprego precário, formação profissional e carreiras profissionais, tabelas salariais, os direitos dos trabalhadores-estudantes, entre outros. 2. Debater e apontar as propostas da JCP, para uma

política de juventude dirigida aos jovens trabalhadores. 3. Debater as formas de intervenção e organização dos jovens trabalhadores comunistas. 4. Eleição da Comissão Nacional da JCP para o trabalho junto da Juventude Trabalhadora.

A preparação do Encontro decorrerá em todos os distritos com a realização de reuniões e debates, tendo por base um anteprojecto de documento, apresentado pela Comissão Promotora do Encontro. Os trabalhos preparatórios desenvolver-se-ão a partir de Janeiro.

Assembleia da República

Privatizações

Os chorudos negócios do grande capital

O Grupo Parlamentar do PCP classificou de «escândalos dentro do escândalo das privatizações» as três inovações contidas na proposta governamental que define a Lei Quadro das Privatizações, diploma que tal como um outro sobre a mesma matéria, este da iniciativa do PS, ocupou na íntegra uma das sessões plenárias da passada semana.

Apesar de se distinguir em alguns aspectos da proposta do Governo (desde logo por cumprir formalmente as condições mínimas para ser considerado uma lei-quadro, facto que aquele não respeita, optando por trazer a plenário uma lei que configura na prática uma verdadeira autoriza-

ção legislativa) a iniciativa da bancada socialista não deixou por isso de ser igualmente objecto de severas críticas por parte do PCP.

Na sua substância, como observou no decorrer do debate Octávio Teixeira, o projecto do PS acompanha «a par e passo» a proposta do

Governo, evidência testemunhada pela circunstância de permitir, entre outras coisas, a alienação a 100 por cento de praticamente todas as empresas do Sector Empresarial do Estado, possibilitar a privatização dos ex-grupos monopolistas através da mobilização dos títulos de indemnização ao seu valor nominal.

Estes seriam, aliás, alguns dos aspectos inseridos no articulado da proposta governamental que maiores críticas e reservas suscitaram no calor do debate à bancada comunista.

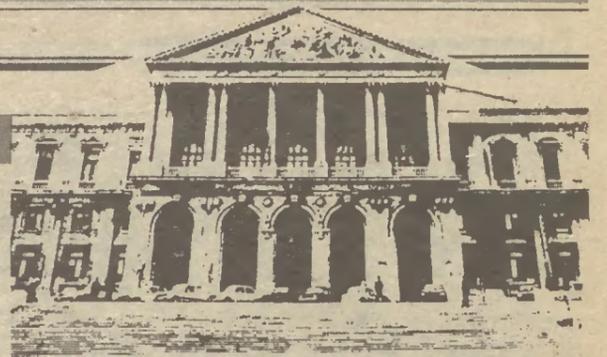
Diploma inconstitucional

Antes, porém, logo a abrir a discussão, foi a própria constitucionalidade do diploma que foi posta em causa. José Magalhães, em nome da sua bancada, não hesitou em considerá-lo inconstitucional, afirmando que se estava em presença da «terceira revisão da Constituição quatro meses depois da entrada em vigor da segunda revisão».

«É a revisão da revisão. Rebenta o quadro constitucional em vez de o acatar», observou, uma vez que as regras e todas as decisões, de acordo com a proposta, são fixadas e entregues ao Governo em vez de o serem à Assembleia da República.

«Será que o ministro Cadilhe lê a Constituição como lê o código da Sisa», perguntou o deputado comunista, antes de concluir que, se assim for, «é provável que a lei tropece no Tribunal Constitucional, criando uma pausa, um compasso de espera que permita ao Governo levar o programa privatizador, no jeito passa-culpas que lhe é peculiar...»

No debate entretanto ocorrido em torno do conteúdo dos dois diplomas pode dizer-se que no essencial se assistiu a uma reedição actualizada do velho confronto entre os que encaram o SEE como parte integrante do regime democrático e peça fundamental para um desenvolvimento independente subordinado à defesa dos interesses do povo e do País e aqueles que, como lembrou Jerónimo de Sousa, o querem colocar «ao serviço de



interesses de grupos e da reconstituição monopolista».

Delapidar património

Reconstituição monopolista que o Governo com este processo de privatizações em curso pretende acelerar e aprofundar, não como resultado do processo clássico de concentração capitalista e de um elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas, mas sim, fundamentalmente, como alertou Octávio Teixeira, através de uma intervenção administrativa do Estado, através de «decretos de liquidação do SEE e da transferência forçada do património, recursos e bens nacionais para as mãos do grande capital».

Estratégia privatizadora que tem ainda como um dos seus principais objectivos o da alienação a 100 por cento de todos os bancos comerciais públicos. Octávio Teixeira desmontou as razões que suportam este desiderato, fazendo notar que a estratégia dos grupos capitalistas comporta, como condição necessária ao seu engrandecimento e ao controlo da actividade das pequenas e médias empresas, a expropriação dos seus próprios bancos, que lhes permitam, não só «criar moeda e utilizá-la predominantemente no seu próprio interesse», como também «multiplicar os seus lucros ultrapassando a divisão do lucro industrial entre juro e lucro empresarial».

Penetração do capital estrangeiro

A experiência das privatizações já processadas, onde tem sido visível a penetração do capital estrangeiro, tem vindo entretanto a confirmar

plenamente esta realidade, com a entrega, a preços subavaliados, de posições chave ao grande capital, caindo por terra, deste modo, como tratou de realçar Octávio Teixeira, as teses da «disseminação do capital», do «capitalismo popular» e dos «trabalhadores accionistas».

«Em todos os casos se verificou a tomada de fortes posições por parte de grupos económicos estrangeiros», sublinhou o deputado do PCP, citando a propósito, como exemplos, o Grupo Bavária com uma forte posição da UNICER; os grupos Banesto, Société Générale e Union D'Assurance de Paris a dominarem o capital privatizado do BTA e da Aliança Seguradora; e a Neste Oy a comandar a EPSI e a CNP.

Nesta estratégia privatizadora se insere, por outro lado, a tentativa governamental de reduzir ou anular direitos e regalias sociais, laborais e sindicais alcançados pelos trabalhadores. Questão da maior importância, ela acabou por estar naturalmente também no centro do debate por iniciativa de Jerónimo de Sousa, que, a este respeito, depois de recordar o que foi o período fascista com os grupos monopolistas a dominarem totalmente a economia (negação dos mais elementares direitos dos trabalhadores e baixíssimos salários), afirmou a dado passo: «o que se pretende afinal é entregar as empresas "em limpo" ao grande capital nacional e estrangeiro, livre de encargos sociais, liberto de direitos e regalias, livre da capacidade e dos efeitos da organização e da unidade dos trabalhadores, onde impera a insegurança, o conformismo e onde os homens sejam menos livres».



Os preocupantes índices de poluição doméstica e industrial existentes em certas zonas do Estuário do Tejo exigem uma pronta intervenção das autoridades competentes

Combate à poluição no Tejo exige estratégia de gestão integrada — defendeu Rui Godinho

Só uma estratégia de gestão integrada, envolvendo todos os agentes e partes interessadas, poderá permitir no futuro a despoluição da Bacia Hidrográfica do Tejo e o seu equilíbrio ecológico.

Ao avançar com esta posição na última semana na Assembleia da República, após circunstanciada análise às causas que conduziram à situação presente, o deputado comunista Rui Godinho defendia assim aquele que do seu ponto de vista deverá ser o caminho a seguir em ordem a que as zonas ribeirinhas do Tejo possam ser organizadas e transformadas em zonas de lazer, lúdicas e culturais.

A construção de uma segunda ponte para «agrafar as duas margens», para utilizar uma expressão sua, foi igualmente defendida na mesma ocasião por Rui Godinho. Em sua opinião, esta ponte deverá ser de fins múltiplos (rodoviário e ferroviário) e a sua localização deverá servir adequadamente as duas margens, as ligações Norte-Sul e respeitar, nomeadamente, a Reserva Natural do Estuário do Tejo.

A resolução destes dois problemas, na perspectiva do deputado do PCP (como é sabido o número dois na lista «Por Lisboa» que concorre ao município da capital) afigura-se assim de uma enorme importância, tanto maior quanto se trata de questões directamente relacionadas com o Estuário do Tejo, elemento que considerou decisivo para a «desejável nova dimensão que importa construir para Lisboa e a sua Área Metropolitana».

Sobre esta nova dimensão se ocupou também Rui Godinho, pondo em relevo designadamente a interacção que existe entre a capital e respectiva área administrativa e essa outra vasta área que abrange os concelhos limítrofes e que, no conjunto, constituem a Região ou Área Metropolitana de Lisboa.

«Lisboa é hoje um complexo urbano e económico-social que ultrapassa os limites do

concelho — sublinhou o orador — não só porque uma grande parte da sua população activa vem diariamente de fora mas também porque equipamentos, serviços e infra-estruturas que servem a população lisboeta se começam a localizar em concelhos limítrofes».

Daí que, como bem salientou, falar de Lisboa seja, naturalmente, discutir e participar nas decisões relativas ao destino das serras de Sintra e da Arrábida, das praias da Costa da Caparica e da restante Península de Setúbal ou da linha do Estoril, ou mesmo a localização suburbana de áreas desportivas e de recreio.

Problemas que no fundo devem merecer tanta atenção, assinalou, como o estuário do Tejo ou o divórcio cada vez maior entre a Cidade e o Rio, a ineficiência do sistema de transportes públicos metropolitanos, o problema da mobilidade e da acessibilidade à e na cidade de Lisboa e na restante Região Metropolitana.

Cadilhe ainda recebe subsídio de alojamento?

A questão do subsídio de alojamento que o ministro das Finanças tem vindo a receber, cujo valor se cifra actualmente em 84 mil escudos, foi objecto de um novo requerimento subscrito pelos deputados comunistas Octávio Teixeira e João Amaral, no qual se questiona o Primeiro-Ministro sobre os fundamentos legais que levam Miguel Cadilhe a beneficiar de tal prestação.

A fundamentação para a concessão do referido subsídio surge na perspectiva dos deputados comunistas como uma questão pertinente uma vez que este não se enquadra nos pressupostos do Decreto-Lei n.º 72/80, o qual, recorde-se, permite de facto a sua atribuição, mas apenas aos membros do Governo que ao serem nomeados não tenham residência permanente em Lisboa ou numa área circundante de 100 km.

Ora acontece que Miguel Cadilhe, como haviam já feito notar no requerimento anterior sobre a mesma matéria aqueles deputados comunistas (7 de Setembro de 1989), ao ser nomeado para o XI Governo possuía oficial e comprovadamente residência própria na cidade de Lisboa, pelo que, defendiam, «é insofismável não se lhe aplicar» aquela legislação.

Para os deputados do PCP tratava-se,

pois, na altura, de saber se o subsídio continuava a ser concedido ou se já fora suspenso e, neste caso, se já tinham sido repostas as verbas por ele indevidamente recebidas.

Manifestamente insatisfatória foi entretanto a resposta por eles recebida em ofício datado de 2 de Novembro, cujo conteúdo (baseado num parecer da Auditoria Jurídica do Conselho de Ministros, com despacho de Cavaco Silva), carece em seu entender de «ser completado e clarificado».

Na verdade, segundo Octávio Teixeira e João Amaral, o parecer da Auditoria Jurídica não se pronuncia sobre a questão concreta por eles formulada e que em síntese é a seguinte: tendo Miguel Cadilhe à data da nomeação residência permanente em casa própria em Lisboa não é claro, face ao disposto na lei, que não reúne as condições para usufruir do subsídio de alojamento?

Com inteira justificação se mantêm assim as perguntas que os deputados do PCP entenderem voltar a dirigir ao Primeiro-Ministro através deste novo requerimento no sentido de apurar, nomeadamente, qual a fundamentação legal em caso afirmativo e, finalmente, se o continua a receber ou não.

Assembleia da República

Orçamento sem crédito e sem rigor comprova política do Governo:

Beneficiar o capital e penalizar o trabalho

Falta de rigor e transparência aliados à circunstância de a sua elaboração assentar em dados forjados, sem qualquer conexão com a realidade — e que por isso mesmo lhe retiram credibilidade —, tais são, em substância, alguns dos traços mais marcantes de que enferma o Orçamento do Estado para o próximo ano, cuja discussão em plenário decorreu na generalidade até ontem em simultâneo com as Grandes Opções do Plano.

Melhor opinião não parece ter acolhido junto das bancadas da oposição deste último documento, a avaliar pelas cerradas críticas que lhe foram dirigidas, pondo em causa de forma frontal aquelas que são as grandes linhas que em matéria económica continuam a orientar a acção governativa.

Provenientes de todos os quadrantes da oposição, críticas que se dirigiram ainda, e uma vez mais, à incontida e bacoca autosuficiência com que o Governo encara os destinos do País, desprezando sugestões e propostas, enconchando-se de forma orgulhosa e autoconvencida nas suas próprias soluções.

Aliás, Miguel Cadilhe, na sua intervenção de abertura, dera o tom, de pronto seguido pela sua maioria: tudo vai bem, tudo está bem. Sem reboço, Carlos Encarnação garantiu: «este Orçamento é bom!»

Orçamento manipulador

De tanta certeza e de tanta segurança não partilharam

obviamente os partidos da Oposição. Para o PCP, de acordo com as palavras de Octávio Teixeira, o Orçamento «nega princípios básicos do rigor e da transparência, forja e manipula taxas de inflação sem qualquer credibilidade, subavalia despididamente receitas e despesas, agrava o défice global e deteriora o chamado «saldo primário» inverte prioridades, agrava a carga fiscal».

Não muito distante desta opinião andou também a do PS que, pela voz do seu líder parlamentar, António Guterres, acusou o Executivo de apresentar um Orçamento sem «credibilidade», cuja aplicação advertiu, agravará as «injustiças e desigualdades», comprometendo simultaneamente «os já difíceis consensos sociais indispensáveis ao desenvolvimento».

O acentuar das desigualdades sociais seria de resto um dos aspectos para o qual mais insistentemente chamou a atenção no decorrer do debate a bancada do PCP, designadamente por intermédio da sua deputada Apolónia Teixeira que, a este respeito,

afirmou a dado passo ser uma evidência que «a frieza dos números» propostos no Orçamento «desmistificam o calor da demagogia governamental».

«Mais uma vez se abandonam os reformados, pensionistas e idosos», observou, lembrando que no Orçamento da Segurança Social as despesas com as prestações são inferiores às receitas previstas com as contribuições.

Equivale isto a dizer, como acentuou, que se verifica uma clara redução da participação do Orçamento do Estado com a Segurança Social, como o comprova o facto de a percentagem das verbas estipuladas para este sector muito abaixo dos valores previstos para a inflação.

Favorecer o capital

Esta é, aliás, uma tendência que está presente de forma bastante nítida nas Grandes Opções do Plano, aspecto que o deputado Sérgio Ribeiro fez questão em realçar na análise que procedeu àquele documento. «O Governo não cede um palmo ou um milímetro na sua grande opção classista de base que reside em tudo assentar na vantagem comparativa dos baixos salários e nas desfavorecidas condições sociais dos trabalhadores portugueses», frisou a propósito aquele economista do PCP.

A este aspecto se referiu

também desenvolvimentamente Octávio Teixeira, apontando-o como o primeiro de um conjunto de cinco sofismas em que, disse, assentam as GOP e o OE para 1990. Com efeito, não faz qualquer sentido o Governo falar no seu alegado objectivo de alcançar «mais solidariedade e justiça social» ou na sua aposta uma «mais equilibrada e justa repartição da riqueza», porquanto, observou, «os factos e as verbas desmentem as palavras».

«O sofisma da justa repartição da riqueza que a vida e a realidade nacional comprovam é profundamente demonstrado pela distribuição do rendimento nacional (a massa salarial baixou de 46 por cento do RN em 1985 para 42 por cento em 1988), pelo benefício fiscal dos rendimentos do capital ou ainda pela impressionante redução dos custos salariais reais que se verificou de 1986 para cá (menos 12 por cento), com o consequente ganho dos lucros empresariais», assinalou Octávio Teixeira, antes de se debruçar sobre a taxa de inflação, segundo sofisma que atribuiu ao Governo.

Limitar os salários

Porquê? A seu ver, porque a previsão oficial do Governo no que respeita à inflação, feita sem qualquer justificação séria, apenas tem como único objectivo a limitação,

dos aumentos salariais (em consequência da subavaliação da base para as suas negociações), visando deste modo continuar a agravar o baixo nível de vida dos trabalhadores e a injustiça social.

A alegada abertura ao diálogo, os «consensos nacionais», a «participação democrática» e a «mobilização interveniente dos cidadãos», constituem outros tantos chavões a que o Governo gosta de utilizar, mas que a sua prática desmente, retirando-lhes qualquer sentido. Octávio Teixeira considerou-o o terceiro sofisma a que o Governo dietou mãos, fazendo notar a este respeito que não foi dada «qualquer prioridade à institucionalização do Conselho Económico Social» nem foi dada «qualquer margem para a participação democrática na definição dos objectivos e estratégias do desenvolvimento económico».

O facto de a intervenção orçamental do Estado aumentar proporcionalmente mais nas funções económicas, de soberania e de juros da dívida pública, desmente por sua vez como realçou o deputado do PCP, a alegada prioridade orçamental à função social do Estado.

A este quarto sofisma, acresce, finalmente, de acordo com as suas explicações, aquele que se prende com a insistente referência governamental relativamente à dimi-

nuição da carga fiscal em 1990. Na perspectiva do PCP, este postulado baseia-se nas actualizações dos escalões e das deduções e abatimentos que o Governo propõe para o IRS, mas ilude, sustentou, em sede de IRS, três questões essenciais: «que o elevado nível das cobranças deste ano ultrapassou em muito o que decorreria da cobrança dos impostos abolidos, sobrecarregando fiscalmente os rendimentos do trabalho; que o Governo não reduz as taxas do imposto, em especial do 1.º escalão, sem o que não haverá efectiva diminuição da carga fiscal; que pretende manter no próximo ano o sistema de empréstimo forçado sobre os rendimentos do trabalho dependente, que este ano, segundo os seus cálculos, atingirá os 28 milhões de contos».

Manobra dilatória do PSD

Insistentemente colocadas no centro do debate pelos deputados da oposição, foram estas questões que o Governo e a maioria mostraram manifesta incapacidade em refutar, facto que explicará em larga medida o chocante expediente a que recoreram no sentido de desviar as atenções dos aspectos centrais que estavam a ser submetidos ao juízo da Câmara.

Referindo-nos à questão das dívidas dos partidos à Previdência, trazida a despropósito para primeiro plano pelo deputado Silva Marques, com isso conseguindo ocupar uma boa parte da tarde do primeiro dia de discussão do Orçamento.

E se a manobra dilatória protagonizada por aquele deputado (conhecido pela teatralidade circense que empresta às suas intervenções) acabou por surgir algum efeito, não é menos verdade que com esta operação o PSD mostrou de uma penada não estar interessado em discutir com dignidade e seriedade o Orçamento para 1990.

Orçamento rectificativo para 1989

Os enganamentos ao jeito do Governo

A existência de uma clara derrapagem nas despesas e uma subavaliação das previsões de cobranças, tais são, no fundamental, os aspectos mais significativos a reter das verdadeiras razões que levaram o Governo a apresentar um Orçamento rectificativo para o ano em curso, proposta de lei apreciada em plenário no final da passada semana.

Com as rectificações agora produzidas, evidente se torna, entretanto, a inteira correcção e justeza das opiniões defendidas em tempo oportuno pela bancada do PCP, posição sustentada num juízo rigoroso de que existia uma evidente subavaliação das verbas contidas no Orçamento então proposto pelo Governo.

E se em termos de despesas a derrapagem é notória, obrigando a um reforço das verbas sobretudo em matéria de Educação e Saúde, no caso das receitas as alterações são ainda mais significativas, mostrando mais uma vez uma prática em que o Executivo é useiro e vezeiro: a subavaliação ostensiva das previsões de cobrança.

Basta referir que no conjunto das receitas agora previstas nesta alteração orçamental, cujo valor se eleva a 43 milhões de contos, nenhuma fora tida em conta pelo Governo no momento da discussão do Orçamento em Dezembro do ano passado.

Equivale isto a dizer, como sublinhou em conversa com

o «Avante!» o deputado comunista Octávio Teixeira, que o Governo pretendeu escamotear as receitas, quando era já evidente para toda a gente que essas receitas iam ser recebidas, uma vez que se tratava de impostos antigos.

Múltiplos exemplos podem ainda atestar esta realidade. É o caso do IRS, em relação ao qual o Governo previa uma receita de 299 milhões de contos, cifra alterada agora para 311 milhões de contos.

Sobre este caso vale a pena abrir um parêntesis para referir que partiu justamente para o PCP, na altura da discussão do Orçamento, uma proposta, devidamente fundamentada, que apontava nem mais nem menos para esta quantia, na base da qual seria possível, no entendimento dos comunistas, aumentar as verbas correspondentes a despesas com necessidades sociais, obras públicas, habitação, etc.

Assim o não entendeu na ocasião o Governo e a maio-

ria, com o pretexto de que essas despesas iriam aumentar o défice, argumento que, como se veio a comprovar, é inteiramente falso, dado que as receitas estavam subavaliadas.

Ao alterar de 419 para 431 milhões de contos as receitas do IVA, previsão que continua subavaliada, segundo

Octávio Teixeira, o Governo repete também aqui uma manobra em que é pródigo todos os anos, e que mais não visa, afinal, do que sonegar às autarquias aquilo a que estas têm direito. Com efeito, importa lembrar, as verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) que o Estado liberta para as autarquias são

calculadas na base das receitas do IVA.

Em saco roto voltaram entretanto a cair as propostas avançadas pelo Grupo Parlamentar do PCP em relação a este Orçamento rectificativo, de onde avultavam uma correcção do valor do FEF em mais 3,08 milhões de contos,

Seguro Agrícola

PCP propõe novo regime mais eficaz e mais acessível

O Grupo Parlamentar do PCP entregou muito recentemente na Mesa da Assembleia um projecto de lei no qual se define um novo regime de Seguro Agrícola cujo objectivo citamos, é proporcionar a necessária segurança ao desenvolvimento da actividade produtiva e ao correspondente investimento nas explorações.

Trata-se, conforme foi explicado em conferência de imprensa dada na ocasião pelos deputados Rogério de Brito, Lino de Carvalho e Joaquim Teixeira, de conferir «credibilidade e expandir o

Seguro Agrícola, aumentando a sua eficácia técnica e económica e a sua acessibilidade ao conjunto dos agricultores e das explorações agrícolas».

O facto de o actual regime do Seguro de colheitas ter esgotado todas as virtualidades que granjeara enquanto pioneiro no campo deste tipo de seguro no nosso País, torna entretanto ainda mais oportuna e relevante esta iniciativa legislativa da bancada comunista.

Com efeito, o actual seguro de colheitas perdeu a sua eficácia e credibilidade, sen-

do mesmo hoje rejeitado por parte da esmagadora maioria dos agricultores e alvo de contestação pelas companhias seguradoras, circunstância que, como é fácil de calcular, o impede de assumir o papel de potencial e valioso instrumento da política agrícola.

Seguro de modalidade avulsas, como foi lembrado, que não se articula com o potencial e as solicitações da diversidade da actividade e da economia das explorações agrícolas, é, pois, este seguro que o diploma do PCP se propõe substituir, dando as-

sim resposta às exigências que se colocam à nossa agricultura, sobretudo no que respeita ao aumento da eficiência económica-produtiva das explorações.

Nesse sentido o projecto define a constituição de um seguro agrícola articulado e diversificado quanto às suas modalidades de seguro de culturas, produtos e coisas, oferecendo ainda uma cobertura de riscos e uma eficiência técnica na definição desses mesmos riscos, tudo factores que garantem um substancial ganho de eficácia sem agravamento do seu custo real.

Trabalhadores

Contra o desmembramento da maior empresa do País

A ameaça de desmembramento da maior empresa do País — os CTT —, que emprega cerca de 30 mil trabalhadores, é um dos motivos principais da formação da Frente Comum de Defesa da Empresa (FCDE) que a semana passada em Lisboa promoveu uma conferência de Imprensa. Em frente ao Colunas na Praça do Comércio, sindicalistas e membros da Comissão de trabalhadores distribuíram aos jornalistas extensa documentação sobre o que se passa nos CTT, e acusaram o Governo e, particularmente os governos de direita dos últimos anos, de actuarem no sentido de acabar com «o carácter social dos CTT» aplicando uma política de gestão contrária aos interesses dos trabalhadores, das populações e do País. Como exemplo dessa política, às organizações representativas e nomeadamente a FCT (Federação das Comunicações e Telecomunicações) sublinharam o «subaproveitamento das capacidades humanas e técnicas da empresa, com atribuição de empreitadas de trabalhos que poderiam, com vantagem, ser executadas com recursos internos; preenchimento de cargos relevantes nas empresas de acordo com critérios que nada têm a ver com a competência e a honestidade, mas sim subordinados a interesses políticos; proliferação de cargos de chefia, sem haver conteúdo prático para as suas funções, e política comercial ao sabor de critérios de ordem demagógico-eleitoral». A FCDE protesta fortemente contra a privatização e o desmembramento. (Na foto: aspecto da conferência de Imprensa)



Dia de luta



Congresso em Coimbra

O 2.º Congresso da União dos Sindicatos de Coimbra (USC) elegeu em 10 e 11 do corrente, naquela cidade, o seu Conselho Distrital e, entre outros documentos, aprovou uma resolução político-sindical onde designadamente se «constata o aumento das desigualdades sociais e das injustiças». Apesar do «ligeiro crescimento económico verificado», acrescenta a USC, o Governo e o patronato

«continuam a apostar numa política de baixos salários». Num apelo à participação na jornada do dia 16, o 2.º Congresso da USC exprimiu a sua «solidariedade a todos os trabalhadores em luta nos mais diversos sectores e empresas, pela melhoria do seu nível de vida e das condições de trabalho», exortando-os a que «em unidade, prossigam a luta pelos seus justos objectivos».

NO BESCL

Uma comissão privatizadora local

Os trabalhadores comunistas do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL) acusaram recentemente o respectivo conselho de gestão (CG), chefiado pelo dr. Vaz Pinto, de ter aceite o papel de «comissão privatizadora local».

Esse papel, que os secretariados das células do PCP no BESCL de Lisboa e do Porto consideram «antipatriótico», atribuído por «Cavaco e Cadilhe», leva aquele CG, «à margem das leis e da Constituição», a negar na prática os «direitos dos trabalhadores, há muito conquistados e legalmente consagrados».

As células protestam sobretudo pelo facto de o CG ir

apurando todos os anos «o elitismo, a discriminação, o arbitrio e as ilegalidades», designadamente no que respeita àquilo que os gestores designam por «participação nos lucros».

Afirmam os secretariados das células que «desde a alteração (quase sempre para baixo) das «notações profissionais», sem dar disso conhecimento aos trabalhadores, até à elevação das percentagens só para os cargos superiores, em prejuízo da esmagadora maioria que, no fundamental, mantém o BESCL, EP de pé, tudo revela o tipo de política laranja (amarga) instalada na gestão do banco.

Apelam à unidade na acção a fim de «impor o respeito pela legalidade democrática», quando os trabalhadores enfrentam situações como a penalização de faltas que o ACTV (acordo colectivo de trabalho vertical) declara justificadas, repressão do «livre exercício da acção sindical em todas as suas vertentes», penalização de quem participe nas reuniões de delegados sindicais e noutras actividades, incluindo a gestão das autarquias locais — situações claramente permitidas pela contratação colectiva e cuja violação as células classificam como «estratégia de coacção» por parte dos gestores da confiança do Governo.

Os trabalhadores comunistas do BESCL, no apelo à unidade de todos os trabalhadores, solicita que cada um deles reclame por escrito ao departamento de pessoal a reposição da legalidade, dando conhecimento ao secretariado de secção ou comissão sindical e à comissão de trabalhadores.

Ao sublinhar que «é importante não calar!», as células afirmam que, não sendo reposta a legalidade, haverá que recorrer, com o apoio dos sindicatos e demais organizações representativas, ao órgão de soberania competente, os Tribunais, como expressamente sublinham perante todos os trabalhadores.

CGTP propõe data à UGT

O próximo dia 30, quinta-feira, foi a data proposta pela comissão executiva da CGTP-IN à direcção da UGT para a reunião entre as duas centrais, a Federação do Sindicato dos Têxteis e o Sindetex. A data foi proposta sexta-feira passada e, a ser aceite, a reunião deve começar às 14 e 30 na sede do CPCS (Conselho Permanente da Concertação Social), em Lisboa.

Impedido aumento intercalar na hotelaria

A Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal (FESHOT) solicitou uma reunião com o secretário de Estado do Turismo para desbloquear uma situação aparentemente incompreensível, segundo a qual um aumento intercalar de 4 por cento negociado com a Enatur não foi autorizado pelo Governo. A mesma Federação, FESHOT, informava, entretanto, que os trabalhadores da Estoril-Sol tinham apresentado uma proposta de acordo de empresa (AE) à respectiva administração. O aumento salarial proposto é de 18 por cento para todos os trabalhadores, a partir de 1 de Janeiro de 1990.

Subsídio de refeição do pessoal civil das FA

Até ao Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, com sede em Lisboa, o pessoal civil das Forças Armadas, que recentemente conquistou o direito à sindicalização, «ressente com particular acuidade que não lhe processem o subsídio de refeição (310 escudos por dia útil), que vigora na Função Pública». O mesmo Sindicato, que faz várias considerações sobre o assunto, designadamente no sentido da completa equiparação daqueles trabalhadores «aos seus colegas da Administração Central», sublinha que, apesar de a Força Aérea ter mandado pagar aquele subsídio, a Marinha e o Exército não o fizeram, ou, pelo menos, não o tinham feito até 8 do corrente, data do telex do Sindicato sobre o assunto em questão.

Acontecimentos na RDA

A direcção da CGTP-IN emitiu em 13 do corrente a seguinte nota, «face aos acontecimentos na RDA»:

«1. A CGTP-IN congratula-se pela decisão dos governantes da RDA de autorizarem a circulação nas suas fronteiras dos cidadãos do seu país, designadamente, dado o seu significado, entre as duas zonas de Berlim, que se encontravam separadas pelo «muro».

«2. Este acontecimento, a par de outras medidas anunciadas pela RDA, são um passo de grande alcance no sentido do encerramento do trágico capítulo da História da humanidade que foi a II Guerra Mundial, desencadeada pelos alemães-nazis e que teve como consequência a divisão da Alemanha e um período de guerra fria nas relações entre os Estados.

«3. A CGTP-IN é favorável à aproximação entre os dois Estados da nação alemã, dado que pode ser um importante factor para um novo clima político na Europa, que leve a uma maior cooperação económica, ao desarmamento, à dissolução simultânea dos pactos militares e à paz duradoura, baseada na confiança mútua entre os povos do velho Continente e no Mundo».

Congresso da Federação das Indústrias Eléctricas

Os responsáveis pela preparação do I Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal (ESTIEP) discutiram e aprovaram os projectos de documentos a apresentar aos congressistas que se reúnem em 27 e 28 Janeiro próximo. Especial destaque tem sido dado pelos sindicalistas à «ofensiva do Governo contra a EDP, EP» e contra os direitos dos trabalhadores do sector das indústrias eléctricas.

«Músicos contra o nazismo»

Numa nota assinada por Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, em nome da respectiva comissão executiva do conselho nacional, e distribuída à Imprensa sexta-feira passada, a central saúda a iniciativa do PSR «Músicos contra o Nazismo», que considera «oportuna e útil». Referindo-se ao crime que vitimou José Carvalho, dirigente daquele partido e sindicalista, a direcção da CGTP recorda que o mesmo foi «resultado da actividade desenvolvida por uma das frentes da extrema direita» e que, «oriunda da mesma área ideológica» é «a precarização do emprego, a desregulamentação, os salários em atraso, o trabalho infantil», que a CGTP considera «outras formas da violência», que inequivocamente condena, alertando e sensibilizando a opinião pública e reclamando das autoridades «a actuação firme que tais manifestações exigem. A nota conclui afirmando ser importante que «a unidade agora conseguida se alargue e reforce contra todas as formas de violência que atentam contra a sociedade democrática».

Internacional

Namíbia

O início de uma nova era

A Assembleia Constituinte da Namíbia reuniu anteontem pela primeira vez, dando início ao processo de transição para a independência do último bastião do colonialismo no continente africano.

Na histórica sessão inaugural da Assembleia Constituinte da Namíbia, estiveram presentes os 72 deputados eleitos no escrutínio que decorreu de 7 a 11 deste mês, em que votaram mais de 95 por cento dos eleitores inscritos.

Nessas eleições, classificadas pela Organização das Nações Unidas como «justas, livres e democráticas», a SWAPO, Organização dos Povos do Sudoeste Africano, liderada por Sam Nujoma, alcançou a maioria absoluta, conquistando 41 lugares na Assembleia. No entanto, a SWAPO ficou aquém da maioria qualificada de dois terços, equivalente a 48 lugares.

Este número é uma referência importante, já que, nos termos dos acordos sobre a independência da Namíbia, a adopção da Lei Fundamental do futuro Estado namibiano exige a maioria de dois terços. Tal levará a que a SWAPO o apoio de alguns dos restantes seis partidos com assento na Assembleia Constituinte.

Esses partidos são a Aliança Democrática Turnhalle — DTA — com 21 lugares, a Frente Democrática Unida — UDF — com 4, a Acção Cristã Nacional — ACN — com 3, com 1 deputado cada surgem três partidos: a Convenção Federal Namibiana, a Frente Nacional da Namíbia, e a Frente Patriótica Namibiana.

SWAPO apela à cooperação

Logo que foram conhecidos os resultados das

eleições, o líder da SWAPO vitoriosa, Sam Nujoma, fez questão de afirmar em Windhoek, que a sua organização «não tem intenções de impor aos outros partidos os seus pontos de vista» na elaboração da Constituição da Namíbia independente, e sublinhou que a SWAPO está preparada para conceder aos outros partidos o tempo necessário para exporem as suas ideias sobre a futura lei fundamental do país.



Sam Nujoma, presidente da SWAPO — depois da vitória eleitoral, o apelo à cooperação para assegurar a independência da Namíbia.

O presidente da SWAPO reafirmou a defesa dos princípios democráticos da discussão aberta e decisão pela maioria, apelando a que seja cumprido o mandato recebido nestas eleições, para que todos sejam rápidos nas deliberações, e para assegurar

que a independência da Namíbia não seja mais protegida.

As declarações de Sam Nujoma, sublinhando a necessidade de ser aberta uma nova era para a construção da Namíbia independente, dão conta da vontade da SWAPO de conseguir o consenso para a aprovação sem atrasos da Constituição do país.

Sam Nujoma reafirmou a disposição da sua organização de cooperar com todos os sectores da sociedade para enfrentar os problemas sociais e económicos da Namíbia. No plano económico, o

que se debruçarão também sobre problemas como o dos antigos membros da «Koevoets», e do exército controlado pela África do Sul, que como sublinhou Sam Nujoma «não estão aptos a desempenhar funções de manutenção da ordem» na Namíbia independente.

Acerca do enclave de Walvis Bay e do seu porto de águas profundas, o líder da SWAPO reafirmou que a África do Sul não tem legitimidade para manter em seu poder aquele importante porto em seu poder, contra a vontade dos namibianos.

líder da SWAPO reafirmou o interesse da sua organização em instituir uma economia mista, e apelou ao investimento estrangeiro no país.

Estas e outras questões, como a banca e a nova moeda do país, serão agora analisadas por várias comissões,

Namibianos que manifestaram com o voto a sua plena confiança na SWAPO, numa eleição em que, na opinião de Sam Nujoma «não houve vencedores. A Namíbia ganhou finalmente o seu direito à autodeterminação e independência».

El Salvador Declaração de Cuba

«O ministério dos Negócios Estrangeiros da República de Cuba chama a atenção da comunidade internacional para a gravidade desta situação (criada em El Salvador) e apela a todos os Estados, especialmente da América Latina e Caribe e os países Não Alinhados, a oporem-se resolutamente à intervenção imperialista, condenar a sanguinária ditadura de El Salvador e expressar a mais efectiva solidariedade com o seu nobre, valoroso e invencível povo. Só assim se poderá pôr fim à guerra e El Salvador alcançará a paz e a democracia». Estes os termos em que se conclui uma nota-apelo do ministério dos Negócios Estrangeiros de Cuba, em que também se sublinha, quer a vontade de paz da Frente Farabundo Martí, quer a política repressiva do governo salvadoreño.

Na nota afirma-se que «a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, enquanto conduzia com honra e decisão a guerra que lhe era imposta pelo imperialismo e a oligarquia, sempre reconheceu na negociação a via que pouparia ao povo maiores sacrifícios e se esforçou por criar perspectivas reais de solução pacífica».

E denuncia-se que «mais recentes encontros entre a FMLN e o governo do senhor Cristiani no México e Costa Rica mostraram que a fuga e a manobra como única resposta às propostas da FMLN».

Dolores Ibaruri

Por ocasião da morte de Dolores Ibaruri, o Movimento Democrático de Mulheres divulgou um comunicado em que se faz um elogio da revolucionária e dirigente comunista espanhola.

Dolores Ibaruri uma mulher que foi expressão da luta de um povo, na resistência e na esperança construída de um ideal de justiça, fraternidade e democracia.

Forjada na vivência dos mineiros da sua terra, com a sua determinação, paixão e força, ela rasgou os caminhos onde Democracia, Liberdade, Justiça e Igualdade se irmanam e são possíveis.

Dolores, mulher e mãe, no luto da sua pátria e do seu filho foi força de esperança e de razão.

Dolores foi presença-símbolo de multidões de mulheres anónimas, fazedoras da história, combatentes pela liberdade da mulher, mas silenciadas, ignoradas nos compêndios da história.

Dolores foi símbolo das mulheres que forjam a igualdade conquistando-a na resistência.

A Dolores Ibaruri vice-presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres, o nosso obrigada.

PCI debate o seu futuro

O Comité Central do Partido Comunista Italiano (PCI), realizou um importante debate sobre o futuro do Partido. Entre as questões mais polémicas, a proposta do seu secretário-geral, Achille Occhetto, no sentido de alterar o nome do PCI.

Enquanto os debates decorriam, militantes do partido manifestaram-se frente à sua sede protestando contra tal proposta, que aliás tinha sido recusada no andamento dos trabalhos do Congresso, recentemente realizado.

Para Occhetto, trata-se de se decidir sobre «a proposta de convocação de uma assembleia constituinte (do PCI) para abrir novas vias esquerda».

PC romeno em Congresso

Decorreu em Bucareste o décimo quarto congresso do Partido Comunista Romeno.

Momento fundamental dos trabalhos do Congresso, foi o discurso do presidente romeno, Nicolae Ceausescu. No fundamental um discurso apologético da realidade na Roménia, e apontando para ambiciosas metas de desenvolvimento.

Ressaltá a demarcação em relação aos processos de renovação e desenvolvimento do socialismo, em vários países socialistas da Europa.

Estado de sítio na Bolívia

O governo boliviano decretou o estado de sítio no país e procedeu a centenas de prisões de professores e dirigentes sindicais que se encontravam em greve de fome para exigir melhores salários.

As leis de emergência podem prolongar-se por três meses, e suspendem o direito à greve e realização de reuniões políticas.

BRASIL

Collor e Lula na segunda volta

Os candidatos à segunda volta das eleições presidenciais brasileiras — em 17 de Dezembro — estão finalmente definidos. Collor de Melo, o homem dos sectores de direita, com 28% dos votos, parte dos quais provêm dos mais pobres sectores da população brasileira, e Luís Inácio «Lula» da Silva, candidato da «Frente Popular do Brasil», com 16,8% dos votos. A pouca distância de Leonel Brizola (15,74%), candidato do PDT, também com um cunho de esquerda.

Inicia-se agora todo um esforço de conquista e reconquista de votos. Em termos estritamente aritméticos, Lula pode ter vantagem, na medida em que conta com apoios múltiplos. Antes do mais da

parte de Brizola. E também do candidato Mário Covas (PSDB), e em geral de todas as formações políticas de esquerda.

Mas na prática as perspectivas são bem mais difíceis.

A realidade socioeconómica brasileira é de extrema miséria e de brutais desigualdades sociais. Ou seja, em princípio um candidato de esquerda deveria recolher amplos apoios.

Entretanto importa não ignorar, antes do mais, que não são os sectores mais pauperizados, e normalmente mais despolitizados, que dão os seus votos à esquerda. Acresce que há no país uma significativa classe média, a quem gravíssimos problemas, como uma inflação galopante, nem sempre atinge de forma particular. Um outro dado: não votou em Lula parte substancial da classe operária do Estado mais industrializado do país (o que não significa que não vote em Lula na segunda volta), provavelmente porque a transmissão da mensagem deste candidato assumiu formas menos credíveis.

Quanto ao candidato Collor de Melo, tendo garantidos os votos de parcela importante das classes médias, dá agora ao seu discurso colorações mais social-democratizantes,

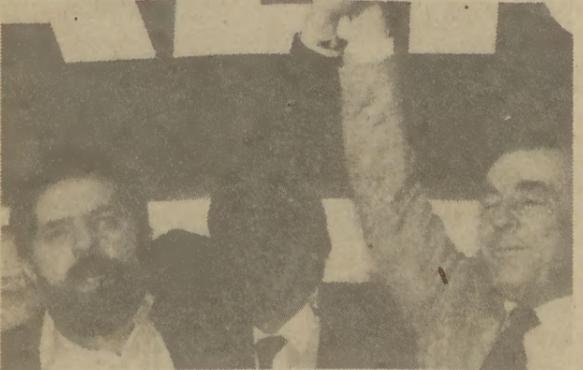
na preocupação de alargar a sua influência.

Note-se que, no caso de ser eleito, dificilmente se compreende como irá governar, sendo que o seu partido, o PRN, não tem qualquer expressão parlamentar.

No centro dos problemas do país (mas nem sempre das preocupações dos candidatos), a enorme dívida externa do Brasil (mais de 120 biliões de dólares), em grande medida herdada dos sucessivos governos militares. Ponto em que também se diferenciam os programas dos dois candidatos.

Para Lula, a perspectiva é suspender de imediato o pagamento da dívida. Para Collor de Melo, trata-se de renegociar as condições do seu pagamento.

Assim, os resultados finais são para já imprevisíveis. Mas só por si estas eleições constituem um marco na vida política do Brasil. Trata-se da primeira eleição directa de um presidente da República, de há 29 anos para cá. Uma das grandes exigências do movimento democrático brasileiro.



«Lula», o candidato de esquerda, à segunda volta das presidenciais

Internacional

SOCIALISMO

Um mundo em transformação

Um pouco por toda a comunidade socialista no continente europeu sucedem-se, por vezes em ritmo muito rápido, profundos processos de transformação. A capacidade e perspectivas de auto-renovação, de um novo impulso revolucionário no desenvolvimento do socialismo tendem assim a ampliar-se e a enriquecer-se.

Na União Soviética — que hoje se encontra, nas palavras de Gorbatchov, num momento de auge de tensão, com o agravamento das contradições entre o velho e o novo — a perestroika (como sublinhou o secretário-geral do PCUS, na Conferência Nacional de estudantes, realizadas nestes dias no Palácio da Juventude de Moscovo) assinala já alguns êxitos.

Em particular a profunda reforma política, o funcionamento de novos órgãos do poder e renascimento do poder dos Soviéticos.

No plano legislativo, passos fundamentais estão a ser dados. O Soviete Supremo decidiu submeter a referendo popular um projecto-lei sobre a propriedade, que prevê a criação de igualdade de condições para as diferentes formas de economia. Foi ainda decidida, a nível do parlamento, a publicação de um projecto-lei sobre os princípios básicos da autogestão e da administração local, e aprovado um documento que considera como ilegal e criminosa toda a repressão exercida sobre os povos transferidos à força das suas terras natais na época estalinista, proclamando a restituição incondicional dos seus direitos.

Momento decisivo de transformações, em que é particularmente oportuno lembrar, para além de todos os erros, deformações e crimes, o salto histórico que foi Outubro.

Na já referida intervenção de Gorbatchov, na Conferência juvenil, o dirigente soviético sublinha isso mesmo — que a Revolução de Outubro não foi um erro nem um acaso, mas sim um grande salto histórico mundial para o futuro.

Referindo-se às deformações do socialismo, que atingiram o próprio ideal socialista aos olhos das massas, Gorbatchov disse que tais transformações empobreceram e deturpam o teor



Novas perspectivas de futuro se abrem nos países socialistas

humanista do socialismo e reflectiram-se negativamente na imagem da sociedade socialista.

A Bulgária em transformação

«O mundo socialista, do qual o nosso país faz parte, encontra-se hoje numa fase qualitativamente nova», disse o novo secretário-geral do PC Búlgaro, Petar Mladenov, na reunião plenária do CC do PCB, realizada a 10 de Novembro, que marcou o início de um processo de transformação do país. Para sublinhar que «não há alternativa à reestruturação. Nesse sen-

tido pode servir de orientação a concepção de Marx de que cada formação representa um movimento e não um estado acabado».

Mladenov falou dos muitos problemas acumulados, e da necessidade de tomar medidas de fundo em praticamente todos os domínios, do político ao económico.

Neste esforço de «afirmação do novo», destaca-se o papel do Partido. «É tarefa importante — diz o novo se-

zada num Estado de regime social conforme à opção livre do povo».

E sublinhou: «nós vemos a reestruturação na Bulgária única e exclusivamente no quadro do socialismo e pela via do socialismo».

Entretanto o processo de transformação está em curso.

O parlamento búlgaro elegeu por unanimidade, para o cargo de presidente do Conselho de Estado, o novo secretário-geral do PCB, Petar Mladenov. Durante a sessão parlamentar foi tomada a decisão de abolir o decreto 273 do código penal, que proibia a propaganda antigovernamental, e de proceder a uma amnistia de todos os que foram presos com base naquela lei.

Procedeu-se também a uma remodelação governamental.

RDA

As grandes vagas de «turismo» de fim-de-semana, da RDA, para a RFA e Berlim Ocidental prosseguem, colocando aliás, à margem, a necessidade de resolver problemas de especulação com mercadorias e divisas.

Entretanto, o novo governo de Hans Modrow foi aprovada na Câmara do Povo, com cinco votos contra e sete abstenções, num total de 500 deputados.

No novo governo, o PSUA detém 17 dos 28 lugares, sendo os restantes distribuídos pelos quatro partidos existentes.

Entre as reformas que serão promovidas, conta-se o encorajamento da cooperação económica com o Ocidente, dar às mulheres maiores possibilidades na carreira profissional, a possibilidade de substituir os 15 distritos administrativos do país por cinco ou seis regiões.

A Câmara do Povo decidiu também iniciar a preparação de uma nova lei eleitoral, criar uma comissão especial com o encargo de «modificar

e ampliar a Constituição» e uma comissão de inquérito sobre os abusos do poder e a corrupção de funcionários.

Muito se tem avançado, mas os caminhos não são lineares.

Nestes dias têm-se registado, em Berlim e Dresden, algumas manifestações de desconfiança face ao PSUA e às propostas de reformas entretanto avançadas.

Em entrevista deste fim-de-semana, Krenz sublinhou que o papel dirigente do Partido terá agora de «ser conquistado dia a dia (...) A direcção do nosso partido não passou no exame do poder. No entanto não foi o socialismo que fracassou, mas sim a sua degeneração».

Manifestações em Praga

Grandes manifestações têm-se sucedido em Praga, exigindo transformações no país, e nomeadamente a demissão de dirigentes de Partido e Estado.

Entretanto o governo checoslovaco, reunindo em sessão extraordinária, rejeitou as acusações que lhe são dirigidas. Simultaneamente, os responsáveis pela organização do PC Checoslovaco da capital, realizaram uma assembleia, «à activação nos locais de trabalho e na vida social» de todas as organizações de base da cidade. Um apelo governamental foi feito aos estudantes e artistas para que «não alimentem ilusões sobre as possibilidades de solução fácil para problemas complexos».

Estudantes e artistas de Praga e outras cidades da Checoslováquia desencadearam uma greve de protesto contra a repressão da manifestação de 17 de Novembro, referindo a morte de um jovem, morte que é desmentida pelo governo checoslovaco.

As manifestações realizadas posteriormente têm decorrido de forma pacífica.

Tomar desejos por realidades

As transformações em curso nos países socialistas da Europa — com necessários reflexos quer no contexto de todo o continente e nas relações entre comunidades e países socialistas e capitalistas, quer no interior do próprio sistema capitalista — têm vindo a suscitar algumas reacções, medidas concretas e propaganda pura, que em muitos casos se pode considerar de pretensões e projectos de ingerência.

Um facto particularmente evidente nas absurdas declarações de Cavaco, que pretende oferecer o «modelo» português como experiência positiva para países socialistas!

Entretanto, nomeadamente em declarações de dirigentes soviéticos, surgem análises particularmente oportunas, dos processos em curso na comunidade socialista, do seu conteúdo e perspectivas. E ainda do enquadramento europeu e internacional de tais processos.

No Ocidente há quem tente interpretar as transformações nos países socialistas

como um fracasso das ideias socialistas — disse Gorbatchov, em encontro com a juventude. «Eles querem fazer passar os seus desejos por realidades. Estamos a reformar a nossa sociedade levando em conta as novas realidades, revelamos o potencial do regime socialista».

Ligando a perestroika à transformação da cena política internacional, Gorbatchov afirmou que a URSS, reformando-se e revelando o potencial do socialismo, apresentou, no âmbito da nova mentalidade política, a ideia de criação de uma

nova ordem mundial. A «guerra-fria» mostrou a inconsistência da aposta na política de força, na corrida aos armamentos e na confrontação. Passou para o plano prático o problema da sobrevivência da humanidade e outros problemas globais, inclusivé o ecológico, o informativo e o da revolução científico-técnica — frisou.

Também Chevardnadze, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, em declarações recentes, pôs o dedo em questões fundamentais.

Negando que as mudanças em curso nos países socialistas se orientem por valores ocidentais, Chevardnadze disse uma coisa óbvia, que uma sistemática campanha propagandística intenta negar: «considerar a democracia e a liberdade valores ocidentais significa ser extremamente pretencioso» e «não se pode reduzir os va-

lores universais aos valores ocidentais».

Na análise dos processos em curso, diria Chevardnadze que se trata de processos de renovação e de formação de uma nova imagem da sociedade socialista, sendo que em cada país decorrem de maneira própria, em função das características específicas, disposições e vontade do povo.

O ministro soviético disse também que as mudanças se enquadram na concepção de «lar comum europeu». Sem a democratização, que representa o traço mais típico da evolução da situação nos países socialistas europeus e da União Soviética, o «lar comum europeu» não poderá corresponder aos interesses de todos os povos.

Chevardnadze sublinhou entretanto, em jeito de alerta, que estas mudanças, «naturais e historicamente justificadas», «têm na Europa a sua

especificidade condicionada pelos resultados da II Guerra Mundial e pelas realidades políticas e territoriais que se estabeleceram no pós-guerra».

Entra estas realidades, o ministro referiu a existência de dois Estados alemães, de duas alianças político-militares e de fronteiras consagradas por toda uma série de actos internacionais.

«Isto não significa que a URSS é contra todas e quaisquer mudanças, desejando congelar as realidades europeias». Mas que «ninguém tem o direito de as alterar unilateralmente».

Um outro alerta. Nas relações socialismo-capitalismo, há normas indispensáveis: não imposição de ditames e conceitos filosóficos, não — condicionamento da cooperação económica e quaisquer exigências de cariz ideológico, não-ingerência nos processos em curso.

ANO 29 - SEM 10 - Nº 272 - AGRICOLA DE 1989 - PREÇO: 1000
Publicada de todos os dias - 1989 - VCS1

Avante!

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Um dos primeiros cuidados da ditadura fascista foi a criação dos serviços de Censura à Imprensa, apesar de alguns protestos feitos pelos jornalistas em Junho de 1926 e posteriormente em Julho de 1937, através de uma exposição assinada por mais de 1500 pessoas e entregue à Assembleia Nacional.

Progressivamente, a Censura foi alargando o seu raio de acção, transformando-se rapidamente numa verdadeira «polícia de espírito», completada com o Secretariado de Propaganda Nacional: tabelou por meio de circulares os assuntos «indesejáveis», multou, suspendeu, proibiu dezenas de jornais, permitindo, entretanto, o aparecimento de jornais fascistas como «A Nação» e «O Mensageiro», elaborou uma lista negra de jornalistas e escritores, cuja colaboração passou a ser sistematicamente cortada, o que equivalia a eliminar pela fome certos escritores; o mesmo aconteceu com certas publicações, que chegaram a ter 90% e mesmo 100% da sua composição inutilizada pelo lápis azul.»

(...)

«A censura à Imprensa — «Avante!», VI série, n.º 124. 1.ª quinzena de Outubro de 1948)

AVANTE! MILETANOS DE TOMAPOS MATEMÁTICOS

Orgão Central do Partido Comunista (L. P. & C.)

«Quinze jornalistas do «Diário Ilustrado» — entre os quais o chefe de redacção — pediram a sua demissão como protesto contra o despedimento de um dos seus camaradas e contra as perseguições e vexames de que vinham sendo alvo.

Em seu apoio acorreram 40 jornalistas de todos os jornais do Porto enviando uma exposição ao conselho de administração do «Diário Ilustrado» e ao Sindicato dos Jornalistas, onde pedem a reintegração da redacção despedida. A direcção deste jornal convocou um representante dos jornalistas do Porto a pretexto de fornecer-lhe informações, mas o tratamento que lhe dispensou — encerramento numa sala com aparelhos de gravação, perguntas nitidamente policiais, etc. — só contribuiu para aumentar a indignação que lavra nos meios jornalísticos e pôr em evidência a injustiça da posição do jornal.»

«15 jornalistas que se demitem — «Avante!», VI série, n.º 245, 1.ª quinzena de Novembro de 1957)

AVANTE!

«Apesar dos convites constantes dirigidos pelo SNI a intelectuais franceses, ingleses, alemães e americanos para visitarem o nosso país com todas as despesas pagas, a fim de repetirem a linha oficial, aqueles que observam directamente e com espírito crítico a vida portuguesa são unânimes em reconhecer o estado de decadência a que Portugal chegou com a ditadura fascista. Cá fora aparecem com frequência artigos na imprensa diária, como os que o «Times» dedicou há relativamente pouco tempo a Angola, apontando a estagnação económica e a repressão colonialista ali exercida pelo Governo.

Desvairados com o esboronar da sua propaganda, os fascistas recorrem a todos os meios para silenciar o libelo de observadores imparciais. Teotónio Pereira, quando era embaixador em Londres, chegou ao ponto de mandar comprar toda a edição do «Portuguesa Panorama» de Blackstone, no que despendeu 6000 libras. Em seguida o SNI subornou um plúmifitio de terceira ordem para redigir uma nova versão com o mesmo título, esta inteiramente laudatória e no estilo habitual dos seus boletins de «informação» (...).»

«Tribuna do Leitor»/«A Verdade val-se conhecendo» — «Avante!», VI série, n.º 294, Outubro de 1960)

REGIONALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E MERCADO INTERNO



Os deputados da Coligação de Esquerda, R. Piquet, Carlos Carvalhas, P. de Rossa, Joaquim Miranda, Barros Moura, P. Herzog, F. Wurtz, S. Mayer, M. Elmalan, D. Dessylas, e convidados nacionais e estrangeiros debateram em Lisboa os problemas do Desenvolvimento Regional no âmbito da Comunidade Europeia

— o debate promovido pela Coligação de Esquerda

A problemática do desenvolvimento regional na Europa Comunitária face à perspectiva do mercado único, foi o tema central do encontro que reuniu em Lisboa, nos dias 15 e 16, deputados do grupo Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu, para além de representantes da CGTP-IN, responsáveis autárquicos e especialistas da matéria, nacionais e estrangeiros.

Como pano de fundo dos debates estiveram as preocupações com os aspectos negativos que têm caracterizado a economia comunitária, designadamente o desemprego, a precarização do emprego, inflação, desequilíbrios nas balanças de transacções correntes, desequilíbrios orçamentais, desequilíbrios regionais e sociais.

Problemas e disparidades que são tanto mais preocupantes quanto é sabido que se aproximam datas significativas, como é o caso da primeira fase da União Económica e Monetária a entrar em vigor no início do ano, a livre circulação de capitais em Julho de 1990 e a abolição das fronteiras no final de 1992.

Para os parlamentares da Coligação de Esquerda aquelas questões colocam com uma premência cada vez maior a concretização do princípio da coesão económica e social e a convergência dos resultados económicos da Comunidade.

É neste contexto que se insere o debate sobre as desigualdades económicas e sociais existentes entre os países e as regiões da Comunidade, acentuadas com a adesão de Portugal e da Espanha.

Um debate em que ficou claro — entre o levantamento dos problemas e o apontar de soluções — a necessidade imperiosa de concretizar, tanto a nível nacional como a nível comunitário, uma efectiva política regional que permita reduzir as disparidades existentes entre os Doze.

Como se fez notar no decorrer dos debates, a Comunidade conta actualmente com um conjunto de regiões com atrasos de desenvolvimento e em «declínio industrial», e com áreas urbanas com elevada degradação.

O que é agravado pelo facto de a lógica da construção

do mercado interno, entre regiões e países com estádios diferentes de desenvolvimento, assente nos dogmas do neo-liberalismo, subalternizando a dimensão social do desenvolvimento, tender inevitavelmente para o agravamento das dificuldades e das disparidades intra-comunitárias, como de resto é reconhecido em todos os relatórios elaborados sobre a matéria.

A resolução destes problemas passa por novos programas e por novos sistemas de financiamento. E passa, sobretudo, como defende a Coligação de Esquerda, pelo reconhecimento de que a coesão económica e social não pode ficar confinada à convergência de políticas, a intervenções pontuais nas reconversões industriais ou a meras compensações financeiras a alguns Estados, em troca da aceitação do mercado interno.

A coesão económica e social — concluíram os participantes no encontro de Lisboa — deve acompanhar a construção do mercado interno, traduzido por níveis de desenvolvimento e bem-estar, de reforço do aparelho produtivo e inserção mais valorizada na divisão internacional do trabalho. ■

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE DESENVOLVIMENTO MERCADO INTERNO

AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO

Para os comunistas portugueses, o desenvolvimento e o desenvolvimento regional não se reduzem a uma só dimensão, e as assimetrias no seio da Comunidade não são apenas geográficas, mas também sociais, culturais, ambientais e urbanas.

Quem o afirmou foi o camarada Carlos Carvalhas, na intervenção com que introduziu o debate que durante dois dias reuniu em Lisboa deputados do Grupo Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu. Para o deputado comunista, na ordem do dia está o debate do aprofundamento das posições do grupo

quanto à regionalização; à participação das populações e dos agentes económicos; à metodologia da elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) e do quadro comunitário de apoio e dos programas transfronteiriços; à eficiência da aplicação dos fundos estruturais; a novas fórmulas de cooperação e sistemas de cofinanciamentos que aliviem os orçamentos nacionais e as dívidas públicas dos países de economias mais débeis; as questões dos transportes, das comunicações e da energia; a extensão dos fundos à educação formal, à habitação e à saúde; a integração das políticas do ambiente e das

áreas urbanas como integrantes de uma política regional; a dimensão social e cultural na redução dos desequilíbrios.

De tudo isto se falou no decorrer dos trabalhos. Na impossibilidade de reproduzir todas as intervenções, apesar do seu manifesto interesse, aqui ficam alguns excertos de intervenções dos convidados portugueses — responsáveis autárquicos, deputados, especialistas — que, centradas em questões nacionais, não deixam de reflectir problemas comuns à Grécia, Irlanda, França, pese embora as diferenças de nível com que se colocam nos diferentes países. ■

O EDIFÍCIO DO PODER LOCAL ESTÁ INCOMPLETO

(...) Nas conclusões do seu Congresso os Municípios Portugueses salientaram «a sua convicção quanto aos indiscutíveis benefícios que a criação das Regiões Administrativas seguramente trará para uma maior eficácia da Administração, para um mais rápido desenvolvimento socioeconómico do País e para as condições de vida dos cidadãos».

Assim, aos que no Terreiro do Paço, pretendem atirar a Regionalização para as calendras gregas, enquanto desenvolvem os seus tentáculos numa prática governativa que é a própria negação do planeamento e do desenvolvimento, a esses os autarcas respondem exigindo, através da criação das regiões, o enriquecimento da vida democrática e o alargamento de participação dos cidadãos na vida política e administrativa.

(...) No Distrito de Setúbal, e permitam-me agora que concretize com um exemplo da Região que melhor

conheço a necessidade do Plano Regional e da estrutura responsável pelo mesmo — a Região Administrativa — tornou-se bem patente com os trabalhos do PIDDS — Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal, da Associação de Municípios do Distrito.

Numa época de crise do Distrito, a Associação tomou sobre os seus ombros a tarefa de procurar soluções delineando o futuro do Distrito nos seus vários aspectos económico, so-

cial, cultural, ambiental, segundo a perspectiva do desenvolvimento integrado.

O Plano está a crescer, a sua importância foi já reconhecida em Bruxelas, mas entretanto falta a estrutura regional que, ultimados os trabalhos, proceda à execução do Plano.

A Regionalização assume por isso, no Distrito de Setúbal, o carácter de extrema urgência, tanto mais que as autarquias de maioria CDU no Distrito de Setúbal, e que são quase

todas, apostam na Década de 90 como a Década do Desenvolvimento.

Entretanto, decorreu um outro processo, comandado pela Administração Central, a chamada Operação Integrada para o Desenvolvimento da Península de Setúbal, que irá canalizar fundos da CEE para investimentos na Península.

Mas enquanto naquele processo, o PIDDS se procedeu, e se continua a proceder, a um alargado debate sobre os investimentos necessários

para o Distrito, sob a óptica do desenvolvimento integrado, neste processo, o da OID, as autarquias foram limitadas à apresentação das candidaturas, pertencendo a decisão política à Administração Central.

Reconhecendo embora a necessidade de investimentos da OID na Península, (e as autarquias de maioria CDU saberão aproveitar os Fundos) a verdade é que a OID é um conjunto de projectos, onde falta a visão global do desenvolvimento, e que por isso mesmo se apresenta já distanciada do seu embrião — o PROSET — que esteve a cargo do professor Jorge Gaspar.

As questões de desenvolvimento regional levam-nos assim a concluir que a Regionalização é um instrumento imprescindível para o processo de desenvolvimento e correcção de desigualdades. (...)

(Odete Santos, deputada e candidata à pres. C.M. Setúbal) ■

«PORTUGAL VAI MUDAR» UMA PROMESSA OU UMA AMEAÇA?

(...) O Alentejo é uma região atrasada e o PDR português potencia o Alentejo ainda mais atrasado em 1993.

Neste quadro surge o Programa de Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças luso-espanhol (PDRF). Poderia, deveria, chegou a esperar-se que fosse o instrumento alterador daquela perspectiva, que fosse um mecanismo incremental para as zonas raianas onde a caracterização local apresenta mais profundas desigualdades. Todavia, mais uma vez, este Programa governamental, não tem impacto no Alentejo.

Limita-se a ser um programa de acessibilidades. Com alguma facilidade se vê que é um Programa governamental para contemplar, financeiramente, compromissos que não haviam podido ter cabimento no PDR. Por outro lado constata-se que, para o Governo português, há fronteira e fronteiras. Chega-se, de facto, a incluir no PDRF, o premiar de Municípios que não cumpriram as suas obrigações de executar o saneamento básico. E como o documento distribuído contempla o texto espanhol, torna-se claro, em muitos pontos descobrir diferenças que se explicam, certamente, pela participação, daquela lado da Fronteira, do poder autónomo.

Importará, então, ver um modelo alternativo ou, mais simplesmente, um modelo de construção de De-

envolvimento, se aceitarmos que no PDR ou no PDRF tal coisa nem existe. E acautelar o seu aprofundamento para o momento da concretização da almejada Regionalização que virá, porque é constitucional, mesmo contra o Governo, como o associativismo intermunicipal tem querido demonstrar com iniciativas como a do lançamento dos Planos Integrados de Desenvolvimento dos Distritos de Beja e Évora, lançados pelos respectivas Associações de Municípios e que o Governo decidiu nem sequer permitir que fossem candidatos a cofinanciamento comunitário no quadro do FEDER.

(...)

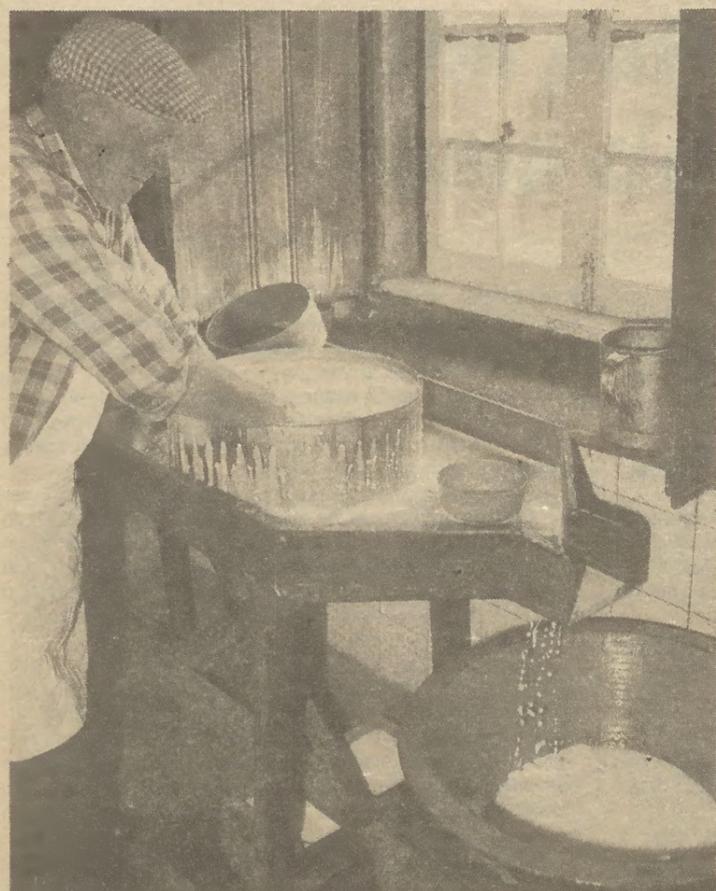
O desenvolvimento é um processo global que requer um esforço colectivo e não pode esquecer o carácter participativo das populações através das suas estruturas.

A peculiaridade daquele PDRF advém do seu determinismo geográfico que no terreno, nem sempre tem correspondência aos níveis de desenvolvimento comparativos entre os espaços português e espanhol contíguos ao Alentejo. Este factor faz realçar mais uma vez a necessidade de concretização de um projecto desenvolvimentista localizado, baseado na análise das circunstâncias geográficas, económicas e hu-

manas em que decorre o processo incremental. Contrariando as expectativas criadas por si mesmo, o Governo apresentou Programa extensivo e desajustado à determinação das necessidades e potencialidades a promover. Um programa desta natureza para o Alentejo deveria apresentar como objectivo a organização e rentabilização racional dos recursos com vista a criar um maior bem-estar da população, tendo como base uma planificação regulada mais participativa. Este PDRF foi feito por um Governo Central. Só por isso não seria mau. Mas a falta de vontade política para exercer a democracia na área do planeamento

tem levado ao fracasso de sucessivos programas como foi o caso do PIDR de Entre-Mira-e-Guadiana. A inadequação do PDRF às necessidades do Alentejo poderá vir a aumentar as assimetrias regionais face ao tipo de intervenção que preconiza. Aumenta-las-á seguramente se não vierem a ser introduzidas alterações. Temos de avaliar correctamente as condições actuais e considerar que no actual quadro o PDRF não apresenta nem condições de êxito nem abre perspectivas que, equacionadas, apontem para a correcção das desigualdades locais e regionais. Não admira que um órgão como o Conselho Nacional do Plano tenha, em recente parecer, afirmado que «o processo de aproximação progressivo aos padrões comunitários, em que todos devemos estar empenhados, passa necessariamente, num quadro dinâmico e coerente de controlo dos equilíbrios macro-económicos, por um esforço sustentado de investimento e crescimento e por um esforço correcto de combate às assimetrias regionais». Mas com o actual Governo e a referida falta de vontade para exercer a democracia na área do planeamento é de questionar se o afirmar que Portugal vai mudar, para o Alentejo, é uma promessa ou uma ameaça.

(Lamas de Oliveira e Borralho de Mira)



O desenvolvimento regional, para se desenvolver de uma forma harmoniosa e de acordo com os interesses nacionais, tem de ter em conta as características próprias de cada região e contar com a participação activa das populações

PARTICIPAÇÃO NO PLANEAMENTO E GESTÃO

(...)
A falta de uma verdadeira regionalização administrativa, as CCRs (Comissões de Coordenação Regionais) são em Portugal serviços desconcentrados da administração central, a quem o Governo tem vindo a atribuir um vasto leque de atribuições e competências.

Dividido o País em cinco zonas, foram estas consideradas Regiões, nomeados pelo Governo os responsáveis para os vários efeitos e de entre eles, os que se prendem com os fundos comunitários.

Ora, sendo, como são, órgãos desconcentrados da administração central não podemos ter dúvidas quanto à sua concepção centralizadora e à democraticidade utilizada na preparação de planos e acções que têm sobretudo a ver com o futuro das populações e agentes dessas áreas do território.

Desde a sua criação, que os municípios se têm batido pela gradual redução dos seus poderes e pelo seu desaparecimento, dando lugar às Regiões Administrativas.

Contrariamente a esta posição, têm estes vindo a ser ampliados e

reforçados numa óptica desenfreada de centralismo que tem sido apanágio do actual Governo de Portugal.

A situação é tanto mais grave quanto sabemos que os cerca de 1300 milhões de contos destinados a Portugal no âmbito do Quadro Comunitário de Apoios, agora aprovado, serão em boa parte canalizados através das CCRs.

(...) Os Municípios, nomeadamente os dos Distritos de Beja, Évora e Setúbal, têm dado provas de grande capacidade e perspectivas de futuro, ao avançarem com novos métodos de planeamento, desenvolvendo-o de forma integrada, fazendo participar neles os agentes económicos,

sociais e culturais, todos os órgãos autárquicos, os serviços da Administração Central com maiores responsabilidades de actuação no território, promovendo debates públicos, genéricos e temáticos.

(...) Quanto à elaboração do P.D.R. tivemos ocasião de acompanhar de perto tal processo e podemos constatar que de facto não se tratou de um plano, mas sim de uma listagem de acções e investimentos elaborada pelos serviços centrais com vista a captar fundos, sem que as próprias autarquias tivessem tido possibilidade de participar responsabilmente no processo.

(...) Se atendermos a que se trata de um plano para 4 anos, com um volume de investimento previsto para mais de 1300 milhões de contos, temos que concluir que não houve seriedade na forma como esta questão foi tratada.

(...) Bom, mas o que é facto é que, embora elaborado de forma incorrecta, foi aprovado dando suporte ao Quadro Comunitário de Apoio. E a questão que se coloca é a de saber como e quem, vai gerir essas verbas e acompanhar o cumprimento desses planos e acções.

Em determinado passo do documento que continha as normas internas para elaborar o P.D.R., referin-

do-se a esta matéria, dizia-se: «entidades que se considere adequado assegurar a participação». É pois legítimo perguntar:

Quem define as entidades?
Quem é que determina a adequação?

Que critérios vão ser utilizados?
Quem define os critérios para esta matéria?

Tal matéria não pode, a nosso ver, ficar como até aqui na dependência exclusiva do Governo, sob pena de se inviabilizar a aplicação correcta dos fundos colocados à disposição do País, racionalizando-os o mais possível e rentabilizando a sua eficácia.

Esta é, aliás, a orientação da Comissão das Comunidades.

Assim, e dada a relevância deste processo para o desenvolvimento regional e nacional, julga-se que, com a maior urgência, a Assembleia da República deva legislar no sentido da sua democratização, definindo os organismos de desenvolvimento para as OIDs e Subvenções Globais, bem como a sua composição. ■

(Figueira Mendes, pres. C.M. Grândola)

A ESPECIALIDADE DO GOVERNO

(...) Para o Governo português, nem o plano nem o desenvolvimento regional são expressões do seu léxico preferido nem opção prática prioritária. Se isso mesmo se denuncia, no caso do plano, no próprio documento em que se afirma que ele não o é «no sentido estritamente formal do termo» e nas GOP há um explícito distanciamento da palavra e conceito, no que respeita a «desenvolvimento regional», há ministros que não recuam perante a confissão de que o seu pragmatismo não coexiste pacificamente com condicionantes regionais do crescimento económico.

No entanto, o importante são os fundos e o reforço dos fluxos e, para o Governo, esses pruridos ideológicos e pequenas contrariedades são rapidamente ultrapassadas quando

se têm de preencher requisitos formais. Assim se justificará que Portugal seja conhecido, e o Governo talvez disso se orgulhe, por forma que um cínico diria ser a sua verdadeira especialidade a da arte de conseguir dinheiro na Comunidade Europeia, como se pode ler no *Financial Times* de 11 de Outubro passado.

(...) O facto é que, se da CEE se exige ou pede um plano de desenvolvimento e regional, o Governo português é o primeiro a apresentar um chamado, mesmo que o não

seja, plano de desenvolvimento e regional.

Esse PDR não poderia ser, assim, a expressão de um avanço de Portugal no caminho que a sua designação justificaria. Portugal é um país em que o Governo regionaliza sem criar regiões, como a própria Constituição o exige, isto é, governamentaliza o que tem a aparência de regionalização, e fá-lo afirmando que (como se pode retirar das Grandes Opções do Plano para 1990) se trata de «uma opção pragmática, considerando que a prossecução

dos Programas Regionais de Desenvolvimento (uma das expressões que substituem o Plano) não deve ser adiada até se completar a evolução institucional à escala regional», que, entretanto se adia e substitui por evoluções institucionais governamentalizadas que se vão consumando. Deste modo, as regiões, com as suas próprias e insubstituíveis funções, elemento fundamental de uma verdadeira descentralização e de um Poder Local institucionalmente completo, são adiadas sem data.

(...)

Estas observações não significam que se pretenda traduzir uma avaliação negativa dos fluxos financeiros e seu reforço, menos ainda do critério dos programas e da perspectiva integrada. O que pretendem traduzir é uma real preocupação relativamente ao que o seu volume tem de redutor de graus de autonomia do investimento português, muito especialmente do público, e como eles são aplicados, ao serviço de que funções do Estado, de que política, de que estratégia, à dimensão nacional e «comunitária». Como se escrevia no mesmo trabalho do *Financial Times*, se não será a tentação política de utilizar a tesouraria da Comunidade a servir para adiar reestruturações em vez de as acelerar. (...)

(Sérgio Ribeiro)

CONCLUSÕES

No final da sua reunião de Lisboa, o Grupo Coligação de Esquerda aprovou as conclusões que a seguir reproduzimos, propondo-se fazer a sua defesa, divulgação e promoção no Parlamento Europeu para, de acordo com a sua Declaração constitutiva, trabalhar «para reduzir as desigualdades regionais e sociais e para a defesa e promoção do princípio da coesão económica e social, que não pode ser reduzido a uma intervenção de assistência dependente dos Fundos Estruturais».

O Grupo Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu entende:

1. Que face ao mercado interno de 1992 as regiões dos países de economias mais débeis necessitam de que sejam efectuados apoios reais ao desenvolvimento científico e tecnológico, às pequenas e médias empresas e à modernização dos sectores das indústrias tradicionais, bem assim como de novas fórmulas de cooperação e sistemas de financiamentos que não pressionem e alimentem as dívidas públicas;

2. Que a aplicação dos valores máximos das taxas da contribuição comunitária prevista no n.º 3 do art.º 13.º do Regulamento de Coordenação (n.º 2052/88), seja aplicado nas regiões abrangidas pelo objectivo n.º 1;

3. Que o financiamento a 100%, por combinação dos Fundos Estruturais e dos empréstimos do BEI, seja considerado para as infra-estruturas e equipamentos de iniciativa pública de efectiva necessidade ao desenvolvimento das regiões abrangidas pelos objectivos n.º 1 e 2, de acordo com o art.º 3.º do regulamento n.º 4253/88 do Conselho, e que sejam combinadas de forma adequada as subvenções dos Fundos Estruturais com os empréstimos do BEI de forma a aumentar a capacidade de absorção dos financiamentos disponíveis;

4. Que se estabeleçam sistemas de financiamento especiais com bonificação dos juros, a melhoria dos prazos de carência e de reembolso dos empréstimos do BEI, destinados ao financiamento dos investimentos públicos previstos para as regiões abrangidas pelos objectivos n.ºs 1 e 2;

5. Que a constituição de organismos intermediários para a gestão das subvenções globais seja baseada em entidades representativas das instituições do Poder Regional, Local e das organizações económicas, sociais e culturais das regiões abrangidas pelas subvenções;

6. Que os transportes e as suas infra-estruturas sejam objecto de uma atenção especial dado que as regiões em atraso são geralmente regiões periféricas;

7. Que seja dado todo o apoio à instituição das Regiões Administrativas, designadamente em Portugal e na Grécia, o que é de inegável importância e vai ao encontro das resoluções do PE, nomeadamente em relação aos pontos 18 a 22

e 24 do Doc. A2-218/88, tomando como base a «Resolução sobre a política regional comunitária e o papel das regiões» do Parlamento Europeu (Doc. A2-218/88), nomeadamente nos seus pontos 18 a 22, e 24.

O desenvolvimento regional tem como pressuposto a representatividade das instituições existentes a nível regional, o que recomenda a criação de regiões com órgãos eleitos pelas populações onde ainda não existam;

8. Que nas regiões abrangidas pelos objectivos 1 e 2 sejam aplicados programas de iniciativa comunitária (art.º 11 do Regulamento n.º 4253/88 do Conselho) em cuja definição e elaboração os responsáveis locais e regionais tenham uma participação efectiva. Como exemplo, temos para Portugal o Programa de Desenvolvimento das Regiões Transfronteiriças e a ligação do país à rede europeia de gás natural;

9. Que a defesa do meio ambiente seja integrada na política de desenvolvimento regional, pois a política do meio ambiente com projecção no domínio da natureza, no domínio arquitectónico, tenderá a minorar a degradação urbana e a melhorar a vida dos cidadãos. A dimensão cultural e ecológica é fundamental se se pretende um crescimento de novo tipo, um crescimento qualitativo que tenha por centro e finalidade o Homem;

10. Que se considere como prioritário o melhoramento do ambiente urbano considerado como parte integrante da política regional e objecto de políticas de apoio. ■



POLEMICA sobre a Carta Social

Num debate onde a necessidade da coesão económica e social esteve sempre presente falou-se, naturalmente, da premente questão da Carta Social Europeia, cujos últimos desenvolvimentos se revelam preocupantes, à luz das decisões do Conselho dos Ministros dos Assuntos Sociais de 30 de Outubro.

O deputado Carlos Carvalhas, ao apresentar as conclusões do encontro, considerou a propósito que o projecto de Carta apresentado pelo Conselho de Ministros reflecte um enorme recuo em relação ao projecto da Comissão Europeia pelo que, se fosse adoptado no Conselho Europeu de Estrasburgo, traduziria um grave retrocesso social na Comunidade e nos seus Estados membros.

Por isso mesmo vão ser apresentadas emendas ao relatório sobre a Carta Social que esta semana está em discussão no plenário do Parlamento Europeu. Nos considerandos sublinham-se as «insuficiências e as imprecisões» do projecto do Conselho de Ministros, chamando-se a atenção para o facto de que «os trabalhadores originários de países terceiros» não têm um tratamento idêntico ao dos trabalhadores originários de um Estado membro; para a limitação de numerosos direitos ao exercício dum «trabalho não temporário», o que apresenta um carácter ambíguo e perigoso quanto à sorte que pode estar reservada aos trabalhadores temporários em actividade num outro Estado membro, e corre o risco de se traduzir na prática por «dumping social».

O grupo Coligação de Esquerda salienta ainda que as «várias referências feitas seja às «legislações do Estado membro», seja às «práticas nacionais» (direito à greve, trabalho infantil,...), não devem de modo nenhum enfraquecer o carácter fundamental dos direitos assim

afirmados nem poder ser interpretados por certos Estados membros em prejuízo dos trabalhadores»

A propósito, cabe referir as críticas dos deputados comunistas portugueses, partilhadas pela CGTP-IN, à posição do Governo de Cavaco Silva sobre a matéria.

Na sua posição sobre a Carta Social, a CGTP-IN, à posição do Governo de Cavaco Silva sobre a matéria.

Na sua posição sobre a Carta Social, a CGTP-IN condena o Governo por defender a ideia de que «os trabalhadores portugueses que fossem trabalhar noutro país da CEE (no âmbito dum contrato de sub-emprego ou temporário) não deviam receber a mesma remuneração do que os trabalhadores nacionais, ou seja, que fossem emigrantes de terceira classe».

Para a CGTP-IN o argumento avançado pelo Governo — a necessidade de assegurar a competitividade das empresas portuguesas — não tem cabimento.

Por um lado, diz a Central, «a esmagadora maioria dos trabalhos realizados pelos portugueses são em território português e de acordo com as normas nacionais em vigor. Os Portugueses que trabalham no estrangeiro, mesmo a título temporário, os emigrantes, estão hoje remunerados de acordo com as condições do mercado de trabalho dos países onde exercem a sua actividade profissional, e isso graças a longas e difíceis lutas conduzidas pelo movi-

mento sindical pela igualdade de salários. Por outro lado, «a coberto da livre concorrência, tende-se a favorecer essencialmente os intermediários parasitas, que alugam a mão-de-obra, cujas actividades deveriam ser restringidas e controladas. A consequência será um aumento da sub-emprego a cargo de falsas empresas portuguesas, principalmente na área da construção civil e dos trabalhos públicos bem como noutros sectores de actividade que utilizam uma mão-de-obra pouco qualificada».

Finalmente, a CGTP-IN considera que às intenções declaradas respeitantes à pretensa defesa dos interesses nacionais visam de facto manter e agravar as disparidades de salários e de condições de vida no seio da Comunidade, em prejuízo daqueles que, já no presente, são os mais desfavorecidos. Esta atitude contraria o processo de desenvolvimento económico e social a que os portugueses têm direito».

Cabe ainda referir que nas propostas de emendas da Coligação de Esquerda se salienta que «a adopção da Carta deve empenhar o Conselho, a Comissão e o Parlamento na adopção das disposições de aplicação concreta num curto prazo, e empenhar os Estados membros na sua aplicação».

Para o grupo, «a Carta só assumirá o seu pleno valor através da sua aplicação, segundo um calendário preciso, com medidas obrigatórias previstas no programa de acção, sobre o qual o Parlamento se deve pronunciar, medidas que devem ser parte integrante do sistema jurídico das Comunidades e poder ser objecto de recurso». ■

O arquitecto-chefe do Município de Dublin, responsável por trabalhos de renovação daquela cidade



Bryan Brennan e a recuperação de Dublin

Entre os convidados que participaram na reunião do grupo Coligação de Esquerda esteve o irlandês Bryan Brennan, arquitecto-chefe do Município de Dublin e membro do Instituto Real de Arquitectura.

Bryan Brennan é ainda o responsável pelos trabalhos de renovação da cidade de Dublin. Sobre a sua experiência nesta matéria prestou um breve depoimento ao «Avante!», que a seguir se reproduz.

Dublin é predominantemente uma cidade georgiana — revelado no estilo clássico da arquitectura dos séculos XVII e XVIII — e contém ao mesmo tempo um núcleo medieval pequeno mas interessante.

São, porém, os seus largos e terraços de rua georgianos que estabelecem a textura dominante da cidade.

Infelizmente, escritórios modernos e planos para estradas principais destruíram grande parte do nosso património, muito rico, de forma que a preservação e a resistência às propostas para vias de comunicação se transformaram em grandes questões políticas.

A preservação e a recuperação que se tem feito resulta do trabalho individual ou de companhias, sem apoio do governo nacional ou da Comunidade Económica Europeia.

As coisas, no entanto, estão a mudar e já se ganhou uma série de concessões importantes do governo Irlandês.

Nomeadamente, vão ser fixados, num futuro próximo, impostos bonificados para novas construções, bem como para a preservação e recuperação patrimonial; por outro lado, o actual da cidade consagra o desejo de pôr fim à construção especulativa de escritórios na parte histórica da cidade. Sobre este aspecto, cabe dizer que muitos proprietários deixam ao abandono os prédios mais antigos, à espera de um desenvolvimento especulativo. Esperemos que esta situação acabe, mas resta saber se investirão na recuperação — eu pessoalmente duvido.

Posso ainda adiantar que já foi elaborado um plano de recuperação da área do núcleo medieval a que fiz referência — conhecida como a área Temple Bar, para a qual, esperemos, haverá fundos disponíveis da CEE. Aliás, esta área, que é talvez mais medieval no seu arruamento do que nos seus edifícios, é o centro de uma indústria, com grande sucesso, de grupos irlandeses de rock, e grupos como os U2 têm aqui instalados os seus estúdios de gravação.

Sobre os problemas de degradação e recuperação do património histórico de Lisboa tenho poucas informações, mas creio que a sua escola é semelhante à de Dublin. De resto, estou muito interessado em estabelecer contactos que permitam comparar as situações das duas cidades, o que talvez possamos considerar no futuro próximo. ■

Lisboa

Um património a recuperar uma cidade a humanizar

O ambiente e a reabilitação urbana foi o tema abordado por Rui Godinho, actual vereador na Câmara Municipal de Lisboa e candidato da coligação «Por Lisboa», na perspectiva dos problemas que afectam a capital e das soluções a implementar para evitar a sua degradação e tornar possível um desenvolvimento harmonioso. Uma intervenção que, pela sua importância e actualidade, reproduzimos na íntegra.

Revela-se hoje como um facto novo e assinalável a crescente consciência que a degradação de áreas urbanas, em particular as cidades, constitui parte de um problema mais vasto que é o da degradação do meio ambiente.

É este, aliás, o conceito que emerge do Relatório da Comissão do Meio Ambiente, da Saúde Pública e da Defesa do Consumidor do Parlamento Europeu sobre «meio ambiente nas áreas urbanas», elaborado pelo deputado Ken Collins.

Aí se refere, nomeadamente, que, no entanto, tais problemas ambientais nas cidades ocorrem de forma particularmente concentrada, assumindo aspectos específicos que incluem, entre outros, a degradação do parque habitacional, o congestionamento do tráfego, o ruído, a poluição do ar e da água, a inadequação ou ausência de infra-estruturas de saneamento básico, os espaços abandonados, deficientes higiene e limpeza públicas, com acumulação de detritos em locais menos frequentados.

A estes acrescentaria, desde já, para o caso de Lisboa, a falta de equipamentos colectivos, o envelhecimento e a expulsão das popu-



Rui Godinho defende a necessidade urgente da recuperação do património histórico de Lisboa

lações economicamente débeis para as periferias, a transformação indisciplinada do uso de áreas habitacionais para áreas terciárias, associadas quase sempre a práticas especulativas com terrenos, edifícios e conjuntos de edifícios.

Associam-se, assim, na degradação urbana factores sociais, económicos, políticos e ambientais com consequências do mesmo tipo a que acrescentaria, no caso de Lisboa, efeitos nefastos de ordem histórico-cultural e urbano-arquitectónicos.

O caso de Lisboa

Sob o ponto de vista patrimonial, Lisboa constitui um bem inestimável. Não são propriamente os seus

edifícios, considerados individualmente, que assumem este valor, acontecendo que, na sua maioria, até são relativamente pobres sob o ponto de vista arquitectónico. Exceptuam-se os monumentos — apesar de tudo não muito numerosos — e alguns exemplos de arquitectura de autor, que mereceram ser considerados de grande valor cultural.

A cidade de Lisboa vale pelo seu conjunto, pelos balços, pelas ruas, conjuntos de edifícios, quarteirões, organização do espaço e elementos de desenho urbano que ornamentam bairros inteiros, principalmente nas áreas antigas ou bairros populares.

Tudo isto, no entanto, vem apresentando uma profunda degradação, motivada pela inexorável lei do tempo e pelo abandono e desleixo a que o património edificado e cultural da cidade tem sido votado e pela forma desregrada como tem sido conduzida a gestão urbanística do Município de Lisboa.

Tal degradação, que atinge particularmente o parque habitacional, e quem lá habita, manifesta-se por várias formas:

— Na evidente ruína de vastas áreas da cidade (bairros, conjuntos de edifícios, fachadas, empenas, espaços urbanos, etc.), com especial incidência nos bairros populares?

— Na alteração do uso de grandes áreas, devido à substituição de zonas habitacionais por escritórios e outros serviços, com a expulsão da população residente para fora da cidade;

— No aumento inconsiderado de volumetrias, implantando um gigantismo agressivo e desproporcionado à escala da cidade;

— Na adopção, em substituição do existente, de modelos arquitectónicos estereotipados, totalmente alheios à sensibilidade, aos interesses, às raízes históricas, à cultura própria de Lisboa e do povo português;

— Na manutenção prolongada de espaços devolutos e sua posterior ocupação com operações especulativas que normalmente não têm em conta as características da área e a sua envolvente urbana, densificando e sobressaturando o espaço urbano e as infra-estruturas.

Os efeitos têm sido muito negativos para as populações que vivem e trabalham em Lisboa e para esta no seu conjunto.

Verifica-se que a população residente começa a decrescer, desenvolvem-se fenómenos intensos de especulação no centro, degrada-se a qualidade de vida a um ritmo preocupante, quer nos bairros antigos quer em outras zonas centrais historicamente mais recentes onde o terciário vai substituindo de forma implacável e anárquica os últimos restos de habitação, a desertificação e a insegurança avançam em «mancha de óleo».

Estima-se, por exemplo, que à Baixa Pombalina — o «Centro» por excelência de Lisboa — cheguem diariamente, para trabalhar, às nove horas da manhã, cerca de 100 000 pessoas que a abandonam às seis horas da tarde, deixando nos últi-

mos andares de alguns prédios, menos de 10 000 habitantes permanentes, quase todos de avançada idade.

As propostas do PCP

O PCP, através dos seus eleitos na Câmara Municipal de Lisboa, têm procurado intervir nesta problemática, quer através de estudos e propostas concretas, quer através de acções de esclarecimento e mobilizações das populações para a defesa dos seus direitos a habitar na cidade em condições de dignidade e de qualidade de vida que lhes têm sido negadas pela óptica exclusivamente economicista que tem prevalecido na gestão municipal.

Temos vindo a defender e a tentar pôr em prática, em Lisboa, uma estratégia de «Conservação e Reabilitação Urbana Integrada», com os seguintes objectivos:

— A defesa do ambiente urbano das áreas mais características da cidade, impedindo:

- A alteração da volumetria dos edifícios (substituição de prédios baixos por altos);

- A alteração de funções (substituição de habitação por escritórios com expulsão da população residente);

- O aumento do tráfego motorizado e o estacionamento anárquico (que rouba ao peão o uso do espaço público, que lhe deve ser restituído);

- A desertificação nocturna;

- A alteração do tipo de comércio existente (pequenas e médias unidades) e do seu papel vivificador.

Conservando a relação edifício-espaço público e a estrutura funcional.

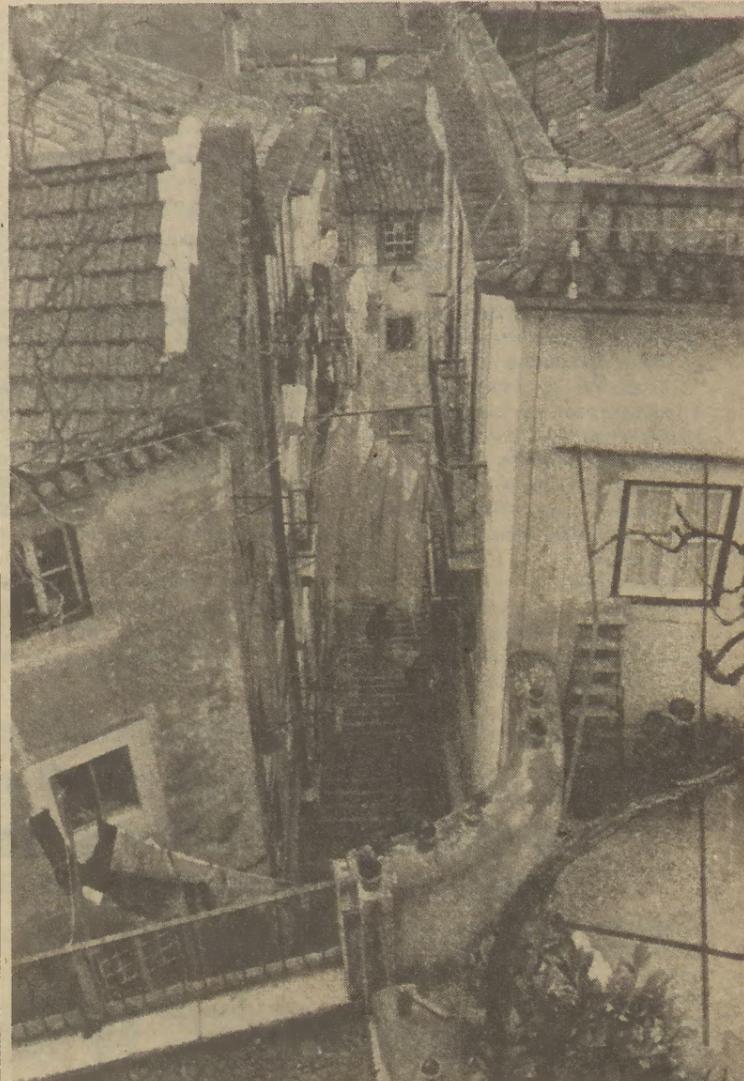
— A defesa dos edifícios ou conjuntos de edifícios de carácter documental e histórico e áreas envolventes, impedindo a sua destruição e promovendo a sua valorização.

Devem impedir-se: alterações de volumetrias, fachadas e funções de edifícios envolventes de conjuntos ou elementos paradigmáticos de determinadas épocas, por forma a manter o seu valor documental como elementos participantes do espaço urbano.

— A defesa do sítio e da paisagem, impedindo a destruição e promovendo a valorização dos elementos paisagísticos característicos de Lisboa — a frente do Rio Tejo, a vista sobre o rio da cidade e da ponte, o perfil dado pelas colinas ou vista de colina para colina.

— A defesa de elementos característicos da nossa arquitectura e desenho urbano, impedindo o desaparecimento e garantindo a conservação dos azulejos, grades de ferro, remates de telhado, cantarias, chafarizes, bebedouros e fontes, pavimentos de pedra preta e branca, etc.

— Acções de recuperação e reabilitação que passa pela delimitação de áreas homogéneas e elaboração para cada uma delas de «Planos de Pormenor Integrados de Salvaguarda e Recuperação Urbana e Arquitectónica» englobando:



Recuperar o património histórico de Lisboa e devolver a cidade aos seus habitantes é uma das questões prioritárias para os candidatos comunistas

- Definição de área crítica;
- Adopção de medidas cautelares de emergência;
- Levantamento, análise e elaboração da proposta de intervenção;

- Desenvolvimento de «Planos de Pormenor Integrados» e execução das acções propostas de acordo com detalhado programa de realizações, sob a direcção de um Gabinete Técnico instalado na respectiva área.

— Busca de linhas de financiamento adequadas, quer nacionais, quer internacionais — nomeadamente através do Parlamento Europeu — que cubram os investimentos que tais acções implicam.

A componente humana

Para além do exposto temos vindo a defender que intervenções de grande vulto nas áreas históricas da cidade, motivadas por catástrofes, como foi o caso do Chiado, produzam projectos de recuperação e reabilitação exemplares que permitam funcionar como indutores de acções de revitalização das áreas vizinhas, designadamente através de fixação de percentagens significativas de funções residenciais, culturais e de animação.

Todos os aspectos metodológicos que defendemos, e procuramos aplicar, se subordinam, tendo aliás como primeira condição «recuperar as habitações e o espaço urbano envolvente para garantir a fixação das populações».

Esta primeira e fundamental con-

dição exige assim a garantia e o respeito pela dignidade dos habitantes — afinal o mais importante património que importa defender — e pelo seu inquestionável direito a continuarem a viver onde vivem.

Como se verifica, a intervenção no património da cidade que defendemos, e vimos aplicando, constitui uma vertente fundamental de uma política nova para uma gestão alternativa para o Município de Lisboa. Pensamos que lhe podemos chamar política integrada e integradora, na medida em que inclui factores de natureza social (garantir aos moradores o lugar na cidade), urbanística, económica e cultural, e representa, sem dúvida, um novo olhar — um olhar diferente — para a cidade, os direitos e interesses da sua população, os seus valores tradicionais (culturais e populares) e perspectiva o seu futuro numa lógica de modernização, no seu verdadeiro sentido.

Entendemos, contudo, que no tocante ao património edificado há que articular adequadamente o que se faz com o planeamento global da cidade, considerando-o como uma variável operativa do planeamento, a ter em devida conta, por exemplo, na elaboração e implementação de um Plano Director de Lisboa, que articule o funcionamento da cidade com a sua Área Metropolitana.

O desafio que hoje se coloca aos responsáveis das cidades que, como Lisboa, padecem de fenómenos de degradação no seu ambiente urbano e no seu património edificado, é conseguir articular a reabilitação dos bairros antigos degradados com a construção da cidade moderna, garantindo aos seus habitantes condições indispensáveis para viver e trabalhar. ■

Desporto e eleições autárquicas

Em 8 de Dezembro vamos «Correr por Lisboa»

Prosegue em bom ritmo as inscrições (gratuitas) para a prova **Correr por Lisboa**, marcada para 8 de Dezembro, com partida do Estádio Pina Manique e chegada à Praça do Município. Trata-se de uma iniciativa desportiva da Coligação «Por Lisboa» que conta com o apoio de um expressivo leque de atletas, técnicos e velhas glórias do atletismo português. **Ezequiel Canário** e **Rosa Mota** deram já os seus depoimentos de apoio a esta corrida que tem como lema «O que faz falta a Lisboa? Uma ponte a pé...». Idêntica posição foi tomada pelos gémeos Castro, atletas do Sporting.

O Domingos e o Dionísio aderiram já há algum tempo à Comissão de Honra da prova e referem:

«O que nós temos a dizer é que a prova **Correr por Lisboa** é uma ótima ideia. Não nos metemos em política. Mas achamos que esta prova é boa e oportuna. Provas como esta podem ajudar a desviar as pessoas de certos vícios nocivos à saúde».

E acrescentam:

«É uma Corrida que vai ter sucesso. Deviam até aparecer mais iniciativas destas. Nós — atletas de alta competição — estamos sempre

estas organizações. E que esta fique de exemplo. Que seja o pontapé de saída para muitas mais corridas na capital — sublinham os conhecidos atletas de Alvalade, que comentam de seguida:

«Lisboa é uma cidade muito grande e com esta corrida as pessoas terão oportunidade não só de ver os atletas como de se sentirem incentivados para a prática da modalidade, contribuindo assim para chamar mais jovens para o atletismo, retirando-os do vício do tabaco e da droga.»

desportivas que mais alegrias tem trazido a Portugal. É altura de se olhar esta situação com outros olhos.»

O caso da Quinta das Conchas

Como se depreende das palavras dos categorizados atletas, a modalidade precisa de apoios. Aqui, naturalmente, poderá haver uma chamada de atenção para as responsabilidades do poder autárquico. Os meninos Castro falam do exemplo da Quinta das Conchas, ao Lumiar, em frente da EPAM:

«É um dos poucos locais onde se pode praticar atletismo na cidade e consta que vai fechar em breve. Precisamos de bons circuitos de manutenção e espaços verdes. Há que transformar aquela Quinta num espaço para a prática desportiva e

mava em breves depoimentos sobre a iniciativa de 8 de Dezembro:

«É sempre com prazer que incentivo novas organizações de corridas populares. Aqueles que fazem da corrida um saudável hábito eram raros na década de setenta, são já muitos na de oitenta; pretende-se que sejam muitos mais na próxima de noventa, encarando o desporto de uma forma correcta. Para isso, a multiplicação de iniciativas como esta é um

fenómeno que se deseja. Embora não deva interferir directamente num despique eleitoral que diz respeito a uma cidade que não é a minha, não quero deixar de felicitar os organizadores da prova «Correr Por Lisboa» e fazer votos para que, uma vez eleitos, os mentores desta iniciativa prossigam um forte apoio ao desporto, de um modo geral, e ao atletismo e à corrida popular, em particular.» ■

Apoio a clubes — uma certeza

Vitória de Setúbal

A direcção do Vitória de Setúbal enalteceu o apoio que a Câmara sempre prestou ao clube, nomeadamente durante a presidência APU de Francisco Lobo - informa o gabinete de imprensa da coligação «Desenvolver Setúbal».

Na semana passada uma delegação da coligação PCP-PEV-PRD, dirigida pela candidata a presidente da CM, Odete Santos, foi recebida pela direcção do Vitória e - refere uma nota divulgada à imprensa - «em ambiente de grande cordialidade foram trocadas opiniões sobre a política da Câmara Municipal de Setúbal em matéria de desporto e sobre os projectos do clube».

A presidência de Francisco Lobo recebeu do dirigente Fernando Oliveira «as mais elogiosas referências» e, a propósito, foi recordado o papel «extremamente positivo» que teve para que fosse doado ao Vitória de Setúbal o terreno onde vai ser construído o complexo desportivo de Vale de Cobro.

No encontro de dia 14 «foi unanimemente sublinhado o historial do Vitória Futebol Clube, que fez deste uma instituição ímpar na cidade e totalmente alheia a qualquer aproveitamento de natureza partidária» - conclui a nota do gabinete de imprensa da coligação.

• Depoimentos de Domingos e Dionísio Castro e Rosa Mota

prontos a colaborar a bem do desporto, embora haja por vezes certas entidades ou organizações que se tentam aproveitar dos nossos méritos para outros fins, o que não parece ser agora o caso.

Pontapé de saída

Para nós, figuras públicas, é sempre agradável colaborar com

Alegrias

Mais adiante, os gémeos Castro sublinharam:

«As entidades públicas e privadas não têm dado os apoios necessários a provas como esta. Parece que só existe o futebol e nada mais... «O atletismo é das modalidades

daqui fazemos um apelo: não a destruam!»

Rosa Mota

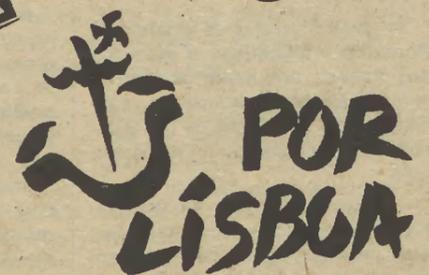
Também recentemente, **Rosa Mota**, vencedora da recente edição da Meia Maratona da Nazaré, afir-

RESERVE ESTA DATA

CORRER

POR LISBOA

8 DEZ



89



Uma recente reunião de trabalho na sede da Coligação «Por Lisboa» para preparar a iniciativa de 8 de Dezembro

Lomarense

Os dois primeiros candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia de Lomar (Braga) tiveram recentemente um encontro com o vice-presidente do Lomarense Ginásio Clube para discutirem os problemas e aspirações da colectividade. Fernando Ferreira e Francisco da Costa Barbosa afirmaram a Manuel Correia Fernandes que a Coligação Democrática Unitária se esforçará para que seja concluído o projecto previsto para o campo de jogos (nomeadamente a construção de uma bancada e de sanitários, a abertura da entrada sul e respectivo parque de estacionamento, o reforço da iluminação) - informa uma nota de imprensa da CDU local.

No encontro - em que, «por motivos estritamente profissionais», não participou o presidente do Lomarense, José Manuel Rodrigues Roriz - foi ainda referida a necessidade de construir um ringue desportivo «evolutivo a pavilhão» e uma sede para o clube.

Estrela da Amadora

«Sabemos que estás em festa, Estrela. Parabéns!» - Foi neste tom que o secretariado concelhio da CDU da Amadora reagiu no passado domingo à inauguração da nova bancada do estádio José Gomes.

Numa saudação ao clube, que foi distribuída aos espectadores do encontro Estrela da Amadora-Guimarães, a coligação regozija-se por «esta nova fase da vida do clube, com um estádio agora mais condizente com a estatura que a sua equipa principal vem ganhando no futebol nacional».

A Coligação Democrática Unitária faz votos de que «tudo prossiga pelo positivo», afirmando que «da parte dos activistas da CDU, em qualquer papel social e político em que se encontrem, o Estrela continuará a verificar o apoio incondicional, em nome da cidade e do progresso».

Vila Franca: 1.ª Carta Desportiva

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira elaborou e tem já em distribuição a «Carta Desportiva» do concelho, que inclui o Plano Desportivo Concelhio. Este documento, realizado agora pela primeira vez, pretende ser «um ponto de partida para conhecimento do que na área do desporto já existe», permitindo «uma planificação correcta, para futuro, em consonância com as realidades». Além disso, como refere a nota da CM enviada juntamente com um exemplar da «Carta», é ainda «um incentivo ao progressivo desenvolvimento do desporto» no concelho. ■

O TRÂNSITO INTRANSITÁVEL

«Um vasto contrato-programa» entre a Câmara, a Administração Central e os operadores, foi ideia defendida pela «Por Lisboa» como meio de resolver o problema dos transportes na capital, pois a cidade deve ser encarada como o «principal nó da rede nacional de transportes», tal como foi afirmado em conferência de imprensa dada no final da semana passada, após oito dias em que a coligação se dedicou à análise dos problemas dos transportes e circulação em Lisboa, na procura de uma estratégia que permita «descongestionar a cidade e aumentar a acessibilidade».

Debates com técnicos e candidatos, visitas a empresas e cooperativas de transportes, a serviços da Câmara (como o do sistema Gertrudes), reuniões com comissões de trabalhadores e profissionais do sector, marcaram a actividade da «Por Lisboa» durante essa «semana dos transportes».

«Todas as pessoas que vivem, trabalham ou demandam a cidade de Lisboa por qualquer outro motivo, conhecem, sentem e sofrem os efeitos da degradação em que tem vindo a cair o sistema de transportes e circulação», afirma-se num comunicado emitido pela «Por Lisboa» após esta «semana dos transportes», acrescentando-se que a situação se deve «às acções incorrectas e às omissões indesculpáveis quer da ligação autárquica

CDS/PSD, responsável na última década pela gestão da Câmara Municipal, quer do actual governo, que tutela (mal) os principais operadores de transportes e decide (descoordenadamente) a execução de infra-estruturas fundamentais da Região».

Uma nova estratégia

Uma nova estratégia municipal é defendida pela «Por Lisboa», passando pela promoção da capacidade de intervenção da Câmara no planeamento e gerir futuros transportes urbanos, «através de plataformas institucionais dinamizadoras do diálogo e das acções a



Debate com técnicos e candidatos da «Por Lisboa» sobre as condições de acesso rodoviário e ferroviário à cidade e rede fundamental urbana

desenvolver sob a responsabilidade inalienável da Administração Central e dos operadores de transportes».

«Descongestionar a cidade, para melhorar a revitalização do ambiente urbano e as condições de mobilidade urbana» e «aumentar a acessibilidade, de modo a proporcionar igualdade de oportunidades de acesso aos diversos espaços e equipamentos urbanos e

melhorar as condições de comodidade e segurança nas deslocações», são objectivos da coligação, que apresenta um conjunto de iniciativas a tomar em 1990 no que respeita aos transportes, no âmbito das «50 medidas de emergência» apresentadas pela «Por Lisboa» para a cidade (ver caixa), para além de uma estratégia mais global, «que promova as

melhores condições de funcionamento da cidade e da qualidade de vida urbana», através de soluções «tecnicamente fundamentadas».

Conclusão do troço do metro Cidade Universitária/Campo Grande e seu prolongamento até ao Cais do Sodré, lançamento de eléctricos rápidos, remodelação dos nós de Alcântara e Rotunda do Relógio bem como do troço norte do Campo Grande e o ordenamento das interfaces como as do Cais do Sodré, Entrecampos e Praça de Espanha; são algumas das medidas imediatas defendidas pela «Por Lisboa» «para atacar o estado de degradação em que caíram os principais pontos críticos dos transportes e da circulação da capital».

Flexibilização dos horários de trabalho, melhoria da informação do sistema de transportes e acções de defesa do peão, «para uma atitude permanente de segurança e defesa» deste, são outras ideias defendidas pela coligação que tenciona também rever o sistema Gertrudes, lançar concursos de construção de parques de estacionamento, mudar o actual esquema de trânsito das Avenidas Novas bem como do Regulamento de Cargas e Descargas.

TRÂNSITO

Medidas de emergência para um ano

«(...)A coligação «Por Lisboa», certa de que a resolução de muitos dos problemas da cidade exige, quer a compatibilização de políticas metropolitanas, quer o empenhamento da Administração Central, salienta que iniciará negociações prioritariamente com o Governo tendo em vista para 1990:

(...)
A participação do município na coordenação de políticas e decisão de investimentos dos diversos operadores de transportes públicos, designadamente para:

- Conclusão do troço de metropolitano entre a Cidade Universitária e a nova estação do Campo Grande.
- Prolongamento do metropolitano até ao Cais do Sodré, passando pelo Chiado.
- Reforço da oferta dos transportes rodoviários colectivos da Carris, quer de forma generalizada nos períodos de ponta, quer no período nocturno em carreiras que se encontram desajustadas da procura.
- Lançamento da rede de eléctricos rápidos e de mini-autocarros (estes para carreiras em zonas antigas e de vias estreitas).
- Construção da central de camionagem do Areeiro para apoio dos serviços regionais e inter-regionais com terminos na cidade.
- Construção de vias circulares regionais interior e exterior (CRIL e CREL) e do eixo Norte-Sul de acesso à ponte 25 de Abril em tempo compatível com a entrada em funcionamento da auto-estrada do Estoril.

(...)
Definido o âmbito municipal deste programa de emergência, a coligação «Por Lisboa» considera que:

- As acções destinadas à **descentralização** de recursos e competências para as Juntas de Freguesia, assim como as medidas tendentes à criação de mecanismos de **auscultação** e **transparência** nos processos

de decisão são **condição indispensável** para a eficácia da resposta municipal. A gestão da cidade exige uma opinião pública informada, atenta e participante.

- As acções destinadas a **desbloquear as situações mais críticas de tráfego** na cidade e, de um modo geral, a melhorar as condições para a **movilidade** dos cidadãos, constituem a **urgência das urgências** do primeiro ano de mandato. Não estranha por isso que parte significativa dos investimentos de capital se concentrem no capítulo relativo ao descongestionamento do tráfego. Esta é uma exigência inadiável da cidade.

Descongestionar a cidade

Remoção dos principais **estrangulamentos da rede viária** urbana, com:

- Início das **obras de remodelação** (passagens desniveladas e sinalização) dos nós de Alcântara, Rotunda do Aeroporto e topo norte do Campo Grande.
- Programa de **recuperação dos pavimentos mais degradados**, segundo calendário previamente anunciado e com estreita articulação com as Juntas de Freguesia.

- Ordenamento das paragens mais importantes dos transportes públicos de superfície.

- Ordenação e **aumento da capacidade de estacionamento** nas zonas mais congestionadas, através de:

- Abertura para a construção e exploração dos seguintes **novos parques de estacionamento**: Marquês de Pombal, Picoas, Av. Duque d'Ávila/Av. Conde Valbom, Campo Pequeno, Rua das Francesinhas e Camões.
- Criação de zonas de **estacionamento de curta duração** no centro da cidade, salvaguardando o direito de estacionamento dos residentes.

- Arranjo de espaços de **estacionamento** existentes e implantação de estruturas de apoio aos utentes (praças de táxis, quiosques, etc.) junto dos terminais de transporte colectivo localizados nas proximidades da periferia da cidade com relevo para as estações de Metro do Colégio Militar, Cidade Universitária e Zona do Aeroporto. Melhoria do esquema de **circulação urbana**, com actuação prioritária nos seguintes domínios:

- Revisão do esquema recentemente implantado nas **Avenidas Novas**.

- Avaliação e correcta implantação do **sistema «Gertrudes»** do centro para a periferia da cidade, quer nos eixos radiais quer nos circulares.

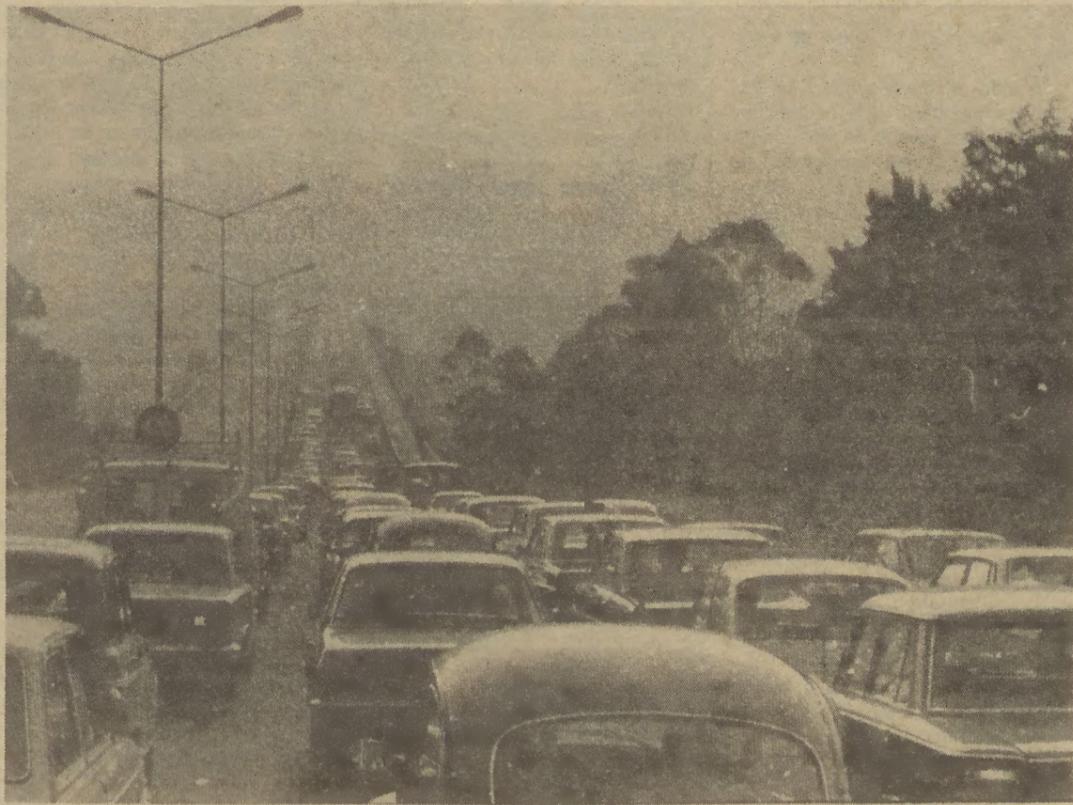
- Revisão do **Regulamento de Cargas e Descargas**, com diversificação de horários por **áreas da cidade** e o estabelecimento de espaços de **armazém** criteriosamente localizados, em colaboração com as Juntas de Freguesia e a participação dos comerciantes, empresas de distribuição e sindicatos.

- **Recuperação e extensão dos «corredores bus»** reservados aos transportes colectivos, com prioridade para o itinerário:

Praça de Espanha-Av. António Augusto de Aguiar-Av. Fontes Pereira de Melo.

Início de uma **negociação institucional** com as principais estruturas empregadoras, sindicais e educativas que, em certas áreas da cidade, permita diferir **horas de entrada e de saída** no trabalho e no ensino.

Extractos do «Programa de Emergência» para 1990 da «Por Lisboa», que define um conjunto de 50 acções a executar no primeiro ano de mandato camarário.



os **AÇORES** nas vésperas da década de 90

Incapacidade governativa até quando?

A par de uma notória incapacidade governativa, assume importância política concreta os profundos conflitos que hoje atravessam o PSD de Mota Amaral e o seu Governo Regional ao mais alto nível. Entretanto, tendo definido políticas sectoriais inadequadas à realidade regional, como o PCP sempre disse, o IV Governo Regional reduziu-se à dimensão de mau gestor de um Orçamento hoje já insuficiente.

Comprovadas no quotidiano do arquipélago, as palavras são da Comissão Executiva da Direcção da Organização do PCP na Região Autónoma dos Açores (DORAA) e surgem nas conclusões de uma sua recente reunião dedicada à «situação política específica da Região e as próximas eleições autárquicas».

Referindo que a situação política dos Açores é hoje fortemente marcada pela incapacidade governativa de que o IV Governo Regional tem dado provas, o PCP avança dois aspectos fundamentais:

- Desligado da realidade regional, desinteressado, por opção ideológica, dos problemas que afectam e preocupam a maioria do povo dos Açores, o Governo Regional encara, cada vez mais, a acção governativa como uma forma de satisfazer interesses estabelecidos e manter uma expressão eleitoral;

- Incapaz de estabelecer políticas adequadas, o Executivo põe em evidência, mais do que nunca, a natureza e os seus objectivos de classe, naturalmente desfavoráveis aos trabalhadores.

Agricultura

A DORAA do PCP chama a atenção para o que se passa na agricultura e na área dos salários e preços, comentando:

Tendo definido em 1985 uma política agrícola completamente desinserida da nossa realidade objectiva, o PSD e o Governo de Mota Amaral demonstram hoje serem incapazes de definirem as orientações necessárias a esse sector básico da nossa economia.

Tendo como objectivo modificar drásticamente e violentamente as estru-

ras produtivas e fundiária, o que implicava a eliminação de milhares de pequenos produtores, o PSD e o seu Governo, definiram uma política agrícola inaceitável e inaplicável.

Sendo hoje necessário e muito urgente aumentar a produção e a produtividade, garantir os mercados e melhorar a qualidade dos produtos, constata-se que o Governo não demonstra qualquer capacidade de orientar as coisas nesse sentido.

O PCP, hoje como ontem, actua em defesa dos lavradores e agricultores, recusando e denunciando a política do Governo e propondo outras actuações condizentes com as nossas realidades.

Salários e preços

Demonstrando o mais completo desprezo pelos problemas que afectam a maioria da população que vive do seu trabalho, o PSD e o Governo Regional não só recusam a adopção de políticas de salários e preços adequados ao nível acrescido de custo de vida existente, como acentuaram uma intervenção arbitrária no sentido de favorecer, exclusivamente, uma pequena e protegida parte do sector empresarial que mais não visa do que acentuar a exploração da força do trabalho e a precarização das relações de trabalho.

O PCP, hoje como ontem, propõe uma rápida intervenção a nível dos salários e preços, por forma a que seja compensado e anulado o custo de vida acrescido e propõe uma rápida dinamização económica, feita não contra os trabalhadores e assente no aprofundamento da sua exploração, mas realizada, de forma



Com data de 10 de Novembro, o deputado regional do PCP, Paulo Valadão, dirigiu um requerimento ao Governo solicitando informação sobre uma flagrante injustiça social que se tem abatido sobre os encarregados dos postos de recepção de leite da ilha de S. Miguel. «As empresas de lacticínios, em conjunto, exploram a mão-de-obra barata de trabalhadores que anteriormente apenas trabalhavam para uma das empresas, o que os obrigou a um considerável aumento de trabalho em relação ao que sempre executaram», diz o requerimento

racional e equilibrada, através dos sectores privado, público e cooperativo.

Os próximos anos e a acção do PS

Com um Governo Regional que tem tanto de incapaz como de autoritário, as perspectivas que se colocam para os próximos anos são de grandes dificuldades.

O PCP, hoje como ontem, chama a atenção para a necessidade de se conjugarem amplos esforços para que se consiga afirmar a democracia política e realizar políticas que visem uma maior justiça social.

A Comissão Executiva da DORAA lamenta que a Direcção Regional do PS persista em ter uma actuação nula e conivente em muitos aspectos de políticas concretas com o PSD, para, apenas nos períodos pré-eleitorais, aparecer, no plano verbal, a «afirmar-se» como força activa.

O contraste entre essa inactividade permanente e a euforia pré-eleitoral que hoje se constata, não pode deixar de ser atribuída a uma visão distorcida e incompleta, que reduz a actividade política à busca de lugares públicos.

Após as eleições regionais e até há bem pouco tempo a presença política do PS na Região foi nula, o que, em termos democráticos, para todos os que desejam transformações é inaceitável.

Ao mesmo tempo que condenam veementemente as políticas e as práticas do PSD, os comunistas criticam também esta visão oportunista da política que parece animar os dirigentes socialistas e reafirma a sua total disponibilidade em participar em convergências políticas que visem transformar o descontentamento em factor efectivo de transformação democrática, aspecto que tem sido frequentemente sublinhado pelo PCP. ■

Revisão do Estatuto

A Comissão Executiva da DORAA analisou o andamento dos trabalhos de preparação de anteproposta de Lei do PCP de Revisão do Estatuto que oportunamente será entregue na Mesa da Assembleia, tendo aprofundado a discussão das áreas que prioritariamente serão tratadas nessa proposta.

Para além das adaptações ao novo texto constitucional, a proposta do PCP tratará em especial o sistema eleitoral, garantindo a proporcionalidade, o funcionamento da Assembleia Legislativa, garantindo a prevalência efectiva desse órgão sobre o Governo, o sistema económico e financeiro, garantindo a boa concretização da autonomia financeira, a capacidade de adaptação do sistema fiscal e uma correcta elaboração orçamental, salientam os comunistas do arquipélago atlântico.

No âmbito dos trabalhos em curso, realizar-se-á, na próxima terça-feira (dia 28 de Novembro), em Lisboa, uma reunião de coordenação entre a Direcção do Grupo Parlamentar do PCP e uma delegação da DORAA, por forma a garantir uma total consonância de posições entre a actuação na Assembleia Legislativa Regional e a actuação, neste caso necessária, na Assembleia da República.

Esta consonância na actuação do PCP, que não sucede nos outros partidos, é de extrema importância para a Região, como ficou demonstrado no passado. ■

Os candidatos CDU

A Comissão Executiva da DORAA, analisando a preparação das próximas eleições autárquicas, congratula-se com a apresentação de listas da CDU — Coligação Democrática Unitária para todos os órgãos municipais e para 76 freguesias da Região.

As listas da CDU, que envolvem cerca de 1000 cidadãos activamente envolvidos na vida económica social das suas freguesias e ilhas, dão uma resposta democrática e coerente à necessidade de se introduzirem modificações positivas na gestão do poder local.

O elevado número de independentes e mesmo de filiados noutros partidos que concorrem pela CDU, imprime uma grande abertura às listas da coligação.

A CDU, tem tido na vida política regional um papel dinamizador do descontentamento e de defesa dos interesses dos mais desfavorecidos, pode ter nos órgãos de poder local um mais forte papel na medida em

que eleja maior número de cidadãos.

A vida da maioria das Câmaras tem demonstrado que o dualismo PSD-PS, em termos de vereadores, é democraticamente insuficiente. Na maioria das Câmaras o PSD domina e o PS acomoda-se não dinamizando, minimamente, a função de vereadores em minoria.

O Executivo da DORAA pensa que a presença e acção de vereadores da CDU em várias Câmaras poderá ser a chave que falta no sentido de uma maior e melhor acção desses importantes órgãos de poder local.

Uma acrescida representação da CDU nas Assembleias Municipais, fundamentada na intensa actividade há muito desenvolvida em 8 desses órgãos, é um imperativo que se coloca para fazer face à desvalorização que o PSD atribui a esses órgãos e ao desinteresse que, em geral, demonstram os eleitos do PS.

A possibilidade da CDU obter a maioria em algumas freguesias e reforçar largamente a sua representação nas Assembleias e Juntas é um objectivo possível e necessário, uma vez que se sabe que largas dezenas

de Assembleias não funcionam e muitas Juntas funcionam insuficientemente.

St. Cruz das Flores

Finalmente, a C. Executiva da DORAA constatando haver a possibilidade real da lista de candidatos da CDU obter a maioria na Câmara Municipal de St. Cruz das Flores, decidiu desenvolver todos os esforços no sentido de apoiar a acção intensa que já está a ser desenvolvida nesse sentido, localmente.

Com trabalho, honestidade e competência, os autarcas da CDU, que vierem a ser eleitos em 17 de Dezembro darão o seu melhor esforço para que o poder local nos Açores seja democrático e operativo, estando ao serviço das populações.

Limitação das liberdades

A DORAA do PCP responsabiliza o PSD e o Governo Regional pelo

ambiente opressivo e de limitação objectiva das liberdades que leva a que muitos e muitos cidadãos descontentes receiem participar em listas concorrentes com as do PSD.

Este gravíssimo atentado à liberdade está aliás em consonância com a gestão autoritária realizada pelo PSD e que visa antes de mais, evitar a participação das populações na vida política.

O facto de muitos dirigentes do PSD se permitirem fazer ameaças e intimidações directas constitui uma importante razão no sentido de se trabalhar para ser reduzido, urgentemente, o peso desse partido na vida regional.

Coligação PS-CDS: servem a democracia?

As coligações contra-natura realizadas pelo PS com o CDS (associado em Ponta Delgada a sectores separatistas radicais) em nada contribuem para a obtenção das transformações democráticas que são necessárias, alertam os comunistas.

Tais coligações poderão eventualmente contribuir para dar força política a um sector da direita regional, mas em nada contribuem para a construção da necessária alternativa democrática.

Neste quadro e em todos os concelhos em que tais coligações existem as candidaturas CDU aparecem, de facto, como única alternativa de esquerda, real e efectiva.

De resto e em toda a Região, a única forma de se criar, no plano eleitoral, condições políticas favoráveis a uma convergência democrática que venha no futuro a derrotar o PSD, implica uma mais forte votação na CDU. Só assim será possível obrigar a Direcção do PS a abandonar as concepções oportunistas que a tem norteado na política de alianças e noutros aspectos.

Perfeitamente ciente de que as candidaturas da CDU correspondem à indispensabilidade que a CDU tem demonstrado no combate ao PSD e à sua política, a Comissão Executiva da DORAA reafirma que todas as candidaturas se destinam a possibilitar a eleição de candidatos e a angariação de votos para a CDU. ■

EL SALVADOR

Um país em guerra

A sucessão de acontecimentos, destes dias, em El Salvador, desencadeados pela ofensiva militar da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), reflecte a complexidade e dramatismo da vida política de um país, em que se entrecruzam políticas antipopulares, apoiadas por violenta repressão, um movimento guerrilheiro particularmente forte e de grande implantação popular, estreitamente ligado a forças políticas de esquerda, e uma clara ingerência por parte dos EUA, ingerência que muda de tom em função das alterações da realidade internacional e regional, mas que se mantém.

A situação actual — independentemente dos desenvolvimentos próximos, e da possibilidade de negociação de um cessar-fogo — é de guerra. Nestes escassos dias, houve já várias centenas de mortos, admitindo-se que chegue mesmo aos dois milhares, tanto mais que a resposta do governo à ofensiva militar da Frente Farabundo Martí, tem-se centrado em bombardeamentos aos bairros populares.

Difícil é, entretanto, dar a nota do ponto dessa guerra. Da parte da Frente Farabundo Martí, vêm notícias de cerco da capital, de controlo de importantes eixos rodoviários, de lutas em diversas capitais de província. A guerrilha afirma fazer depender negociações do derrube do regime fascista da ARENA, admitindo entretanto conversações políticas com todas as outras forças.

A actual ofensiva militar da guerrilha, surge com a decisão da Frente Farabundo Martí de suspender a sua participação na reunião de negociações com o governo, que estava prevista para 20-21 de Novembro, na Venezuela. É então lançada a campanha «fora com os fascistas», que se desenvolve em ofensiva política-militar.

Neste processo, o comando-geral da FMLN divulga um manifesto à população no qual ordena «a todas as nossas unidades para manterem as posições conquistadas e organizarem o levantamento geral do nosso povo e desenvolverem todas as tarefas de segurança e defesa da população, assim como as medidas de recolha e distribuição de alimentos, que «está pronta a fazer a paz

com os sectores do exército que querem justiça, soberania e uma verdadeira democracia para o nosso país».

Antecedentes próximos

De acordo com declarações de dirigentes da Frente, a ofensiva militar tinha como objectivo demonstrar ao governo de direita da ARENA, que a guerrilha tem poder para fazer inflectir a política negocial do governo.

A FMLN denuncia o comportamento do governo de Salvador nas negociações, que no fundamental se orientaria no sentido de forçar a guerrilha a depor armas, sem contrapartidas. Note-se que é uma exigência da Frente, aliás inscrita nos acordos de Tela (na sequência da reunião, nesta cidade hondurenha, dos cinco-presidentes centro-americanos), que a desmobilização dos guerrilheiros, e sua inserção na vida política do país, terá que ser antecedida de um acordo.

Simultaneamente, aumentava a violência militar e dos esquadrões da morte, de que é exemplo bem recente, o massacre de 10 dirigentes sindicais e populares, no passado 31 de Outubro.

Para melhor compreender a actual evolução dos acontecimentos, é de referir também o documento divulgado na revista da Universidade Centro-Americana, dirigida por jesu-



Uma imagem do aparato militar que marcou a farsa eleitoral que conduziu a ARENA à presidência do país.

tas em São Salvador, da autoria do dirigente da FMLN, Villalobos.

Neste documento, datado de Fevereiro, o dirigente guerrilheiro diz, nomeadamente, que «na actualidade, a correlação militar não pode medir-se somente contando as espingardas e os combatentes. A correlação mede-se em termos de capacidade para conter a explosão social, por um lado, ou para convertê-la em vitória revolucionária, por outro. O processo de expansão da guerra a todo o país, às áreas vitais e às cidades, relacionou a capacida-

de militar da FMLN com a explosiva situação social».

A guerra, entretanto, prossegue. Uma guerra que tem como pano de fundo a política dos EUA para a América Central, e que já fez mais de 70 mil mortos.

o massacre dos jesuítas

Nestes dias de confrontos militares, em que o massacre da população pela aviação surge como táctica preferencial das forças militares do governo, o assassinato de professores da Universidade católica de San Salvador, impõe-se como um exemplo mais das formas de repressão de há muito utilizadas no país, e concretamente do papel aí desempenhado pelos «esquadrões da morte».

O massacre foi denunciado, pelo director para a Companhia de Jesus para a Europa, o padre Ignácio Salvat, que disse que «certas personalidades do sector mais radical do governo salvadoreño podem estar implicadas na morte dos seis jesuítas, porque elas sabem que se chegar a um diálogo alguns de entre eles terão de prestar contas das atrocidades cometidas contra os mais fracos».

Aliás, a reacção do governo de El Salvador à condenação internacional, é sintomática. Pede-se directamente ao Papa a partida de certos bispos «para evitar que conheçam a mesma sorte», particularmente bispos promotores da «igreja popular»!

A intensificação da acção repressiva e também da actuação dos «esquadrões da morte», foi também agora confirmada pelo secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, que afirma em informação à Assembleia Geral que a tortura e a repressão política aumentaram muito nos últimos meses em El Salvador, dirigida em particular contra as

organizações sindicais, camponesas e religiosas.

Que eleições?

Não é possível falar dos actuais acontecimentos em El Salvador, sem uma referência às eleições presidenciais de Março, eleições impostas e manipuladas num país em guerra.

No contexto de um processo de paz, em curso na América Central, que se tem vindo a desenvolver ao arpejo da política de Washington, a guerrilha salvadoreña havia apresentado ao governo de então, um adiamento das eleições para Setembro.

Sublinhando a impossibilidade de realização de eleições livres e democráticas nas condições de terror impostas pelos militares e os esquadrões da morte, a FMLN apresentou em Janeiro, ao governo de Napoleon Duarte, uma proposta no sentido de criar as condições essenciais para a sua participação, em condições de igualdade com as restantes forças, no acto eleitoral.

Duarte ignorou as propostas dos guerrilheiros. As eleições não foram livres nem democráticas. A FMLN lançou um apelo ao boicote e encerrou a campanha com um ataque ao próprio palácio presidencial.

Com uma abstenção de cerca de 40 por cento a somar às centenas de milhares de salvadoreños privados do direito de voto e ao milhão de exilados — as eleições que deram a vitória à ARENA (direita fascista), não passaram de uma farsa.

As negociações entre governo e guerrilha prosseguiram. Ainda que sem avanços a registar, e em simultâneo com um agravamento da repressão.

É neste quadro que deflagra a acção militar da Frente. Com consequências e desenvolvimentos ainda incertos.



Os «esquadrões da morte» não poupam ninguém que apoie as forças de esquerda no país, como foi uma vez mais confirmado pelo assassinato dos professores jesuítas.

Visita ao País dos Sovietes

A Perestroika na agricultura

Foi, em resumo, uma visita onde pudemos contactar com o que de positivo há no processo em curso na agricultura da União Soviética e também com as dificuldades existentes e as medidas de reestruturação e renovação da política agrária, no quadro do reforço do próprio socialismo. São palavras de Lino Carvalho, membro do CC do PCP e deputado à Assembleia da República, numa entrevista que concedeu ao nosso jornal juntamente com João Fernando, também membro do CC do PCP, sobre a visita de mais de uma semana de uma delegação do PCP à União Soviética que integrou ainda Carlos Amaro, membro da Comissão para as Questões da Agricultura do CC.

A visita decorreu no âmbito das relações do PCP com o PCUS e, também nas palavras de Lino de Carvalho, permitiu «conhecer as soluções adoptadas e as perspectivas que os camaradas apontam para o futuro da política agrária na URSS no quadro do processo da Perestroika».

Começando por historiar um pouco a situação, Lino de Carvalho afirmou:

«A agricultura é das áreas mais sensíveis da União Soviética e que, na nossa opinião, mais poderá condicionar o resultado da Perestroika. A URSS é um enorme país, com um território muito vasto, como é sabido — 22 milhões de Km², 37 vezes maior que a Península Ibérica e que tem de alimentar mais de 270 milhões de pessoas. Acresce que cerca de 80% dos solos são de fraca ou média qualidade (terras demasiado secas ou excessivamente húmidas), com profundas diferenças climáticas. Não é fácil, portanto, estruturar uma política agrária que responda a estas condições naturais tão complexas e diversificadas.»

E prosseguiu:

«A verdade é que a URSS, partindo de um estágio bastante atrasado no início da Revolução Socialista e tendo de enfrentar o cerco do imperialismo e a II Grande Guerra, com o regime socialista, conseguiu construir uma agricultura nova, com base no processo de Reforma Agrária então iniciado assente nos kolkhozes e sovkhozes, que alimenta o país. É sabido que os 26 500 kolkhozes que existem abarcam cerca de 12,5 milhões de kolkhozianos (embora abrangam um total de mais de 24 mi-

lhões de pessoas, contando com reformados, famílias, etc.) e são hoje responsáveis por 50% da produção dos cereais do país, de 50% de leite, 40% da carne, de 80% da beterraba, 75% do girassol, de 80% do algodão; esta estrutura agrária soviética desenvolveu as zonas rurais, e tem também sobre os seus ombros outras tarefas, responsabilidades e funções, respondendo a encargos de natureza social: escolas, creches, centros de dia, habitações, complexos desportivos, etc., que naturalmente também arrastam elevados encargos de ordem financeira para os próprios kolkhozes.

«Portanto podemos dizer que os kolkhozes e sovkhozes, no seu conjunto, detêm hoje a quase totalidade da produção agrícola alimentar da URSS, são a espinha dorsal de toda a cadeia alimentar, mas são também o suporte das condições novas de vida que se criaram nos campos. Estes são, em traços muito largos, êxitos que se obtiveram e que, em nossa opinião, não podem ser ignorados, esquecidos, ou minorizados.»

A raiz dos problemas

Quanto às dificuldades e problemas que se foram acumulando

ao longo dos anos no país dos Sovietes, no plano agrícola, o nosso entrevistado afirmou:

«É claro que a par destes grandes êxitos — como aliás os próprios camaradas soviéticos sublinharam — se foram somando ao longo dos anos deficiências e alguns erros graves, como também assinalou Mikhail Gorbatchov no plenário de Março deste ano na reunião do CC do PCUS dedicada à política agrícola. Essas deficiências e erros são responsáveis por dificuldades sérias no sector, em particular no abastecimento de alguns bens essenciais e, sobretudo, na irregularidade desses abastecimentos, que origina fenómenos de açambarcamento e de especulação. Podemos dizer que paralelamente a elevadíssimos rendimentos unitários e da produtividade da terra (só para exemplo: o kolkhoze que visitámos em Kiev tira nos cereais uma média de 8000 kg/ha, que é uma média muito alta, mesmo para os padrões de todos os países mais desenvolvidos na agricultura) há outros cujos rendimentos, produtividade e métodos de gestão, impunham a necessidade de profundas alterações.»

E Lino de Carvalho explicou:

«Em nossa opinião, os métodos de gestão existentes em muitas das estruturas agrárias, algum igualitarismo, a deficiência nos estímulos materiais dos kolhozianos e na sua responsabilização e participação nos processos de decisão, entre outras razões, criaram fenómenos de desinteresse pelo resultado do trabalho e da produção, e algum alheamento em relação à propriedade socialista.

«Por outro lado, e também em nossa opinião, a manutenção durante demasiado tempo, porventura para além das necessidades impostas pela construção do socialismo, de um planeamento excessivamente centralizado, de cima para baixo, mecânico, com fraca participação das unidades económicas, se por um lado permitiu dar um forte impulso à economia agrícola, por outro

Entrevista com Lino de Carvalho e João Fernando



criou fenómenos de rotina, de desinteresse e mesmo de inexistência de cálculo económico em cada empresa ou kolkhoze, (isto é, uma relação de custos/benefícios própria da estrutura das empresas).

Acresce a isto o facto de haver nos últimos anos um grande aumento dos preços industriais e a manutenção dos preços à produção bastante subsidiados, o que desequilibrava as relações de troca também entre o campo e a cidade e, portanto, criou dificuldades acrescidas no plano financeiro às próprias estruturas kolkhozianas».

Guerra fria... e açambarcamento

Continuando a analisar as dificuldades objectivas da URSS no plano agrícola, Lino de Carvalho afirmou mais adiante:

«Todos entretanto conhecemos os enormes gastos orçamentais que a União Soviética foi obrigada a fazer durante a II Guerra e, posteriormente, na indústria de Defesa como resposta ao clima de «guerra fria»

desencadeado pelo imperialismo. Isto desviou do investimento produtivo milhões e milhões de rublos, não permitiu desenvolver uma indústria agro-alimentar de acordo com as necessidades do país, atrasou a modernização tecnológica, a instalação de redes de armazenagem, de frio, de transporte e de distribuição absolutamente necessários em qualquer país, quanto mais num país com a extensão e diferenças climáticas daquele. Isso fez com que se criassem fenómenos de perda da produção, como tem de resto sido assinalado pelos responsáveis soviéticos. Gorbatchov na intervenção citada há pouco, referiu que o valor da produção perdido entre a origem e o consumo correspondia, às importações alimentares que a URSS era obrigada a fazer. Efectivamente nós tivemos oportunidade de confirmar isso e de constatar que entre a origem e o consumo se perdem em média cerca de 20% da produção agrícola, e nalguns produtos, como a batatas e os legumes, cerca de 30%. Temos de considerar que isto é muito e resulta de fortes deficiências e dificuldades neste processo, por um lado de transformação agro-alimentar e, por outro, de armazenamento, distribuição e rede de frio.

«A que é que isto leva? Leva a deficiências no abastecimento de alguns bens de consumo, que arrasta descontentamento, especulação, açambarcamento, acentuado pelos aumentos salariais dos últimos anos que fez aumentar os meios líquidos nos meios de produção sem contrapartida no correspondente acréscimo da oferta de bens de consumo, particularmente alimentares. Estas são as dificuldades em traços gerais e, é claro, os camaradas estão a procurar soluções».

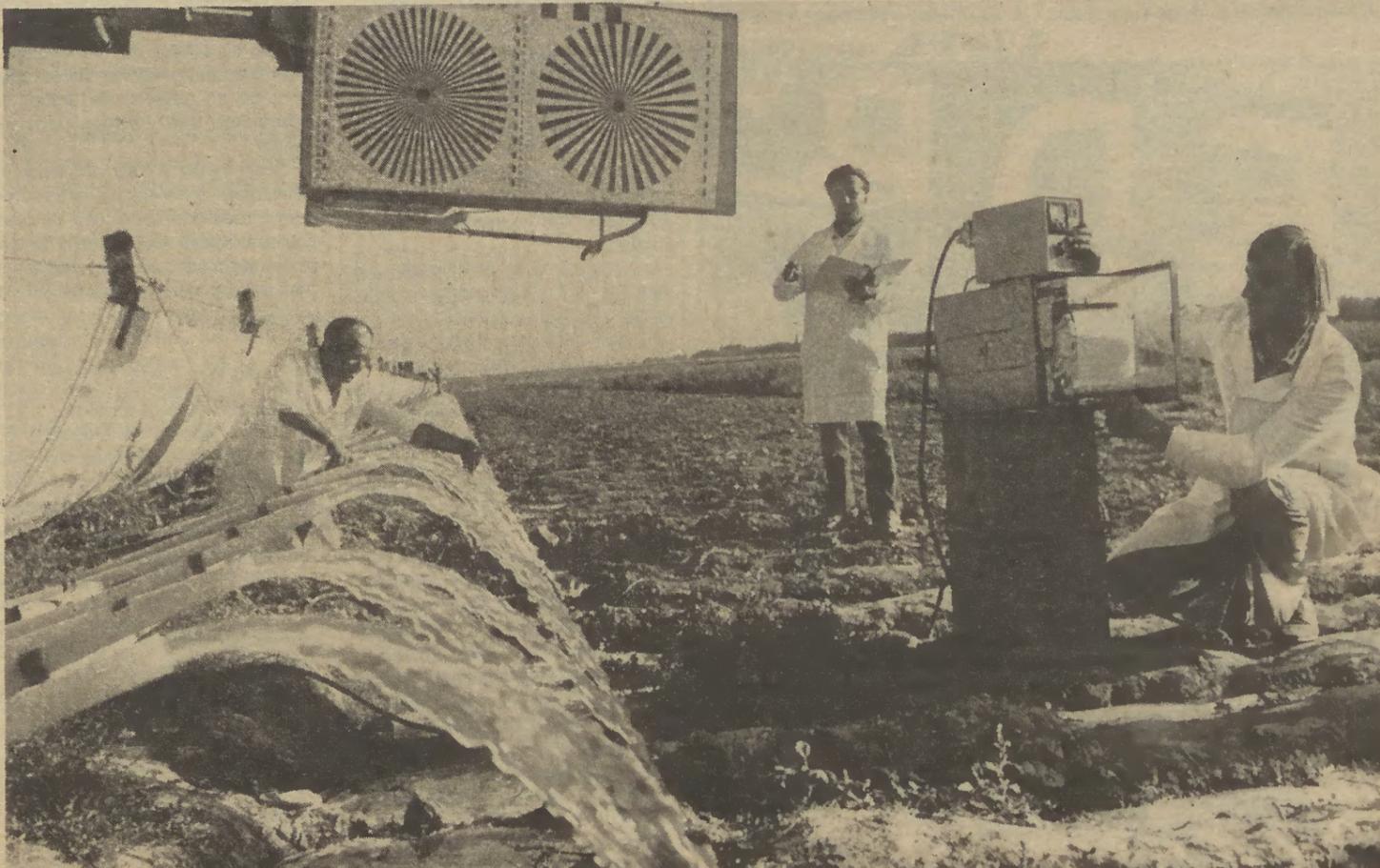
João Fernando acrescentou:

«Entretanto dada a melhoria das condições de vida nas grandes cidades, dá-se o fenómeno de certo despovoamento nos campos, sobretudo entre as camadas mais jovens. Daí que toda a política que se discute hoje em relação à agricultura, vise também ligar mais as pessoas à agricultura, interessando-as mais, nomeadamente fazendo com que do seu trabalho resultem, de facto, compensações materiais mais efectivas.»

Centralização excessiva

Concluindo a apreciação das dificuldades observadas, Lino de Carvalho acrescentou:

«Em resumo: temos por um lado métodos de planeamento excessiva-



Um dos objectivos actualmente na URSS é permitir um maior poder de iniciativa aos kolkhozes e aos kolkhozianos, conduzindo a uma relação mais maleável entre as unidades produtivas e o Estado» (na foto, sistema automatizado de irrigação a partir de um canal inclinado no campo experimental no Instituto Agronómico Kirguiz, na Ásia Central)



«Podemos dizer que paralelamente a elevadíssimos rendimentos unitários e da produtividade da terra, há também rendimentos, produtividade e métodos de gestão onde se impunha a necessidade de profundas alterações» (na foto, colheita do chá na República da Geórgia)

mente centralizados, métodos de gestão que não promoviam um envolvimento dos trabalhadores nos processos de decisão e quebra de princípios de vida democrática, criando, portanto, fenómenos de desinteresses (isso, no nosso país e na RA, foi sempre uma das nossas grandes preocupações — a participação e o envolvimento dos trabalhadores nos processos de decisão, no resultado do trabalho, de modo a sentirem como suas as transformações realizadas, por outro lado uma estratégia de investimento que pode não ter sido a melhor nos últimos anos, nalguns casos desviando verbas para a recuperação de terras com níveis de fertilidade que poderiam rentabilizar esses investimentos. Investimentos extensivos, mal orientados (ir-se por exemplo para terras que estavam virgens, o que obrigou a avultados desvios orçamentais sem os correspondentes resultados na produção.) Investimentos que não tiveram em conta a necessidade de modernizar a indústria agro-alimentar e os circuitos de distribuição armazenagem e rede de frio.

Também aqui João Fernando deu uma achega:

«Além disso a aplicação de um modelo central para regiões muito diversas foi um erro de que se ressentiu a agricultura — um modelo que foi aplicado sem considerar algumas diferenças (e diferenças profundas, por vezes) quer naturais, quer sociais, quer históricas.»

Posse útil da terra

E quanto a soluções? Lino de Carvalho desenvolveu também circunstanciadamente esta questão:

«As grandes soluções que os camaradas apontam assentam num melhor aproveitamento dos recursos humanos através de maior empenho e interesse dos trabalhadores no trabalho e na produção, e também uma democratização dos métodos de planeamento e de gestão, com a renúncia dos métodos administrativos, a clarificação das áreas de actuação do Partido, dos órgãos de Estado e das estruturas económicas e com a reorganização e desburocratização do aparelho do Estado, permitindo um maior poder de iniciativa aos kolkhozes e aos kolkhozianos, conduzindo a uma relação mais maleável tanto entre as unidades produtivas do Estado, como no plano horizontal — contactos directos entre as unidades produtivas e o sector agro-industrial.

«O objectivo central da reestruturação da agricultura no País segundo o que os camaradas afirmam permanentemente, é o homem e a solução dos seus problemas quotidianos, pôr ao serviço do homem e da melhoria das suas condições de vida todas as potencialidades da sociedade socialista; portanto a chave para resolver os problemas segundo os camaradas, é garantir que os kolkhozianos se sintam mais motivados e responsabilizados pelo trabalho e a produção, sentindo como sua a propriedade socialista.»

Entretanto «a primeira questão que importa tomar nota é que quando se discute o problema agrário na URSS não está em causa a natureza socialista da propriedade, mas sim considerar, no quadro da economia kolkhoziana, soluções que permitam que os próprios kolkhozianos sintam melhor os resultados da produção e estejam mais perto, sintam mais como sua, a própria propriedade socialista. As soluções que se

procuram encontrar aproximam-se muito da nossa figura de posse útil que nós encontramos para o nosso processo de Reforma Agrária em Portugal. Aliás figura e conceito que os camaradas estudaram com atenção e que se traduz na manutenção da propriedade da terra na posse do Estado, como propriedade social, e a sua entrega para exploração aos kolkhozes e nalguns casos a famílias, a kolkhozianos e pela qual será paga uma contrapartida à comunidade pelo uso, através do Estado. Mas a natureza, no essencial, da propriedade não muda: o que é introduzido é este conceito de «posse útil», mantendo-se a propriedade no quadro da propriedade socialista.»

As explorações familiares...

Como se procura concretizar isto?

«Por um lado os camaradas procuram diversificar as estruturas produtivas agrícolas, buscando adequar essas estruturas produtivas às condições concretas das diversas regiões e sempre na base da vontade manifestada pelas próprias unidades económicas e pelos próprios kolkhozianos. Foi-nos insistentemente afirmado que os kolkhozes se manterão como a estrutura produtiva predominante e como unidade estrutural principal que suporta o sistema agrícola; depois, no quadro deste sistema, procurar-se-ão as soluções adequadas face a cada situação. Que soluções? Nuns casos mantendo-se o kolkhoze na dimensão actual mas alterando métodos de gestão e democratizando o seu funcionamento interno, noutros casos o kolkhoze poderá ser repartido em várias pequenas cooperativas especializadas (pecuária, beterraba, máquinas, etc.) ficando o kolkhoze com funções do tipo união de cooperativas ou, noutros casos ainda com funções mistas — uma parte das terras com as funções actuais e outra a ser distribuída por cooperativas de kolkhozianos — unidades económicas portanto mais pequenas, articulando depois o processo produtivo e de escoamento da produção com o kolkhoze.

«Simultaneamente no quadro da propriedade socialista abre-se a possibilidade de, na base da cedência de terras pelos kolkhozes ou de terras incultas se constituírem explorações familiares. Ainda não está estabelecido o quadro completo dessas estruturas produtivas e do regime em que funcionarão essas novas

soluções — neste momento está em discussão no Soviete Supremo, entre as várias leis, uma exactamente sobre esta matéria — mas tanto quanto se apurou do debate em curso, abre-se a possibilidade de famílias terem áreas que podem ir até a algumas centenas de hectares (falava-se em 300 ha) e até em regime de prazos bastante prolongados; fala-se em 50 anos, há quem defenda que deva ser entregue a título vitalício com direito a transmissão e pelo qual ficaria a obrigação, tanto dos kolkhozes como das explorações familiares de «arrendamento», de ser cultivado, de ser dado um uso útil à terra e de ser paga por ela, ao Estado, uma certa contrapartida.

«Contudo importa sublinhar que nos foi insistentemente afirmado que estas soluções inserir-se-ão sempre no quadro de uma economia agrícola onde a estrutura kolkhoziana é predominante e, repito, funcionará como unidade estrutural principal. Todas essas intervenções no mercado, seja através do kolkhoze, que lhe escoará a produção, seja em alguns casos directamente, segundo as soluções que forem ainda encontradas.»

... e as hortas pessoais

E quanto às tão faladas «hortas pessoais», que certa imprensa (e sobretudo a Televisão) tanto mitificam? Lino de Carvalho esclareceu: «Sim, as hortas pessoais de kolkhozianos, que ocupam cerca de 3% da terra e contribuem com cerca de 24% na produção de frescos. Partindo destes dados há quem defenda que essa seria a solução para a economia agrícola soviética, à semelhança — numa análise precipitada e ligeira, — das chamadas explorações familiares da economia capitalista. Não é, contudo nada disso que se passa — o que se passa é que, hoje (e de há muitos anos) os kolkhozianos têm as suas hortas pessoais, que funcionam no quadro do sistema socialista e do sistema kolkhoziano, isto é: são hortas que existem para auto-abastecimento e onde o que sobra pode ser vendido ao mercado ou directamente ao kolkhoze, mas em que os kolkhozianos trabalham durante o dia na sua unidade de produção e toda a estrutura económica e social é suportada pelo kolkhoze.

A ideia das explorações familiares é uma tentativa de alargar a experiência das hortas pessoais, no quadro da economia socialista.

Contudo, se o kolkhoze falhasse ou

se autonomizassem completamente estas chamadas hortas pessoais, todo este processo ruiria e depois essas percentagens de produção não tinham significado se fossem generalizadas. Aliás a tendência hoje no próprio mundo capitalista é para a concentração da terra para criar unidades de produção viáveis e na própria URSS o traço predominante que os camaradas apontam é que as unidades individuais de «arrendamento» constituirão sempre um elemento acessório e complementar da estrutura agrícola — importante para a produção de frescos e para criar condições de manutenção no campo de muitas famílias — mas um elemento acessório no quadro da produção socialista.

É importante esclarecê-lo, porque à volta disto há muita desinformação e especulação, querendo-se com isto dizer que se está a pôr termo, no fundo, à RA; aliás os nossos adversários em Portugal, e o Governo, têm procurado trazer à liça esse elemento para justificar a sua própria política de destruição da RA em Portugal. Portanto não é nada disso; como estamos a verificar, mantêm-se todos os princípios fundamentais que presidiram à construção da sociedade socialista, neste caso no sector agrícola, com os ajustamentos, as renovações, as modificações que a vida impõe e que os erros praticados justificam que sejam alterados.»

Discutir cara a cara

E o debate de todas estas questões, como o viu a delegação do PCP na sua visita? Lino de Carvalho disse, a este respeito:

A URSS é hoje atravessada por um profundo debate democrático. Tivemos oportunidade de viver esse grande clima de debate nas empresas, nos kolkhozes, na televisão, que transmite permanentemente os debates que se processam no Soviete Supremo e nos mais variados sectores da vida soviética, sem qualquer censura ou restrição. Tratam-se de debates que têm obviamente por objectivo mobilizar a população e encontrar com os trabalhadores e o povo os melhores caminhos e soluções para a renovação e o reforço da sociedade socialista, ouvindo críticas, recolhendo opiniões e propostas, aferindo soluções.

É preciso acentuar, em primeiro lugar, que este debate é lançado pelo próprio Partido Comunista da União Soviética. Todo este processo de renovação da sociedade soviética é assumido, lançado e orientado pelo

Partido que, por sua vez, no processo de debate procura não o condicionar, o que também dá origem, aparentemente à ideia de que às vezes, o Partido se «dissolve» nesse debate.

«Por exemplo nós assistimos a uma reportagem feita pela Televisão num kolkhoze onde os kolkhozianos debatiam com a direcção a reorganização do kolkhoze e onde se punham em questão os processos de gestão e planeamento, os métodos produtivos, os estímulos materiais, os próprios métodos autoritários da direcção ou de elementos da direcção do kolkhoze, tudo isto cara a cara, publicamente, através da televisão, como também assistimos no Soviete Supremo a debates e até às opiniões mais desencontradas sobre as soluções a adoptar. De facto a sociedade socialista está a ser percolada por este debate intenso e esta vida democrática intensa, lançados pelo Partido sem restrições.

Não há modelos únicos

Quase a terminar, dada a escassez de espaço disponível, Lino de Carvalho acrescentou:

«Naturalmente que num debate desta natureza, completamente aberto e próprio de um processo revolucionário, são referidas expressões, conceitos e são avançadas ideias que, num processo tão intenso como este, são ideias às vezes aparentemente deslumbrantes e aliantes, mas que de facto não correspondem nem aos fundamentos do que se pretende realizar na sociedade socialista nem às opiniões largamente dominantes. Aliás isso acontece também com publicações que chegam aqui a Portugal e que devem ser lidas — tal como certos conceitos — com a necessária prudência.

Mas isto levanta outra questão: a necessidade de intensificar nos processos de renovação da sociedade socialista o debate ideológico, a formação das pessoas e dos quadros do Partido para uma intervenção que, não condicionando o debate, o procure naturalmente enquadrar no quadro de princípios ideológicos seguros que garantam a renovação da sociedade socialista. Se isto for feito — e estou convencido que se procura fazer — as perspectivas são de renovação e fortalecimento a prazo da sociedade socialista e dos ideais comunistas, que se mantêm actuais.

«Entretanto quando se faz este debate, muitas vezes por ingenuidade, ignorância, desconhecimento ou por má fé, mesmo no quadro do debate que se processa na sociedade socialista, vêem-se numerosos exemplos em que não é dado o quadro completo. Contudo não corresponde ao sentimento dominante. Nós ouvimos e falámos com muita gente e não ouvimos ninguém defender o capitalismo nem defender as soluções capitalistas para a sua reimplantação na sociedade soviética. O que vimos foi pessoas realmente preocupadas com as experiências que outros países tenham e que possam, no quadro da economia da sociedade socialista, serem aplicadas à União Soviética. Mas nisso há muitos anos que o nosso Partido afirma que não há modelos únicos e que há experiências diversificadas no mundo socialista, mas também há no mundo capitalista experiências e elementos que há que ter em conta na melhoria e renovação da sociedade socialista.» ■

**A «leste»
de Pitágoras**

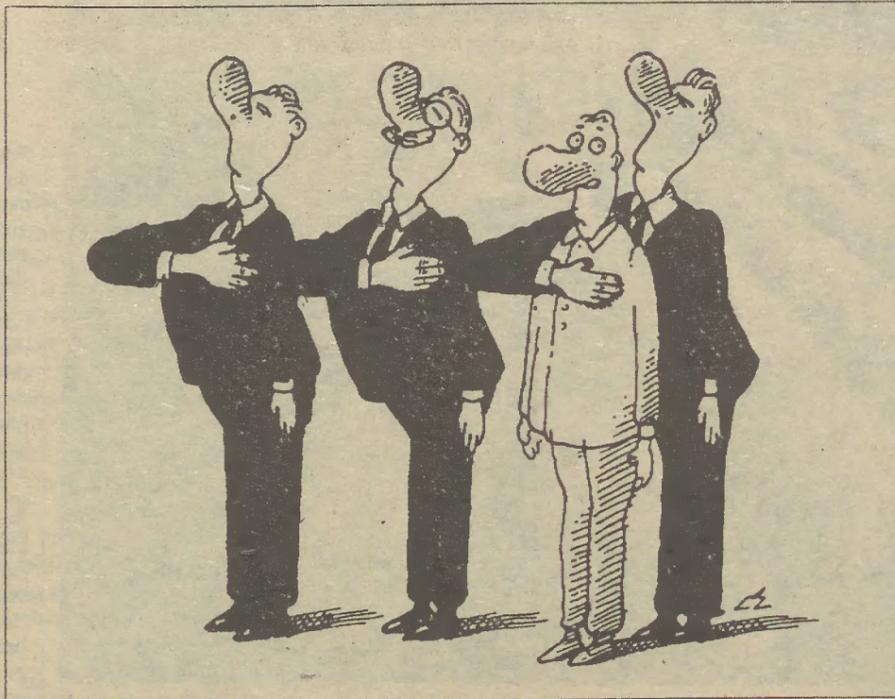
A notícia surgiu, discreta, sexta-feira à noite, nos telexes das redacções dos órgãos de comunicação social: o governo da República Federal da Alemanha comunicava um «lapso» dos seus serviços, a propósito do número de cidadãos da República Democrática Alemã que entraram no país, após a abertura das fronteiras. Afinal não tinham sido três milhões, conforme números oficiais anteriormente divulgavam...
Afinal foram 500 mil...
E Bona explicava: o erro na avaliação do número de cidadãos da RDA que entraram na RFA ficara a dever-se a uma avaria no «sistema» ficou a dever-se a um «ordenador» que multiplicou por seis cada «comunicação» entrada? Ou será que alguém «ordenou» um «sistema» de contagem diferente para este tipo de «comunicações»? Enfim, tudo não passou de um «pequeno» problema tecnológico de um «sistema de comunicações» concertiza muito moderno, muito computarizado, muito «terceira vaga», em suma, «europou»... mas a «leste» da Tabuada de Pitágoras!

A ilha

Entretanto esta preocupante mania da perseguição ultimamente revelada pelo comportamento do Primeiro-Ministro parece encaminhar-se, rápida e perigosamente, para uma mono-mania. Ainda em Viseu, Cavaco Silva não se limitou a considerar o CDS a soldo do PCP: rouquejando ainda mais e espetando o dedo em todas as direcções, Cavaco Silva também acusou o PS de não conseguir explicar ao «povo português» por que é que se aliou ao PCP, enquanto confessava que ele próprio não compreendia como é que o CDS votara ao lado dos comunistas (ai podemos ajudar: foi de pé, como é

norma no hemiciclo de S. Bento), enquanto o PCP, «lui-même», «não pode merecer o voto e a credibilidade do povo português», etc., etc., e a cassette por aí fora, como é norma dos intensos, mas francamente monótonos,

**Pontos
Cardeais**



discursos do nosso Primeiro. Já sabíamos que Cavaco Silva estava isolado, mas não supunhamos que ele se sentisse, pura e simplesmente, uma ilha. Ainda por cima rodeada de comunistas por todos os lados.

Boatos

Cada dia que passa torna Cavaco Silva mais falador. Qualquer deslocação, uma simples paragem, à partida ou à chegada, tudo serve ao nosso Primeiro para abrir a boca e dizer coisas. Agora foi a Viseu e zás! Lá vai disto mal tirou o pezinho do automóvel. Coisa substancial, como sempre. «O CDS – garantiu o chefe do Executivo – quer derrotar o PSD nas próximas autárquicas e dar a vitória às oposições, o que significa que está empenhado na

vitória do PS e do PCP, o Partido Comunista mais retrógrado da Europa». O senhor Primeiro-Ministro, francamente! Essa do CDS querer a vitória da esquerda só pode mesmo ser boato! O melhor é convocar outra vez o SIS e a Judiciária para seguir pistas e ir já rapidamente à televisão explicar tudo à gente. Vá lá, senhor Primeiro-Ministro! É que as suas comunicações na televisão andam tão giras, ultimamente...

Trajectórias

Em entrevista à «Rádio Meridional», em Évora, o ministro das Finanças Miguel Cadilhe afirmou: «No ano de 1989 a inflação ergueu um pouco a cabeça e saiu da trajectória descendente em que a tínhamos colocado». Agora só falta ao ministro das Finanças reconhecer que

o salário dos trabalhadores portugueses, em compensação, «baixou a cabeça e entrou na trajectória descendente» em que também o tinham colocado.

Desvalorizações

O actual governo polaco, chefiado por Tadeusz Mazowiecki, desvalorizou de novo esta semana a moeda nacional, o zloty, sendo a sexta vez que o faz desde que tomou posse, em 12 de Setembro passado (a última desvalorização, de 10%, ocorrera há dias, a 13 deste mês). Parece que desvalorizar é, mesmo, a grande especialidade deste governo polaco: só que antes era mais fácil fazê-lo, quando a maioria dos seus elementos estavam na oposição e se limitavam a desvalorizar... o governo do POUP.

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

Cavaco foi à TV
foi à TV a falar.
De quê? Ora. De um qual quê
não precisa pra lá estar...

Pergunto qual a razão
ouvindo aquilo que diz
de uma comunicação
que se dirige ao país...

Há uma catástrofe em frente?
Cataclismos desumanos?
Ou estará iminente
invasão de marcianos?

Ou então, sem a farpela
de infalível, e dobrado,
corta, pica, remodela
um governo malparado?...

Se calhar desceu da Lua
e embora com tristeza
põe na rá, ré, ri, ró, rua
o Cadilhe e a Beleza?...

Não foi tal. Uma chatice
sem novidade e sem «charme».
De tudo quanto ele disse
só ficou um ar de alarme...

Fraudes? É tudo boato.
Roubos? A mentira adunca.
Imundície? Espalhafato.
«Ballets rose»? Isso nunca...

Alguma coisa anormal
com gente de ministério?
Qual quê!, no seu pessoal
tudo é fino, tudo é sério...

Cavaco dá manifesto
apoio, atenção e mimo.
Por ali é tudo honesto
o ministro, o irmão e o primo...

Com a conversa tramada fica-se o povo a dizer:
– Afinal, se não há nada
que foi ele lá fazer?...

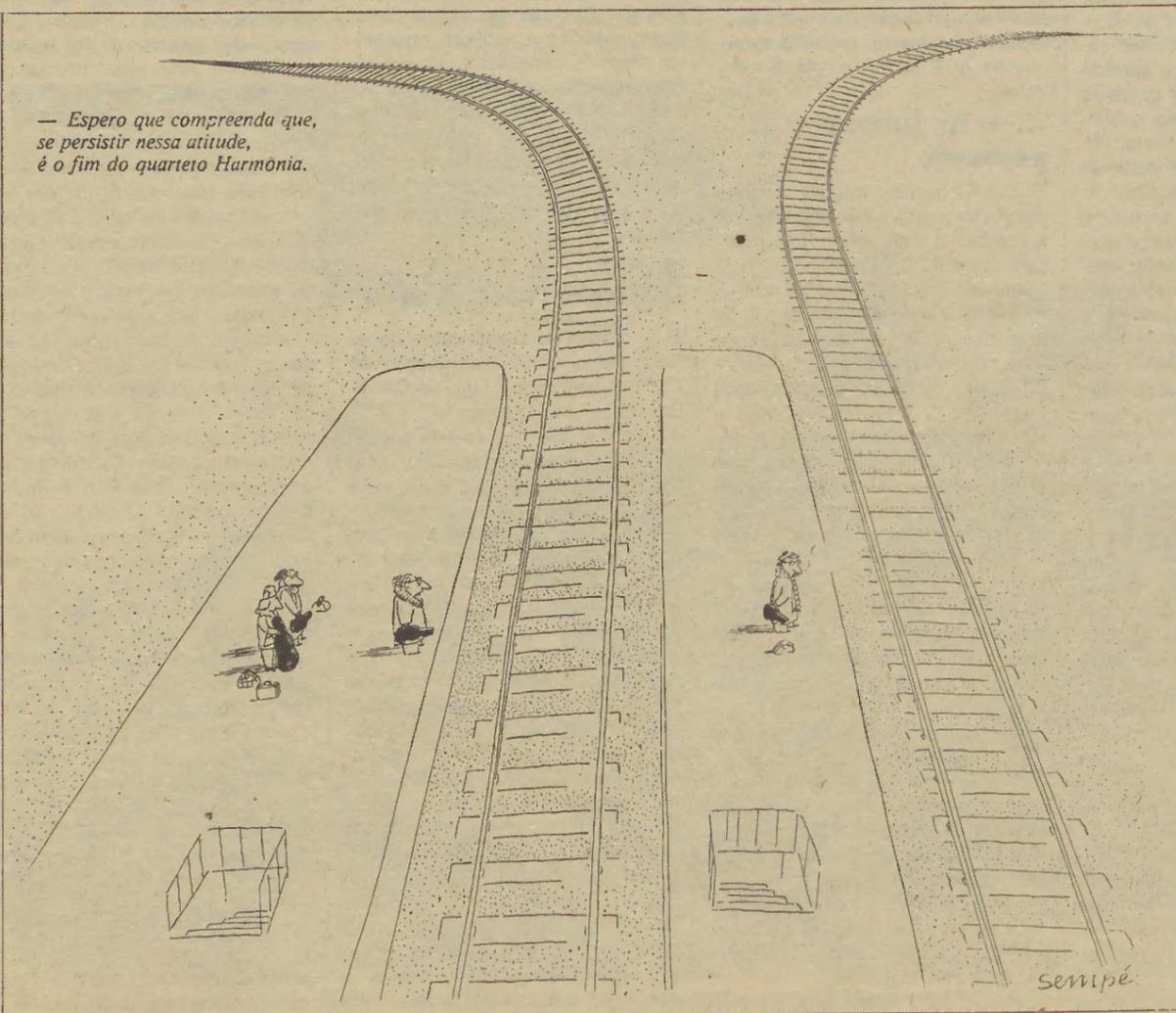
Não há nada, professor?
Não há nada? Que diabo!
Se não há, tanto melhor,
tudo bem, de cabo a rabo...

Eu até posso pensar
que nada mau sucedeu
De que vale! Se calhar
Só quem pensa assim sou eu...

Não havendo o que se diz
Cavaco, tenha a bondade
venha dizer ao país
aquilo que há, na verdade...

Pois se se diz não havendo
e o que está havendo não há
o que é que estará sendo
se assim sendo, não será?...

Buraco atrás de buraco
parceiro atrás de parceiro
vê-se que há bicho na couve
e que o reino de Cavaco
está podre. Vê-se pelo cheiro
pelo cheiro... que se ouve.



— Espero que compreenda que,
se persistir nessa atitude,
é o fim do quarteto Harmonia.

Agenda

Avante!

Ano 59 - Série VII
N.º 830

23 de Novembro de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta

AMADORA
Sessão da CDU para discussão dos problemas do Bairro de S. Brás, com a participação de Orlando de Almeida e de Manuel Vieira — às 21.30 na Escola Primária do Casal de S. Brás.

OEIRAS
Plenário dos candidatos da CDU da freguesia de Oeiras — às 21.30 no CT do PCP.

CORUCHE
Debate sobre os problemas do Ensino, com a participação dos candidatos da CDU — às 21.00, no Centro Cultural.

SETÚBAL
Reuniões dos candidatos da coligação Desenvolver Setúbal com os trabalhadores da CM (às 10.00) e com o STAL (às 16.00).

COIMBRA
Distribuição de propaganda na Feira dos 23.

BARREIRO
Plenário com a população, às 21.00, no Cine Clube.

LISBOA
— Plenário das organizações de Gráficos, Escritórios e CML da OLL — às 20.00, no CT Duque de Louquê;
— Reunião de militantes do PCP e candidatos da freguesia de S. Mamede — às 21.00, na APD.
Actividades da Coligação «Por Lisboa»:
— Encontro de candidatos da Penha de França com comerciantes da freguesia — às 20.00, na Junta de Freguesia; visita à Escola Primária e reunião com a Comissão Directiva — às 10.00;
— **Jorge Sampaio** participa, a partir das 11.00, numa visita à Cidade Universitária, com almoço na Cantina Velha às 13.00 e intervenção num debate a realizar às 17.00 na Faculdade de Direito.

Sexta

LISBOA
Actividades da Coligação «Por Lisboa»:
— Sessão de apresentação de candidatos da freguesia de Campolide — no Santana Futebol Clube (Bela Flor) às 21.00;
— Sessão de apresentação de candidatos da freguesia do Castelo — às 21.00;
— Sessão de apresentação de candidatos da freguesia dos Anjos — às 21.00;
— Encontro com as Forças Vivas da freguesia da Ameixoeira — às 21.30.

ALCOCHETE
Sessão de apresentação dos candidatos da freguesia de Samouco — às 21.00.

ALMADA
— Encontro CDU com a população de Cacilhas. Apresentação dos candidatos à freguesia, ainda com a participação de José



Alvaro Cunhal

na Amadora e nos distritos de Braga, Viana do Castelo e Porto

Sexta-feira

Amadora — Comício às 21.30 no Cine D. João V, na Damaia

Sábado

Guimarães — Almoço-convívio às 13.00 na casa do Povo de Fermentões

Braga — Sessão às 16.00 no Auditório Municipal Galécia

Viana do Castelo — Comício às 21.30 no Teatro Sá de Miranda

Domingo

S. Pedro da Cova — Encontro com a população e visita à Casa de Malta

Porto — Almoço-convívio, às 13.00, no Palácio de Cristal

Matosinhos — Festa-convívio, às 15.30, na Esc. Sec. N.º 2

Avintes — Festa CDU, às 17.30

Manuel Mala, 1.º candidato à M.
— Reunião geral dos candidatos CDU da freguesia de Almada — às 21.30, na Junta de Freguesia.

SETÚBAL
— Jantar-convívio de apoio à coligação «Desenvolver Setúbal», com as ORT's e restantes trabalhadores das empresas da cidade. Participam Odete Santos, Marques Júnior e outros candidatos. No restaurante «Laginha» (Estrada de Algodela), a partir das 19.30.
— Sessão de apresentação dos candidatos jovens — às 21.00.

AMADORA
Comício da CDU com a participação e intervenções de Alvaro Cunhal e de Orlando de Almeida e Vasco Marques. No Cine D. João V, na Damaia, a partir das 21.30.
Convívio de reformados organizado pela CDU no Cine D. João V, com a participação de Orlando de Almeida e outros candidatos. No final, «Fado de Abril». A partir das 15.00.

SINTRA
— Plenário de militantes do PCP no CT do Cacém — 21.00.
— Plenário de militantes no CT de Algueirão — às 21.30.
— Plenário de mili-

tantes de S. João das Lampas — 21.30.

— Sessão de esclarecimento da CDU com a participação de Sérgio Soares, candidato à presidência da JF de Queluz — às 21.30, na Esc. Prim. de Monte Abraão;
— **Rio de Mouro:** sessão de esclarecimento da CDU, com a participação de Felício Loureiro, candidato à CM de Sintra, Maria Alice, 1.º cand. à AF e de Luís Sá — às 21.30, na Escola da Urbanil.
— Acções de propaganda em Rio de Mouro, Montelavar e Anças.

Sábado

GUIMARÃES
Com a participação de Alvaro Cunhal, almoço-convívio na Casa do Povo de Fermentões — 13.00.

BRAGA
Sessão com Alvaro Cunhal no Auditório Municipal Galécia (Maximinos) — às 16.00.

VIANA DO CASTELO
comício com a participação de Alvaro Cunhal — no teatro Sá de Miranda, às 21.30.

OEIRAS
visita de candidatos ao Bairro da Medro-

sa — a partir das 10.00.

SETÚBAL

— A partir das 9.00, porta a porta nas freguesias de S. Sebastião, Santa Maria e S. Julião e ainda na freguesia de Anunciada, onde haverá um torneio de chinquillo.

COIMBRA

— Caravana de propaganda com a participação dos candidatos à CM. Passagem por Queluz (Feira e Mercado) às 9.30, por Casal de Cambra, Belas, Cacém, Rio de Mouro, Algueirão (contacto com a população das Mercês, às 16.00), Sintra, Abrunheira.

Sessão de apresentação dos candidatos à AF no Salão Polivalente de Belas, com a participação de Lino Paulo e José Faria Coelho.

— em Vale de Lobos/Almargem, na colectividade, às 21.30, sessão de apresentação de candidatos com participação de Lino Paulo e José Faria Coelho;

— em Vale de Lobos/Almargem, na colectividade, às 21.30, sessão de apresentação de candidatos com participação de Felício Loureiro e Fátima Antunes e de Henrique de Sousa, do CC do PCP;
— porta a porta em Massamá;

— contctos dos candidatos à AF com a população da zona rural de Rio de Mouro;
— discoteca-convívio nos Pavilhões Verdes em Mira-Sintra, com a participação dos candidatos jovens — às 21.30.

ALCOCHETE
— Sessão de apresentação de candidatos na Freguesia de S. Francisco — às 21.00;
— Porta a porta em Alcochete.

BARREIRO
— Almoço com candidatos em Santo António (13.00);
— Plenário com a população de Palhais — às 21.30, na JF;
— Visita de candidatos ao concelho.

GRÂNDOLA
Comício — às 21.00, no Pavilhão da Feira. No final, baile popular.

ALMADA
— Encontro de candidatos CDU com a população de Quintinhas e Pinheiro/Charneca da Caparica — no Café Miguel, às 16.00.
— Candidatos contactam com a população de Cacilhas — a partir das 11.00.

SEIXAL
Jornada concelhia de propaganda (durante todo o dia).

LISBOA
Actividades da Coligação «Por Lisboa»:

— Sessão de apresentação de candidatos da freguesia de Olivais — Esc. Prep. Fernando Pessoa, às 16.00;
— Sessão de apresentação de candidatos da freguesia de Belém — na colectividade «Solidó», às 17.00;
— Sessão de apresentação de candidatos nos Prazeres — às 09.30.

— Almoço de apoiantes da Coligação, com a participação de candidatos, na Voz do Operário. Acções de propaganda na Feira da Ladra e nas freguesias de S. Vicente, St.ª Engrácia, Graça e Alfama;

— Almoço de apoiantes na Charneca. Visita à freguesia, com mini-comícios, das 10 às 18.00;
— Visitas às freguesias de Lumiar (Galvanas, Musgueira Norte e Sul, Cruz Vermelha), Beato, S. João, Arrolos, Santos-o-Velho, St.ª Engrácia, Penha de França.

— Com a participação de Jorge Sampaio, visita ao Mercado da Av. Rio de Janeiro (freg. S. João de Brito).

— Convívio, com fados, em Alfama.

AMADORA
— Sessão-convívio em A-da-Beja;

— Contactos de candidatos com a população da freguesia da Reboleira, Alfragide e Venteira (às 9.30 no Mercado de Levante).
— Sessão-convívio, com a presença de candidatos, na Assoc. de Moradores do Alto do Moinho — às 15.00;
— Convívio e espectáculo no Polivalente da Brandoa.
— Magusto com os

trabalhadores da CM, às 15.00. Participação de candidatos.

CORUCHE
Porta a porta em Santana do Mato, com a participação de candidatos.

SEIXAL
Sessão de apresentação dos candidatos CDU à AF de Corroios.

Domingo

PORTO
Visita de Alvaro Cunhal ao distrito:
— S. Pedro da Cova (Gondomar); visita à Casa de Malta e encontro com a população — às 10.00;

— **Porto:** no Palácio de Cristal, almoço de confraternização da CDU — às 13.30;
— **Matosinhos:** na Esc. Secundária n.º 2 Augusto Gomes (antigo Liceu), festa-convívio para apresentação dos candidatos da CDU — às 15.30;
— **Avintes** (Vila Nova de Gaia): participação na festa da CDU às 17.30.

SESIMBRA
Almoço de candidatos e activistas da CDU, seguido de espectáculo, no restaurante «A Valenciana» (Estrada Fogueteiro-Sesimbra).

AMADORA
Distribuição de documentos e contactos com a população durante todo o dia em todo o concelho, com a participação de candidatos;

Sessão de esclarecimento com a participação de Manuel Vieira na Estrada Militar, freguesia da Mina — às 10.00.

LISBOA
Actividades da Coligação «Por Lisboa»:

— Porta a porta com a presença de candidatos na freguesia de Charneca (bairros Reguengo, Feteira) — às 14.30;
— Almoço de apoiantes da Coligação no restaurante «Quinta da Fonte do Louro», Alto do Pina — às 12.30;

— Almoço de apoiantes no «Ameixoeirense», na Ameixoeira — às 13.00.
— Visita no Bairro da Liberdade/Campolide, com participação de Jorge Sampaio — às 10.00;
— Visita de Jorge Sampaio e de outros candidatos às colectividades da freguesia dos Olivais — a partir das 15.00;
— Jantar-convívio no restaurante «Chico Carreira», no Parque Mayer — às 20.00.

ALMADA
— Almoço-convívio de apoiantes da CDU no restaurante «Os Pescadores», em St.ª António da Caparica — às 12.30.

— Visita de candidatos aos bairros do Castelo/MFA e Afonso Henriques — às 10.00.
— Encontro com a população da Aroeira,

na, no café «Polícia», com apresentação dos candidatos à AF da Charneca;

ALCOCHETE
Porta a porta no concelho durante todo o dia.

SINTRA
— Acções de propaganda durante todo o dia no Cacém, Rio de Mouro, Queluz e Almargem.

— Convívio nas Mercês, com a participação de António Cordeiro, Felício Loureiro e Jacinto Higinio — na garagem da Clotilde às 16.00.

SETUBAL
— Porta a porta em S. Sebastião — às 9.00;
— Apresentação dos candidatos às Juntas de Freguesia de S. Lourenço e S. Simão/Azeitão — às 16.00;

— Almoço com candidatos em S. Sebastião — às 13.00.

COIMBRA
— Distribuição de propaganda em S. João do Campo — às 9.30;
— Visita à Póvoa, Ribeiro e Alqueves (S. Martinho do Bispo) — às 10.30;
— Distribuição de propaganda no Estádio Municipal — às 14.30.

LAMEGO
Festa-magusto na Alameda, a partir das 16.00 (se chover: no Pavilhão Gimnodesportivo da CM).

SOBRAL DE MONTE AGRÃO

Apresentação dos candidatos à AF da Vila da Marmeleira — na Casa do Povo, às 17.00. No final, baile e espectáculo com Henrique Miguel e a Banda 4.

Segunda

SETÚBAL
— Visita de candidatos aos Hospitais de S. Bernardo e do Outão; visita ao grupo desportivo «Peleziños».

SINTRA
Jantar com a presença de Carlos Carvalhas e Lino Paulo na «Casa dos Frangos», em Colares.

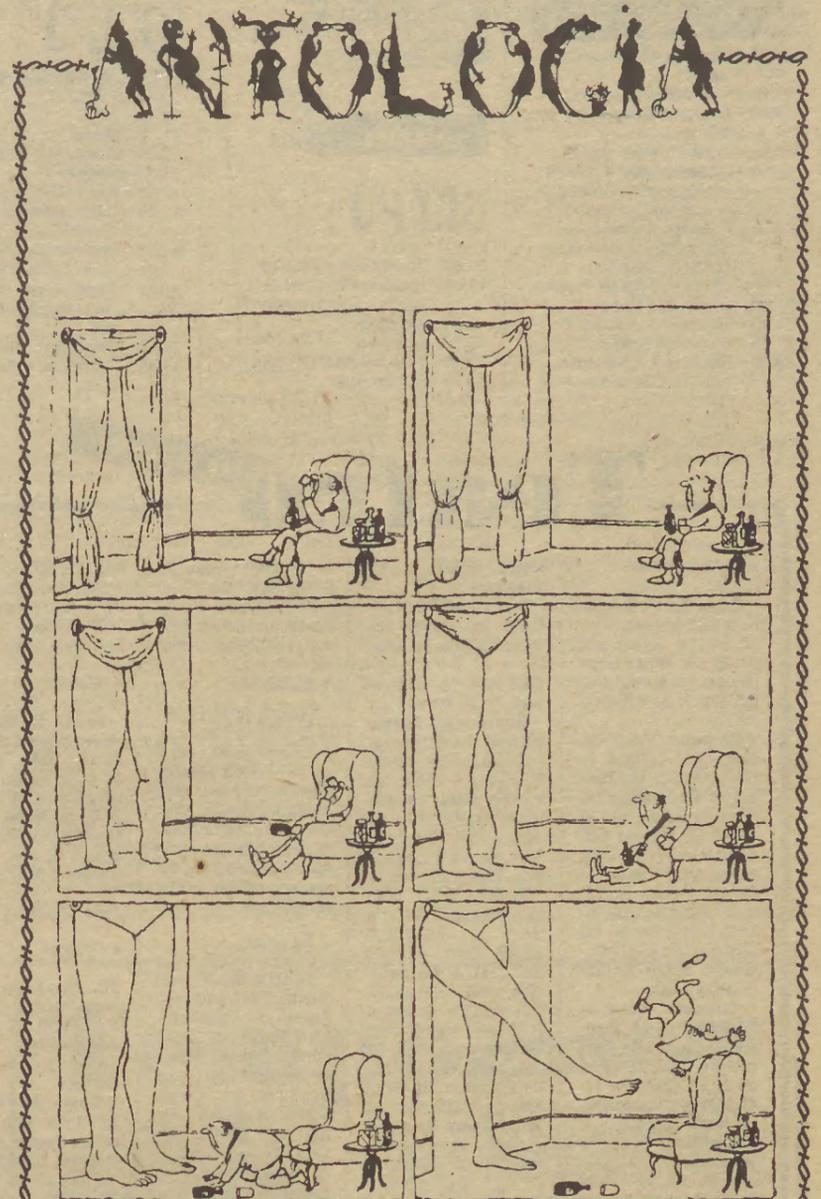
SEIXAL
Plenário com as colectividades Alto Seixalinho/Verde-rena.

Quarta

BARREIRO
Plenário com a população do Lavradio na SFAL.

LISBOA
Coligação Por Lisboa: reunião com colectividades de Marvila no Salão de festas Vale Fundão.

SETÚBAL
Visita de candidatos à Associação de Moradores do Casal das Figueiras — às 21.00.



Fernando Krahn

KRAHN, Fernando

TV **O Programa**



Quinta ²³

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - As dez (inclui Rua Sésamo)
- 12.05 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da tarde
- 13.30 - Um Anjo na Terra (20.º epis.)
- 14.15 - Palavras Cruzadas (13.º e 14.º epis.)
- 15.15 - O Sul Selvagem (7.º epis.)
- 15.40 - Ponto por ponto
- 16.40 - O Hospital Central (49.º epis.)
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - Rua Sésamo (14.º epis.)
- 18.50 - Jogo de Cartas (39.ª sessão)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico
- 20.20 - Sassaricando (176.º epis.)



- 21.10 - Barbara Hutton - Pobre Menina Rica (série 1.º epis.)
- 22.10 - Histórias do Incrível e do Bizarro
- 23.10 - 24 Horas
- 23.40 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha



- 16.55 - Rowena e Lord (série, 1.º epis.)
- 17.20 - Trinta Minutos Com...
- 17.50 - Pacto de Sangue (51.º e 52.º epis.)
- 18.35 - Anna (6.º e últ. epis.)
- 19.30 - Clássicos da TV (séries «O Homem da Carabina» e «Johnny Staccato»)
- 20.25 - Primeiro Andamento Serenatas de Beethoven por Sequeira Costa
- 20.50 - Obras Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude (133.º epis.)
- 21.55 - Sinais do Tempo
- 23.00 - Hitchcock Apresenta... (últ. episódio desta série)

Sexta ²⁴

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - As dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da tarde
- 13.30 - Gloss (23.º epis.)
- 14.15 - Palavras Cruzadas
- 15.10 - O Sul Selvagem
- 15.45 - Ponto por ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - Rua Sésamo
- 18.50 - Chegar, Apostar e Vencer (curso)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico
- 20.25 - Sassaricando
- 21.15 - Nova Missão Impossível (10.º epis.)
- 22.15 - Telemundo
- 22.40 - Chefe, mas pouco (19.º epis.)
- 23.10 - 24 Horas
- 23.40 - Remate



- 23.50 - Pela Noite Dentro «O Portão Dourado», real. Paul Wendkos (EUA/1981, 96 min.)

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - 3, 2, 1 Contact (9.º epis.)
- 17.25 - Trinta Minutos Com...
- 17.50 - Pacto de Sangue
- 18.40 - Haja Música
- 19.30 - Clássicos da TV (séries «O Homem da Carabina» e «Johnny Staccato»)
- 20.25 - As Cidades e as Terras
- 20.45 - Obras Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Começar de Novo (série, 1.º epis.)
- 22.20 - Acerto de Contas
- 22.55 - A Era Nuclear (10.º epis.)
- 23.50 - Rotações.

Sábado ²⁵

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.00 - Histórias de Operas (5.º progr.) - «Il Trowatore», de Verdi
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Oito e Basta! (9.º epis.)
- 14.05 - Parlamento

- 14.30 - Festival OTI
- 16.15 - Cousteau - A Redescoberta do Planeta (10.º epis.)
- 17.15 - Crime, Disse Ela (22.º epis.)
- 18.00 - Vivamúsica
- 18.45 - O Mar e a Terra (série, 1.º epis.)
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Boletim Meteorológico
- 21.30 - Mensagem do Papa João Paulo II



- 22.00 - Caixa Alta (série, 1.º epis.)
- 22.35 - Pisca, Pisca (10.º progr.)
- 23.25 - Cinema de meia-noite: «Um Lobisomem Americano em Paris», real. John Landis (G. Bret./1981, 97 min.)

RTP2

- 09.00 - Via rápida
- 10.00 - TV 101 (10.º epis.)
- 10.50 - O Aparecimento do Homem 1.º epis.)
- 12.00 - Compacto «Amor com Amor se Paga»
- 16.00 - Estádio
- 19.30 - Music Box especial
- 20.25 - Incrível Mr. Pye (2.º epis.)
- 21.15 - Estádio - Edição da Noite.

Domingo ²⁶

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 10.15 - TV Rural
- 10.45 - 70x7
- 11.15 - Missa
- 12.00 - Juventude e Família
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Alô, Alô (13.º epis.)
- 13.35 - A Conquista do Espaço (5.º e 6.º epis.)
- 14.30 - Primeira Matinée - 1.ª parte - Do Alto do Terraço, real. Mark Robson (EUA/1960, 140 min.)
- 17.05 - Desenhos Animados
- 17.40 - Ricardina e Marta (10.º epis.)

- 18.50 - McGyver (10.º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Querido John (9.º epis.)
- 21.05 - Depois da Guerra (9.º epis.)
- 22.10 - Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 14.00 - Veterinário da Província (10.º epis.)
- 15.00 - Troféu
- 17.00 - Sobrevivência (10.º epis.)
- 18.30 - Imagem e Imagens
- 19.00 - Café Central
- 20.00 - Os Trintões (8.º epis.)
- 21.00 - Artes e Letras: «O Actor's Studio - uma comunidade de trabalho» (3.º e últ. prog.)
- 21.50 - Cineclube «Sombras Brancas», real. Nicholas Ray (GBR./Fr./It./1958, 100 min.)

Segunda ²⁷

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Rota de Howard
- 14.15 - Palavras Cruzadas
- 15.10 - O Sul Selvagem
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.45 - O Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - Rua Sésamo
- 18.50 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.35 - Rodas e Volantes (2.º epis.)
- 23.25 - 24 Horas
- 24.00 - Remate.

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Os Cinco
- 17.20 - Trinta Minutos Com...
- 17.50 - Pacto de Sangue
- 18.25 - Rivalidade Entre Irmãs (telefilme)
- 19.20 - Clássicos da TV (séries «O Homem da Carabina» e «Johnny Staccato»)
- 20.20 - Ilha do Tesouro
- 20.45 - Obras Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Ópera - «Moisés e Aarão», de Schoenberg.

Terça ²⁸

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas
- 14.15 - Palavras Cruzadas
- 15.15 - O Sul Selvagem
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.45 - O Hospital Central
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Rua Sésamo
- 18.50 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.10 - Primeira Página
- 22.10 - Crónica do Crime (11.º epis.)
- 23.05 - 24 Horas
- 23.40 - Remate.

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Os Novos Caça Fantasmag (série, 1.º epis.)
- 17.20 - Trinta Minutos Com
- 17.50 - Pacto de Sangue
- 18.40 - Music Box - «Via Rápida»
- 19.35 - Clássicos da TV
- 20.30 - Cine Magazine
- 20.50 - Obras Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Prémios do Cinema Europeu 1989.

Filmes

- «O Portão Dourado», 6.ª, 23.50 RTP-1
- «Um Lobisomem Americano em Paris» sáb., 24.00, RTP-1
- «Do Alto do Terraço» dom., 14.30, RTP-1
- «Sombras Brancas», dom., 21.50, RTP-2
- «A Sombra do Guerreiro 4.ª, 21.20, RTP-1

Ópera

- «Moisés e Aarão» - 2.ª, 21.30, RTP-2

Música

- Quinta
- 20.25, RTP-2: Primeiro Andamento
- Sábado
- 09.00, RTP-2 Via Rápida
- 12.00, RTP-1: Histórias de Operas
- 18.00, RTP-1: Vivamúsica
- 19.30, RTP-2: Music Box Especial
- Quarta
- 23.00, RTP-2: Som da Surpresa



Desporto

- Remate - RTP-1, 5.ª (23.40), 6.ª (23.40), 2.ª (24.00), 3.ª (23.40) e 4.ª (00.40).
- Rotações - RTP-2, 6.ª, 23.50
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.15
- Troféu - RTP-2, dom. 09.00 e 15.00
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.20

Quarta ²⁹

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Colt em Acção
- 14.15 - Palavras Cruzadas
- 15.15 - O Sul Selvagem
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - Rua Sésamo
- 18.50 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.10 - Vamos Jogar no Totobola

- 21.20 - Lotação Esgotada: «A Sombra do Guerreiro» («Kagemusha»), real. Akira Kurosawa (Japão/1980, 160 min.)
- 00.10 - 24 horas
- 00.40 - Remate.

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - Os Campbells
- 17.20 - Trinta Minutos Com...
- 17.50 - Pacto de Sangue
- 18.35 - Descobertas Subaquáticas (3.º epis.)
- 19.30 - Clássicos da TV
- 20.25 - Lusitânia Expresso
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Dona Beija (11.º epis.)

Novo lançamento



A GREVE

Realização: SERGEI EISENSTEIN

Pedidos a CRAC SERVIÇOS
Avenida Gen. Humberto Delgado, Lote 13, CZ n.º 3
Queluz Ocidental - 2745 QUELUZ

Teatro **O Cartaz**

• LISBOA

Casa da Comédia. Rua S. Francisco Borja, 24. De 3.ª a dom. às 22.00. **What Happened to Madalena Iglesias?**, de Filipe La Féria.

Comuna. Praça de Espanha. Sala 1 - Espectáculos do Teatro de Portalegre: De 23 a 25 às 21.30, 26 às 17. **O Marido Ausente** de Norberto Ávila. **Café Teatro** - De 3.ª a dom. às 22. dom. também às 18. **Fale Baixo Senão Eu Grito**, de Leilah Assunção, adapt. Margarida Carpinheiro.

Comuna. Praça de Espanha. Espectáculos do Teatro de Portalegre: Dias 23 a 25 às 21.30, dia 26 às 17. **O Marido Ausente**, de Norberto Ávila.

Instituto Franco-Português Av. Luis Bivar, 91. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Boulevard Boulevard**, de George Fey-

deau, enc. Carlos Quevedo.

Palco Oriental. Calç. Duque de Lafões, 78 (Beato). Dias 24 e 25 às 22.00. **Odisséia**, de Homero, enc. Pedro Wilson.

Sociedade Portuguesa de Autores. Av. Duque de Loulé, 31. De 2.ª a sáb. às 22.00. **Que Vergonha, D. Berta**, de João Luís Simões, enc. de José Caldas, pelo Teatro Espaço.

Teatro ABC. Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Ai Cavaquinho**, de E. Damas, C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.

Teatro Aberto. Pç. de Espanha. De 5.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Happy End**, de Dorothy Lane/Bertold Brecht, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro Politeama. R. Portas de Santo

Antão. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00 e 20.30. **Quem Pode, Pode**, de David Maquet, enc. João Canijo.

• **ALMADA**

Teatro Municipal. Rua Conde Ferreira, 6.ª e sáb. às 21. dom. às 16. **Marco Milhão**, Eugene O'Neill, enc. Joaquim Benite, pelo Grupo de Campolide/Teatro Municipal de Almada (só para estudantes, até ao fim de Novembro).

• **ESTORIL**

Teatro Municipal Mirita Casimiro. Av. Fausto de Figueiredo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **A Morte de Danton**, de Georg Bruchner, enc. Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

• **OEIRAS**

Complexo Social das Forças Arma-

das. De 5.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Os Pais Terríveis**, de Jean Cocteau, enc. de Fernanda Lapa.

• **PORTO**

Teatro Sá da Bandeira. Rua Sá da Bandeira, 108. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. **O Leitinho do Néné**, de Alfonso Paso, adapt. H. Santana, enc. F. Nicholson (até 30/9).

Para Crianças

• **LISBOA**

TIL. Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. **O Sabor dos Sonhos**, texto e encenação de Carlos Correia.

Comuna. Praça de Espanha. Espectáculos do Teatro de Portalegre: Dias 25 Nov. e 2 de Dez. às 16, dias 26 de Nov. e 3 de Dezembro às 11. **A Moeda**, de Luís Mourão.

Cinema A selecção

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A O Amor é uma grande Aventura	—	★★★	—	—
B Batman	★★★	★★★	★★★	★★★
C Indiana Jones e a Grande Cruzada	★★★	★★★	★★★	★★★
D Perigosa Sedução	—	★★★	—	★★★
E Recordações da Casa Amarela	★★★★	★★★★	★★★★	—
F Sexo, Mentiras e Vídeo	★★★	★★★	★★★	—
G As Vozes da Ira	★★★	★★★	★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A—Real. Blake Edwards — Quarteto/4 (14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00), S. Jorge/3 (14.14, 16.45, 19.15, 21.45), Xenon (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 23.45) — Lisboa.
- B—Real. Tim Burton — Amoreiras/10 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Mundial/3 (14.15, 16.35, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- C—Real. Steven Spielberg e George Lucas — Alfa/Club (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Estúdio (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15) — Lisboa.
- D—Real. Harold Becker — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Berna (15.15, 18.00, 21.30), Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Império (15.30, 18.30, 21.30), Las Vegas (14.00, 16.15, 18.45, 21.30), Mundial/1 (14.30, 16.30, 19.00, 21.30), Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- E—Real. João César Monteiro — Forum/Picoas (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45) — Lisboa.
- F—Real. Steven Soderbergh — Amoreiras/5 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 24.00) — Lisboa.
- G—Real. Oliver Stone — Amoreiras/3 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00) — Lisboa.

Exposições



Bartolomeu Cid — Exposição retrospectiva na Gulbenkian

● LISBOA

Alberto Cardoso - Pintura. Galeria S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 2ª a sab. das 11 às 13 e das 15 às 20.
Álvaro Perdigão - «Do alto de Santa Justa e outras pinturas mais» - obras recentes. Galeria de Santa Justa, Rua Ivens, 40. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19; sáb. das 10 às 13 (até 30/11).
Amália Rodrigues - 50 Anos - A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, joias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a sab. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até Dezembro).

Colectiva de pintura (Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Gil Heitor Cortesão, Pedro Maia, João Jacinto, Pedro Sousa Vieira, Marta Wengorovius). Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A.
Colectiva de tapeçaria. Galeria Tapeçarias de Portalegre, Rua Academia das Ciências, 2-J. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30.
Colectiva de au-

gusto Rosa, 20. De 2ª a 6ª das 15 às 20.30, sáb. das 10 às 13 (até 16/12).
Margarida Dias - Fotografia. Espaço A/Clube 50, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9. 1º. De 3ª a 6ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 13/12).
Mário Dionísio - Pintura. Gal. Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-A. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30 (até 26/11).
Paulo Nozolino - Fotografia. Instituto Franco-Português,

15 às 19.30 (até 30/11)
Pires Vieira - Pintura. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1-F. De 2ª a sáb. das 15 às 20.
Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.
Valente Alves - Pintura e fotografia. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 16 às 19 (até 3/12).
Vieira da Silva - Obras gráficas. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13.30.

● PORTO

Bernard Faucon - Fotografia. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854 (até 12/12).
Gravuras de Goya. Casa de Serralves, Rua de Serralves. De 3ª a dom. das 14 às 20 (até 7/12).
Marta Seixas - Pintura. Gal. Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777. De 2ª a 6ª das 10 às 12 e das 15 às 22, sáb. e dom. das 13 às 22.
Pedro Portugal - Pintura recente. Gal. Atlântica, R. Galeria de Paris, 67. De 2ª a 6ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30.

● OUTRAS LOCALIDADES

José Aurélio - Escultura. Gal. Municipal, Av. Nuno Álvares Pereira, 74-A. De 3ª a dom. das 15 às 22 (até 26/11) - ALMADA
Paula Fragata - Desenho. Até 3/12, antiga Biblioteca Municipal - BARREIRO
Azulejos do Concelho de Loures (sécs. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3ª a dom. das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 - LOURES
Arqueologia Industrial do Vidro - Fábrica-Escola Irmãos Stephens - MARINHA GRANDE
Arqueologia Industrial - «A Indústria Conserveira e a industrialização do Concelho de Matosinhos». Cave dos Paços do Concelho. De 2ª a 6ª das 14 às 17.30, sáb. e dom. das 15 às 17.8 (até fim de Novembro) - MATOSINHOS
Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 - QUELUZ

...e ainda

Música, debates, etc.

Exposição de Pintura

É hoje inaugurada, no «Espaço Maria Lamas», uma exposição de pintura da artista Clementina Carneiro de Moura. A iniciativa, marcada para as 18.30 h. no 111 da Av. Duque de Loulé, inclui ainda um Porto de Honra e culmina a homenagem do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) à pintura, a quem durante a tarde será entregue a Distinção de Honra do Movimento. Clementina Moura,

que conta 91 anos, é membro do Conselho Nacional do MDM e distinguiu-se tanto a nível nacional como internacional pelas suas múltiplas facetas de pintora, professora, estudiosa e executante de rendas, bordados e «patch-work».

Cinema Alemão

Continua no ABC-Cine Clube de Lisboa o ciclo do cinema alemão. Amanhã é projectado o filme

«Sistema Sem Sombras» de Rudolf Thome (1983); a sessão é na SPA, às 18.30 h, legendada em português e conta com o patrocínio do Instituto Alemão.

Aniversário do Concelho do Seixal

Prosseguem as comemorações do 153.º aniversário do concelho do Seixal, com a inauguração amanhã, às 17 h, do Polo de

Amora da Biblioteca Municipal; no sábado, às 16 h, no Moinho de Maré de Corroios, será feita a apresentação pública do concurso do empreendimento intermunicipal «Estação de tratamento de águas residuais da Qt.ª da Bomba»; no domingo, no Pavilhão do Clube do Pessoal SN, haverá um Sarau Gimnico. Continua também, neste âmbito, o VI Encontro de Teatro, com a apresentação, dia 24 às 11 h, da peça «A História do Avô Chicória», pelo Grupo Lanterna Mágica,

na Escola Primária n.º 1 de Miratejo; no mesmo dia, às 21 h., no Centro Paroquial de Fernão Ferro, é representada a peça «A Farsa do Advogado Pathelin», pela G. Campolideiro/Teatro de Almada; a mesma Companhia apresenta dia 25, às 21 h., na Soc. Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, «As velhacarias de Scapin»; no dia 26, às 21.30 h., o Grupo Cruz Actos apresenta «O Dilema» no Clube Recreativo da Cruz de Pau.

Música

Hoje, às 21.30 horas, Maria João Pires volta a apresentar-se no Grande Auditório da Fundação Gulbenkian, sob a direcção do maestro Emil Tchakarov, para interpretar obras de Brahms (Abertura Trágica, op. 81); de Beethoven (Concerto n.º 4 em sol maior para piano e orquestra, op. 58); e de Schumann (Sinfonia n.º 1 em si bemol maior, op. 38). O concerto repetir-se-á, no mesmo local e com o mesmo programa, amanhã, às 18.30.

Howard Hawks

Prossegue hoje o ciclo Howard Hawks com a projecção às 18.30, na Sala Dr. Félix Ribeiro (Cinemateca) da película *The Crowd Roars*/1932 (Heróis da Pista) com James Cagney, Joan Blondell, Ann Dvorak. Amanhã, no mesmo local e à mesma, este importante ciclo da iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian e da Cinemateca Portuguesa prossegue com a exibição do filme *Scarface*/1932; às 21.30, será a oportunidade de ver *Today We Live*, rodado em 1933, com a participação de Joah Crawford, Gary Cooper, Robert Young e Franchot Tone.



CLEMENTINA CARNEIRO DE MOURA

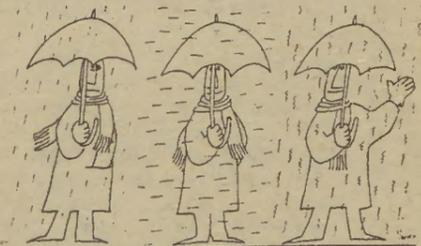
Exposição de Pintura

DE 23 A 30 DE NOVEMBRO

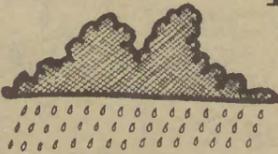
ESPAÇO MARIA LAMAS
 MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MULHERES
 AVENIDA DUQUE DE LOULÉ, 111 - 4.ª - LISBOA

nos do AR.CO - Pintura. Galeria João Hogan, Rua Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20 (até 26/11).
«Crise de L'Object» - colectiva de escultura. Galeria Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2ª a sab. das 15 às 20 (até 25/11).
Leonel Moura - Pintura. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 9/12).
Luís Dourdil - Exposição de homenagem: obras suas e ainda de Artur Bual, Martins Correia, Lino António. Galeria Nartice, Rua Au-

Av. Luís Bivar, 91. De 2ª a 6ª das 9 às 20 (até 30/11).
Pedro Maia - Pintura e desenho. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2ª a sáb. das 16 às 20.
Peter Robertson - Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das



Tempo Fim de Semana



Depois da pequena melhoria do estado do tempo que deve verificar-se na sexta-feira, o céu voltará no sábado e no domingo a apresentar-se muito nublado, com períodos de chuva frequentes em todo o território.
 (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

NOVIDADE

V. I. LÉNINE
 Obras Escolhidas
 6

Cadernos Filosóficos

edições Avante!

17.006/1706 pp. 1400300

V. I. LÉNINE
 Obras Escolhidas 6

A par do livro *Materialismo e Empirio-criticismo*, os *Cadernos Filosóficos* contêm uma inestimável riqueza ideológica, têm uma excepcional importância teórica e política e constituem a base da etapa leninista do desenvolvimento do pensamento filosófico marxista.

edições Avante!

A diferença de uma Visão Científica do Mundo

na distribuição

a TV

E assim se fazem as coisas...

Só os praticantes da má-fé (os mafeosos) admitirão que a informação na RTP é uma informação de boa-fé, ao menos com alguma preocupação de objectividade. Repare-se como por lá se glosam temas como:

a) Álvaro Cunhal recusou-se a comentar os desenvolvimentos na RDA...

b) Álvaro Cunhal considerara tais desenvolvimentos «laterais»...

Vejamos como, na realidade, tudo se passou.

Álvaro Cunhal encontrava-se presente numa iniciativa da JCP. Parece que viria a propósito informar que iniciativa era, que pensava o secretário-geral dessa iniciativa, etc. A repórter estava, porém, voltada para outro lado. Será, ninguém o contesta, seu direito. Mas será também direito do entrevistado criticar o vício de informação na RTP que consiste em evitar as questões nucleares e optar por assuntos «laterais». Foi simplesmente o que Álvaro Cunhal fez.

Note-se: o que estava em causa não era a importância do assunto (como há quem, malevolamente dê a entender) mas o artifício do processo.

Aliás, quando reúne o CC do PCP, e na respectiva conferência de imprensa, o repórter da RTP pergunta sempre coisas que nada têm a ver com as decisões tomadas pelo CC.

É falso que Álvaro Cunhal fugisse à discussão dos assuntos em causa, ou seja, os desenvolvimentos dos países do Leste. Ele próprio se mostrou receptivo e ao dispor da RTP. Cabe-lhe, pois, a ela resolver. Com tempo suficiente para se discutirem as coisas a sério.

O negócio do século

Há dias em que o telejornal utiliza metade do seu tempo de emissão com os acontecimentos dos países do Leste. Os assuntos são importantes mas ao conceder-lhes a total primazia (enchouraçados por vezes com imagens de arquivos...) a RTP, procura primeiro, atacar o PCP (parece que o PCP é o responsável por tudo quanto lá sucede...) e depois fugir à discussão das nossas questões internas.

Que esses problemas são graves viu-se claramente na emissão do Parlamento. Manuel dos Santos, do PS, lembrou as malfetorias possíveis e prováveis nas desnacionalizações, já consideradas «o negócio do século». Estranhamente (ou talvez não...) Vieira de Castro, do PSD, atacou o PCP que defende as pequenas e médias empresas mas que béu, béu, a verdade é que é contra a iniciativa privada...

Sérgio Ribeiro refutou e mostrou que no plano político, social, parlamentar a política do seu partido era coerente: a defesa dos interesses nacionais contra os interesses dos grandes grupos económicos. Que são antagónicos, como se provou na bagunça escandalosa do Totta & Açores.

Estes assuntos são apresentados fugidamente na RTP. Todo o tempo é pouco para apreçoar que o «comunismo faliu», «que o socialismo fracassou» e outras histórias para desorientar os democratas portugueses, para lhes meter o inimigo dentro da cabeça.

Palavras que pesam

Primeira Página dedicou uma emissão às eleições autárquicas no Porto.

Infelizmente, a falta de espaço não me consente dar ao caso o relevo que merecia. Limitar-me-ei a transcrever algumas palavras de Oliveira Dias, candidato da CDU:

Qualquer um de nós é capaz de elaborar um plano, seja para isto, seja para aquilo. Agora, a capacidade para o levar à prática isso é outra questão. É preciso não esquecer que na Câmara do Porto têm lá estado pessoas e partidos. Vejamos a habitação. O Partido Socialista, por exemplo, teve o pelouro da habitação estes quatro anos e agora fala muito da habitação...

A estas palavras, o candidato do PS respondeu... não respondendo. Limitou-se a uma piada de mau gosto e que já começa a ficar gasta, não sei que os países do Leste, estão a ver o género?

Quem tem razão, fala. Quem não tem, foge. É sempre assim.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

À venda

Ela aí está, a lei-quadro das privatizações. E com ela chega a privatização de 49 por cento da companhia de seguros Tranquilidade.

Interessados em comprar há muitos. Desde empresas públicas, a grandes grupos nacionais e estrangeiros. Quem vai conseguir, se verá a 4 de Dezembro. Mas pela amostra da privatização do Totta...

A transparência

«Os dois maiores partidos portugueses têm os mesmos pontos de vista no que se refere ao nosso processo de privatizações.

Encontrada a lei-quadro, falta conhecer o essencial, isto é, quais as empresas a privatizar em bolsa e quais vão mudar de titular por convite directo aos interessados. É a questão da transparência.»

(«O Independente», 17.11.89)

A Tranquilidade

«O presidente do CA da Tranquilidade disse, em entrevista ao DN, que o recente despacho do Ministério das Finanças, que passou a exigir autorização da tutela para as empresas públicas que queiram adquirir acções das empresas a reprivatizar, não irá lesar minimamente a seguradora que dirige. Luís Redondo Lopes salientou que o «número de investigadores do sector privado interessados na Tranquilidade é tal, quer entre nacionais quer estrangeiros», que tal limitação não prejudicará a reprivatização, que hoje se inicia.

Considerando que o futuro «elenco accionista será o que for definido pela sessão da Bolsa e pelos preços oferecidos» na operação de reprivatização da Tranquilidade, Luís Redondo Lopes sublinhou ser provável que dela resulte a constituição de um núcleo duro formado «por um, dois ou três grupos, desde que façam acordos entre si».

(«Diário de Notícias», 20.11.89)

O desassossego

«A política de reprivatizações desencadeada pelo Governo de Cavaco Silva está a «estimular» a imaginação dos novos/velhos grupos económicos privados, que se multiplicam em habilidades para abocanharem o «bolo» dos bens do Estado colocados em hasta pública. Após o que se viu com o Totta, chegou a vez da Tranquilidade. O Grupo Espírito Santo está a aliciar os trabalhadores daquela seguradora a «vender-lhe» as acções que subscrevam da empresa. Neste caso, pagando 560 contos.»

(«o diário» 18.11.89)

«O Banco Português do Atlântico viu ontem deferido pelo Ministério das Finanças o seu pedido de participação na operação de privatização de 49 por cento do capital da Tranquilidade. A autorização é, no entanto, limitada, soube o EXPRESSO de fonte oficial. Confirmam-se assim as intenções já anunciadas por responsáveis da instituição de participar nesta privatização, embora seja conhecida

grandes grupos económicos, nomeadamente do Grupo Espírito Santo.

(...) Tudo começou há cerca de uma semana, quando o Grupo Espírito Santo abriu um escritório na Avenida da Liberdade, n.º 203, em frente à sede da Tranquilidade, em Lisboa, onde funciona um notário a tempo inteiro.

Depois chegou aos trabalhadores a aliciante proposta da Espírito Santos Sociedade de Investimento. Este grupo económico propôs-se comprar praticamente pelo dobro do preço o lote de 120 acções a que os funcionários da empresa podem ter acesso.

Segundo fontes da Tranquilidade disseram a «o diário», o «esquema» montado funciona assim: cada trabalhador tem direito a um lote máximo de 120 acções, a um preço nominal unitário de 4400 escudos (o que perfaz um total de 528 contos), mas se optar pelo pagamento a pronto beneficia de um desconto de 10 por cento. Assim sendo, caso o trabalhador opte por subscrever o total a que tem direito, necessária de depositar 475 200 escudos na Direcção Financeira da Tranquilidade.

E é exactamente isso que faz. Subscrive as 120 acções, paga a pronto e passa um cheque no valor de 475 200 escudos, com data de 24 de Novembro, altura em que termina a respectiva subscrição.

Depois desta operação, atravessa a rua e dirige-se ao escritório do Grupo Espírito Santo, onde vende as acções por 8700 escudos cada e assina quatro documentos: três procurações dando plenos poderes de representação e um contrato-promessa, para venda das acções «durante o mês seguinte ao termo de dois anos a contar da data da aquisição», segundo se lê no respectivo documento.

(...) Para os trabalhadores da Tranquilidade, o ambiente não é o melhor, pois muitos são os interesses em jogo. A pressão para a venda das acções ao Grupo Espírito Santo, o medo de represálias sobre quem não as vender, já que o regresso do grupo à «sua» antiga propriedade é dada como certa e, fundamentalmente, a noção que os seus direitos podem ser postos em causa com as privatizações.

Muitos são os meandros da privatização da Seguradora Tranquilidade. Alguns, como os dos dez contos pagos aos habitantes da Corné, pela Atlantic, em troca de algumas assinaturas, ou os 560 contos que os trabalhadores da Tranquilidade têm de lucro com a alienação das suas acções, são conhecidos. Outros, ainda, estarão por descobrir...

(«o diário» 18.11.89)

Damas

CCXXIX - 23 de Novembro de 1989

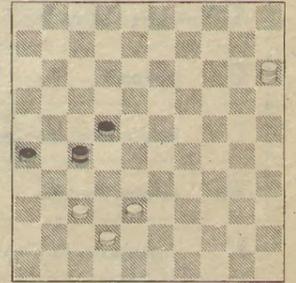
Proposição N.º 229

Por: L. Springer

- 1974

Pr.: [3]: 22-26-(27)

Br.: [4] (15)-37-38-42



Branças jogam e ganham

Golpe N.º 229

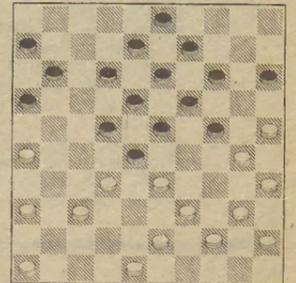
Por: Patrick Fosse

Campeonato de França, 1978 (Promoção B)

Contra: Beandoin

Pr.: [16]: 3-6-8-9-11-12-13-14-15-16-18-19-22-23-24-28

Br.: [15]: 25-26-30-32-33-35-36-37-39-40-43-44-45-46-48



Pretas jogam e fazem Dama

Soluções do N.º CCXXIX
N.º 229 (L.S.): 37-32 (27-36*), 32-27 (22X31), 38-32!

Se: (31-37), 32X41!+

Se:(36-41), 42-37+

Golpe N.º 229 (P.F.): 23-29 (32X34), 14-20 (25X23), 18X49=D

A. de M. M.

Xadrez

CCXXIX - 23 de Novembro de 1989

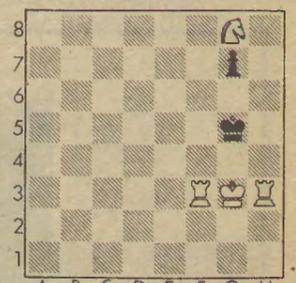
Proposição N.º 229/A

Por: Werner Speckmann

«Chess Review», 1939

Pr.: [2]: Pg7-Rg5

Br.: [4]: Cg8-Tsf3, h3-Rg3



Mate em 3 lances

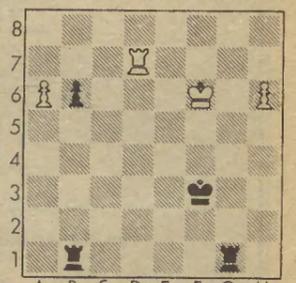
Proposição N.º 229/B

Por: Henri Rinck

«L'Italia Scacchistica» 1929

Pr.: [4]: Pb6-Ts.b1, gl-Rf3

Br.: [4] Ps.a6, h6-Td7-Rf6



Branças jogam e ganham

Soluções do N.º CCXXIX
N.º 229/A (W.S.): 1. Th8, g6; 2. Ch6, Rh5; 3. Cf3++
1. ..., Rg6; 2. C67+, Rg5; 3. Tf5++
N.º 229/B (H.R.): 1. h7, Th1; 2. a7, Tal; 3. Tdl e ganham

A. de M. M.

XII
congresso
PCP
como PCP
por uma
democracia
avanzada
no limiar
do século
XXI

PROGRAMA

PCP

ESTATUTOS

Aprovados
no XII Congresso
realizado
de 1 a 4 de Dezembro de 1988
a diferença de uma visão
científica do mundo
edições
Avante!
a distribuição

140 pp./150\$00